



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 179

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 2021

ANO X



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2867
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2868

TAQUIGRAFIA

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ASSUNTOS
RELACIONADOS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 085/
2020 - ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO DO
ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 28.09.2021
INÍCIO: 10h01min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
SR. JEAN OLIVEIRA

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, bom dia. Devido à pandemia da Covid-19, a Audiência Pública está sendo realizada à distância por meio de videoconferência. Agradecemos desde já a todas as autoridades que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, Youtube e pela TV Assembleia canal 7.2.

Os deputados estaduais presentes neste recinto, bem como a reduzida equipe técnica responsável pela condução dos trabalhos estão adotando todos os cuidados exigidos pelos protocolos de biossegurança, com distanciamento mínimo de dois metros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jean oliveira, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para discutir sobre assuntos relacionados ao Projeto de Lei Complementar 085/2020, que tramita nesta Casa de Leis.

Para proceder à abertura oficial desta Audiência Pública, convidamos para compor a Mesa Diretora as seguintes autoridades: Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Deputado Jean Oliveira, 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa e proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Deputado Lazinho da Fetagro; Excelentíssimo Senhor Deputado Saulo Moreira; Excelentíssimo Senhor João Francisco Doca, assessor jurídico da Relatoria; Excelentíssimo Senhor Deputado Cirone Deiró; Excelentíssimo Senhor Evandro Padovani, Secretário da Seagri; Senhor Ivandro Justo, Vice-Presidente da Fiero; Senhor Hélio Dias, Presidente da Federação de Agricultura de Rondônia – Faperon; Excelentíssimo Senhor Prefeito Célio Lang, Presidente da Associação Rondoniense de Municípios – Arom; Senhor Jessé de Oliveira Júnior, Gerente Estadual de Defesa Vegetal, representando o Idaron; Senhor Claudinei Barreto, Chefe de Divisão de Assentamentos, representando nesta ato o Incra.

Neste momento, Sua Excelência, o Deputado Alex Redano, procederá à abertura desta solenidade.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Bom dia a todos. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública discutir assuntos relacionados ao Projeto de Lei Complementar 085/2020, que tramita nesta Casa de leis, que é o famoso zoneamento.

Eu queria aqui parabenizar a todos os deputados que se dedicaram a este Projeto de Lei, que já tramita há alguns meses aqui na Casa. Nós tivemos a aprovação, faz poucos meses, agora, do PLC 80 e hoje chegou o dia tão esperado de discutir o PLC 85, e já adiantar a todos vocês que a nossa intenção é pautar esse Projeto agora na parte da tarde. Nós fizemos alguns compromissos de que até no findar do mês de setembro iríamos

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: MARCELO CRUZ

1º Secretário: JAIR MONTES
2º Secretário: CIRONE DEIRÓ
3º Secretário: ALEX SILVA
4º Secretário: JHONY PAIXÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Carlos Alberto Martins Manweiler*
Departamento Legislativo - *Miranilde Rodrigues do N. Robles*
Divisão de Publicações e Anais - *Eloy Santana Leôncio Almeida*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

colocar em pauta este Projeto e estamos aqui cumprindo com a nossa palavra.

Eu quero também pedir a gentileza da equipe técnica de abrir os vidros aqui, abrir as janelas para as pessoas ficarem mais confortáveis para poderem assistir. Eu quero aqui desejar boas-vindas a todas as pessoas de todo o Estado que estão aqui representando várias associações.

Nós temos aqui, meus amigos, várias Emendas que irão beneficiar todos os setores. Eu tenho certeza de que não ficou esquecida nenhuma região. Várias Emendas serão apresentadas também em conjunto.

E eu quero fazer justiça também ao nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Jean, que se dedicou muito a esse Projeto. Eu gostaria, Deputado Jean, de convidar Vossa Excelência para presidir esta Audiência, haja vista que foi Vossa Excelência que pediu, fez o Requerimento e aprovou para esta Audiência.

Quero também, Deputado Jean, fazer justiça e agradecer à nossa equipe técnica, Dr. Doca, Franber, Dr. Alexandre, em nome de vocês quero cumprimentar toda a equipe técnica, que se dedicou também a esse Projeto de Lei.

Por favor, Deputado Jean, assumo os trabalhos. Um bom dia a todos. Estaremos juntos nesta Audiência.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis sentar.

Nós gostaríamos de agradecer a presença dos Deputados Luizinho Goebel, Adelino Follador, Lebrão, Alan Queiroz, Deputado Ismael Crispin, Chiquinho da Emater, Ezequiel Neiva, Laerte Gomes e Ribamar Araújo. Agradecemos ainda ao Senhor William Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Alta Floresta; Senhor Charles Gomes, Diretor da Arom (Associação Rondoniense de Municípios); Senhor Edson Afonso, membro da Federação de Agricultura do Estado de Rondônia - Faperon; Senhor Chico Holanda, Presidente do Instituto de Ação Empresarial e membro do Grupo Pesar Rondônia; Senhor Claudinei Barreto, Chefe de Divisão de Assentamento do Incra; Senhora Maria Elaine, Chefe do Gabinete da Superintendência, representante do Incra; Excelentíssimo Senhor Marcílio Leite, Secretário da Sedam; Senhor Hélio Dias, Presidente da Federação da agricultura de Rondônia - Faperon...

(Às 10 horas 11 minutos, o Senhor Alex Redano passa a presidência ao Senhor Jean Oliveira)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só uma interrupção. Eu quero fazer aqui o convite para o Secretário da Sedam fazer parte da Mesa Diretora aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhor Evandro Justo, Vice-Presidente da Fiero; Senhor William Araújo, Presidente do Sindiflural – Sindicato das Empresas de Navegação do Estado de Rondônia; Senhor Roberto Correia da Silva, Secretário da Asprecan – Associação dos Produtores Rurais e Extrativistas do Castanho e Abunã, Município de Porto

Velho; Senhor César de Oliveira, Vice-Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Baixão; Professor Ricardo Gilson, representando o Programa em Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR; Senhor Professor Libério Ferreira, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Rolim de Moura do Guaporé. Rafael Souza, Presidente da Câmara de Vereadores de Pimenteira – RO, Senhor Vereador Jean Vinícius, Vice-Presidente da Câmara de Cujubim; Senhor Vereador Kenas Gomes, Câmara Municipal de Cujubim. Excelentíssimos Senhores Vereadores Marcos Henrique, Abneir Soares, Fábio dos Santos – Vice-Presidente, Francisco Célio Brito, da Câmara Municipal de Nova Mamoré. Senhor **(falha na transmissão do áudio)**... Geneci Israel da Silva, Presidente da Asprocaes – Associação de Pequenos e Grandes Produtores Rurais da Região do Vale do Mequéns, em Alta Floresta d'Oeste; Senhor José Luís de Oliveira, Presidente da Associação dos Moradores de Jacinópolis, distrito de Nova Mamoré; Senhora Maria Dalva, Presidente da Asprecam – Associação dos Produtores Rurais e Extrativista do Rio Castanho e Madeira do Abunã, do município de Porto Velho; Senhor Edjales Benício, Conselheiro da ONG Kanindé; Dr. Thiago Mafia Miranda, advogado em Cujubim; Dr. Renan Maldonado, advogado de Jacinópolis; Senhor Vereador Jesus Reginaldo da Cunha, Vereador da Câmara Municipal de Pimenteiras; Excelentíssimo Senhor Antônio "Toninho Seringueiras", Prefeito de Candeias do Jamari; Senhor José Pascoal, Presidente da Asprovic, Linha 45, Candeias. Senhor Rildo Aparecido, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Alta Floresta; Senhor Dr. Hélio Belotti, advogado da Associação dos Produtores Rurais de Minas Novas; Senhor Souza Lima, administrador do distrito de Abunã; Senhor José Luiz de Lemos, representando a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Rondônia – Aprosoja; Excelentíssimo Senhor Pedro Fernandes, Prefeito de Cujubim; Senhor Gilberto Batista, Superintendente da Fiero; Excelentíssimo Senhor Giovan Damo – Prefeito, Robson Ugolino – Vice, do município de Alta Floresta d'Oeste. Excelentíssimo Senhor Jacy Ribeiro, Vereador do Município de Alta Floresta d'Oeste; Senhora Vereadora Marilza Cristina Viana, Câmara Municipal de Alta Floresta; professor Luís Novoa, do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia-UNIR; Senhor Vereador Nenão, Alta Floresta; e Dra. Helen Barroso, advogada da Associação dos Agricultores- Agrisi.

Neste momento nós passamos a palavra ao Deputado Jean Oliveira, que conduzirá a presente Audiência Pública.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Peço para que neste momento o Presidente da Assembleia Legislativa assumo o posto da presidência, que irei me dirigir à tribuna para fazer uso da palavra.

(Às 10 horas e 18 minutos, o Senhor Jean Oliveira passa a presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra, nobre Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhores Deputados, Senhor Presidente, senhores convidados, população que aqui veio dar

notoriedade a esta Casa de Leis. Vou retirar a máscara para que fique mais audível a minha fala.

Senhores, é com muita alegria que eu vejo esta Casa repleta pessoas. Ainda vivemos um momento difícil, de uma pandemia, mas que aos poucos estamos vencendo, passo a passo, ela. Há muito tempo eu não via esta Casa, ou melhor dizendo, Presidente, eu ainda não vi esta Casa de Leis, este prédio com a presença maciça da sociedade como eu vejo hoje. Pode ter certeza absoluta que a... **(falha na transmissão do áudio)** mostra que esta Casa é, de fato, o local do debate, da discussão e da solução dos problemas, da diminuição das desigualdades e da solução de distorções que muitas vezes chegam a esta Casa. É papel de cada deputado, representando a sociedade, buscar a solução desses problemas.

O PLC 85, o Zoneamento, popularmente dito, é um Projeto muito importante. O mais importante Projeto que está na Casa neste momento. Não vejo nenhuma matéria de grande relevância como esta. E nós não podíamos deliberar esta matéria sem antes realizar uma Audiência Pública, dizendo aqui que muitas foram propostas pelo Executivo, muitas foram realizadas em vários lugares do Estado de Rondônia, mas fazia-se necessário a última Audiência Pública do Poder Legislativo para confirmar e consolidar todas as ações que os deputados aqui irão propor. Quero dizer aos senhores que, neste momento, não busco fazer política de forma a tentar agradar, mas fazer política reconhecendo a justiça social e levando em consideração a aptidão deste Estado, que desde o seu início foi agrícola. Nós não podemos, sob hipótese nenhuma, virar as costas para a realidade da gente que ocupou este Estado aqui. O povo que ocupou Rondônia é um povo extremamente trabalhador. É um povo que acredita que plantando se pode colher. Dessa forma, nós vamos aqui deliberar pela sustentabilidade. Em momento algum se pode fazer aqui um desmerecimento da preservação ambiental. Em momento algum podemos fechar os olhos para a necessidade de preservar, mas a sustentabilidade se faz no tripé da economia, do social e do ambiental. Não se pode focar em somente um. Nós temos que lembrar que existem pessoas que precisam trabalhar, precisam ganhar o seu sustento e assim se faz o Estado de Rondônia um Estado pujante, um Estado progressista. Presidente Alex Redano, em nome de cada um dos meus companheiros deputados estaduais, eu agradeço, de coração, o apoio que recebi até o presente momento. O voto de confiança para que nós pudéssemos relatar essa matéria. Foram vários os embates aqui nesta Casa, mas que no fim, esses embates calorosos chegaram a esse momento. Momento de concentração de todos em prol de um Projeto muito importante. As pressões que vieram a esta Casa são naturais. E nós entendemos a cada um que pressionou e buscou que esse Projeto fosse aprovado o quanto antes. Quero aqui dizer àqueles que muitas vezes questionaram "por que não aprovaram agora? Por que depois?". Quero dizer aos senhores que se fazia necessário deliberar esse Projeto com a certeza de que nós atenderíamos ao Estado de Rondônia de norte a sul, de leste a oeste, sem causar nenhum tipo de desmerecimento pela luta de qualquer um das regiões que este Estado tem. Nós sabemos, como já aprovamos outro Projeto de significante importância, que nós não vamos chegar a um total em que nós vamos ter 100% das demandas atendidas. Mas nós vamos fazer o possível, dentro das regras, dentro

daquilo que é limitado a nós fazer, nós vamos fazer com o coração e com o sentimento de estar no lugar de cada um de vocês. Esse é o compromisso que eu me coloco aqui como relator, trazendo o sentimento de cada companheiro, colega deputado. Cada deputado aqui que se preocupou, ligou perguntando se estava tudo ok, se as regiões estavam sendo atendidas e, no final, nós vamos poder ouvir aqui cada deputado apresentar o seu ponto de vista. Há quem concorda com determinada Emenda, outro discorda, mas nós vamos fazer isso de forma democrática. Se não houver consenso, o dissenso, que é o voto, foi feito para a maioria prevalecer e é assim que vai ser aqui no Parlamento. Então eu agradeço a todos, todos. Meus amigos do Baixão, Alto Alegre, Alta Floresta, que vieram em massa para cá. Meus amigos do "Soldados da Borracha", que vieram em massa para cá. Meus amigos da Vila Samuel, da grande 45, (PAF - Projeto de Assentamento Florestal do Jequitibá) que estão aqui, e demais localidades que agora me fogem da memória, mas que estão aqui para lutar por sua causa social. Dou abertura a esta Audiência Pública, trazendo aqui as ações que tramitam na Casa, agradecendo a todos, especialmente à equipe que nos assessorou esse tempo todo, em nome do assessor jurídico da relatoria, João Francisco, o Doca. Quero agradecer aqui a presença dos Secretários de Estado, Marcílio, muito obrigado. Quando eu cheguei aqui e não vi a sua presença, eu falei: "não é possível que o Secretário da Sedam irá faltar nesta Audiência Pública". Mas eu fico feliz que o senhor está aqui presente. Sei que o seu dever com o Zoneamento já foi, encaminhou a esta Casa e esta Casa naturalmente faz as adequações conforme o anseio da população, mas sempre lembrando que nós precisamos caminhar juntos. E eu quero aqui deixar registrada uma coisa: se o senhor não estivesse aqui presente eu iria ficar muito incomodado. Muito incomodado, porque eu quero a Sedam do Estado de Rondônia junto com a população e não contra ela. E eu sei que o Governador não pensa diferente. O Governador pensa em uma Secretaria do Meio Ambiente que trabalhe como nós falamos: frente a frente com a população deste Estado, e não de costas. Agradecer aqui ao Secretário Padovani, Secretário da Agricultura; agradecer ao Hélio Dias, que é o Presidente da Faperon (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia); ao Ivandro Justo, que representa a Fiero (Federação das Indústrias do Estado de Rondônia); ao Senhor Prefeito Célio Lang, Presidente da Associação dos Prefeitos. Em nome de todos os prefeitos aqui, Célio, cumprimento você estendendo a todos os prefeitos. Aos vereadores que estão aqui, muitos amigos; Jacy, William, Célio Brito e muitos mais que estão aqui, nesta Casa hoje, representando seus demais municípios. Jessé de Oliveira Júnior que representa o Idaron (Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia), que tem — estes que estão aqui, senhoras e senhores, só para que faça registro da nossa Mesa Diretora —, todos que estão aqui ocupam assento na Comissão do Zoneamento.

Os Deputados Saulo Moreira e Lazineiro fazem parte da Comissão, o Deputado Lazineiro da Comissão de Agricultura e o Deputado Saulo da Comissão de Meio Ambiente. O Deputado Cirone faz parte da Mesa, porque ele participou do processo como Presidente da Comissão de Agricultura, e neste momento ele não faz mais parte da Comissão como Presidente porque

ocupa o cargo de 2º Secretário, e seria injusto deixá-lo fora deste contexto, agora, no final disso tudo.

Cumprimentar e agradecer a presença também do Claudinei Barreto, que representa o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) aqui. Só certificá-los que nós tivemos o cuidado de convidar todos, todos que fazem parte da Comissão do Zoneamento. Também tivemos o cuidado de convidar os órgãos de controle: Ministério Público, Defensoria, todos que se fazem necessários para que o ambiente da democracia prevaleça. Aqui o nosso objetivo não é só reunir aqueles que fazem parte do agro, mas também aqueles que fazem parte do meio ambiente, para que a gente possa ter o direito à ampla defesa e ao contraditório, como toda Audiência Pública deve correr. Convidados foram, se aqui não estão presentes não temos responsabilidade sobre isso. E, se caso alguém que represente algum desses assentos na Comissão de Zoneamento, que não foram convidados da Mesa, por favor, se identifique que vai ser convidado e vai ser corrigido o erro agora, está ok?

Muito obrigado, e que iniciemos esta Audiência Pública da forma mais democrática e transparente possível. Muito Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns pelas palavras, Deputado Jean. Quero aqui agradecer também a presença do senhor Jânio Lopes Souza (Zoca), Presidente da União das Vítimas da Reforma Agrária e do Meio Ambiente.

Por favor, Deputado Jean, assumo os trabalhos da presidência.

(Às 10 horas e 29 minutos, o Senhor Alex Redano passa a presidência ao Senhor Jean Oliveira)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Senhores, agora o Deputado Cirone Deiró, ex-presidente da Comissão de Agricultura, para fazer uso da palavra.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Presidente Jean Oliveira...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Oi, Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Eu quero me inscrever também, eu sou da Comissão do Meio Ambiente, tanto deste mandato quanto do outro, e quero me inscrever também.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só quero aqui, dizer que nós vamos seguir o cronograma da Mesa Diretora, mas é obvio que os deputados, é muito importante a participação. O Deputado Chiquinho participou ativamente desse processo e, com certeza absoluta, a todos os deputados será franqueada a palavra.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Bom dia, Presidente, Deputado Jean Oliveira, proponente desta Audiência Pública, num tema relevante para o Estado de Rondônia. Bom dia a todos os colegas deputados aqui presentes, aos nossos Secretários, em nome do Secretário Marcílio e do Secretário Padovani cumprimento a todos os servidores aqui do Governo do Estado; empresários,

representantes da Aprosoja, e um bom-dia especial aos nossos produtores de Rondônia.

Como bem disse aqui o colega, Deputado Jean Oliveira, teve um trabalho árduo para discutir este Zoneamento aqui do Estado de Rondônia, onde eu como Presidente da Comissão de Agricultura e ele Presidente da Comissão do Meio Ambiente, não podemos deixar, aqui, de falar do nosso ex-presidente, Deputado Laerte Gomes, que teve um papel importante nessa Comissão de Estudo do Zoneamento aqui do Estado de Rondônia. Um pleito que há décadas é anseio do setor produtivo do Estado de Rondônia. O setor produtivo que veio para este Estado para desbravar, “integrar para não entregar”, e hoje nós temos a oportunidade de quadruplicar nossa produção do Estado de Rondônia votando a Lei do Zoneamento. Com isso, quero aqui render as nossas homenagens ao homem de mãos calejadas, ao homem do campo, que veio para um Estado com vocação e aptidão agrícola, segue na sua veia a vontade do trabalho e, às vezes, é impedido, por leis ou por normativas, que não abrangem ou que não dão oportunidades de vocês desbravarem a sua terra. Esta Assembleia teve a responsabilidade, juntamente com a Sedam (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental), com os órgãos do governo, de fazer este estudo minucioso, às vezes, voltar muitas vezes em campo, para poder avaliar aquilo que estava se propondo. E esta Casa tem a prerrogativa, através dos nossos colegas deputados aqui presentes de escutar cada região, colocar as suas Emendas, questões, beneficiar o setor produtivo, mas com muita responsabilidade, preservando a sustentabilidade e os avanços do Estado de Rondônia. Parabéns, Presidente Jean Oliveira por trazer a transparência aos órgãos de controle, à sociedade civil organizada, aos prefeitos, aos vereadores, a propositura desta Audiência Pública e poder votar com tranquilidade para que o Estado de Rondônia continue avançando e avançando no caminho correto da sustentabilidade, preservando o seu meio ambiente, mas em nenhum momento atrapalhando o setor produtivo que precisa avançar e avançar muito neste Estado.

Então, essas são as nossas palavras para que possamos aqui deliberar e escutar aqui as associações, o povo do Baixão, Soldados da Borracha, Minas Novas, Jacinópolis, Mirizal e várias áreas do Estado de Rondônia, como a 429, para que possamos fazer justiça a esse povo que levanta pela madrugada para produzir aqui no Estado de Rondônia.

Obrigado, Presidente. Mais uma vez, parabéns pelo trabalho conduzido pelo senhor nesta Casa de Leis.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Cirone Deiró. Quero quebrar o protocolo aqui, agora, neste momento, e passar a palavra ao Deputado Laerte Gomes, que presidiu esta Casa durante um biênio. A chegada do Projeto foi ainda na presidência do Deputado Laerte Gomes e agora nós vamos passar a palavra — ele participou ativamente também do Projeto.

O SR. LAERTE GOMES – Bom dia a todos. Vou ser bem breve aqui. Agradeço ao Presidente Jean, que preside esta Sessão histórica, esta Audiência Pública, por quebrar o protocolo. Cumprimentar aqui em nome do Presidente Jean e do Presidente da Casa, Deputado Alex Redano, cumprimentar

toda a Mesa, devido ao tempo; cumprimentar todos os nossos amigos que estão nos visitando, todos os colegas deputados que se fazem presentes; representantes sindicais; empresários; proprietários rurais; em nome do meu amigo Pedro da Rincal, cumprimentar todos os industriais que estão presentes aqui do agronegócio que fazem este Estado acontecer. Dizer que este momento realmente — Deputado Jean, Deputado Alex, todos os colegas deputados — é histórico para Rondônia. Quando a gente previu uma mobilização, senhores deputados, desse tamanho, nós percebemos, Prefeito Pedro, lá de Cujubim, o grau de importância que isso tem para o nosso Estado. Eu acredito que a grande ferramenta de transformação que nós vamos ter nos próximos anos em Rondônia é a votação do Zoneamento. Eu gostaria de parabenizar aqui o Presidente Alex Redano, por ter pautado essa matéria. Hoje à tarde tem o compromisso desta matéria ir à pauta e ser votada exclusivamente essa matéria do Zoneamento, PLC 85 hoje, senhores deputados, e também ao Deputado Jean, que foi o relator da matéria e a todos os deputados membros da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Zoneamento.

Como Presidente da Casa, que fui até fevereiro, essa matéria adentrou nesta Casa o ano passado, nós trabalhamos para votar ela ainda no nosso mandato, mas nós tínhamos PLC 80, que era da Resex de Jaci, que se entranhava junto com esse. Era necessário votar o PLC 80 antes e depois o Zoneamento, e atendendo um pedido do Presidente Alex Redano e do Deputado Jean, como relator — que pediram mais prazo para analisar melhor, para ouvir melhor as partes —, ficou para este mandato, Hélio, Presidente da Faperon, e hoje a gente está neste momento aqui tão importante, Padovani, para Rondônia.

Nós temos que ressaltar aqui e parabenizar, e nós temos que ser justos quando se tem que fazer justiça, independente da questão política partidária, Deputado Ribamar, nós temos que ser justos aqui com o Governo do Estado. O Governador Marcos Rocha, junto com a sua equipe, junto com o ex-secretário da Sedam, Elias Rezende, e o atual Secretário, Marcílio, agora, encaminharam tanto o PLC 80 da Resex de Jaci para esta Casa, Edson Afonso, como o Zoneamento. Tiveram a coragem no peito de enfrentar e de encarar parte da mídia que critica muito isso, e encaminharam o Projeto aqui para ser deliberado pelos representantes da sociedade. Então, tem que se reconhecer isso e também, Deputado Jean, falar aqui do Governo do Estado, do Governador Marcos Rocha, que encaminhou aqui para esta Casa este Projeto. E eu não tenho dúvida nenhuma que hoje nós vamos deliberar — lógico que o Projeto vai ter Emendas porque os deputados têm essa prerrogativa de colocar Emendas, mas que depois pode ser discutido com o governo, depois, com um consenso, aquilo que for bom para o Projeto ser aprovado, aquilo que não for bom, que possa vir a prejudicar esse Projeto, logicamente o governo deve vetar. E, depois, a gente, num consenso aqui, se entende e delibera a questão do Veto ou não. O que não podemos é retalhar muito o Projeto para que ele perca o foco e o sentido. Eu acho que isso é uma responsabilidade que todos nós, parlamentares, Deputado Lebrão, temos que ter. Mas, logicamente que o momento de hoje é o momento de se colocar as Emendas, de se discutir, para depois, junto com o governo, ver aquilo que é importante e vetar, aquilo que não é importante deixa, e depois a Casa,

com certeza, com a responsabilidade que têm esses deputados, nós vamos deliberar.

Eu vejo aqui o pessoal do “Soldados da Borracha”, de muitas regiões, e eu vejo que, do poder público, a gente tem que estar muito atento — muito atento. Talvez, lá atrás, se nós tivéssemos essa manifestação, essa presença aqui do setor produtivo, alguns erros não teriam sido cometidos, Padovani. Não teriam sido cometidos, principalmente quando se criou injustamente as onze Reservas que o governo anterior encaminhou para esta Casa. Isso foi um dos maiores crimes cometidos com o Estado de Rondônia. Esta Casa tentou consertar, quando o Governo Daniel Pereira encaminhou para cá um Projeto, Deputado Saulo, voltando na Reserva dos “Soldados da Borracha” e nós aproveitamos e colocamos as outras dez áreas no mesmo Projeto para tirar dessa Reserva. Mas, infelizmente, a Justiça agora, recentemente, Deputado Adelino, entendeu de outra forma. Uma pena. Mas não podemos baixar a cabeça. Temos que continuar lutando e achar mecanismos para reverter esse processo. Mas isso é um prejuízo incalculável para Rondônia. Nós somos um Estado produtor. Nós temos a responsabilidade ambiental, mas nós não podemos travar o desenvolvimento e a qualidade de vida do povo de Rondônia. Isso é um crime! É um crime com quem está há décadas dentro de uma propriedade, muitos com documento, e agora a Justiça disse que é Reserva.

Então, nós precisamos nos manifestar, Padovani. O Governo do Estado, o Governador Marcos Rocha, esta Casa precisa se posicionar. E eu não tenho dúvida nenhuma que esta Casa sempre esteve, Deputado Luizinho, e sempre estará ao lado do setor produtivo, ao lado do produtor, com a responsabilidade ambiental que todos nós temos.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Laerte, só uma correção: não foi mandado para esta Casa, foi criado por Decreto. Depois foi tentado consertar, aí nós fizemos a Emenda, quando mandou o “Soldados da Borracha”. Esta Casa não foi...

O SR. LAERTE GOMES – Eu não estou dizendo “esta Casa”. Eu não nomeiei esta Casa. Vossa Excelência entendeu errado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Ah, talvez o senhor...

O SR. LAERTE GOMES - Vossa Excelência entendeu errado. Eu falei que o governo anterior que fez. Vossa Excelência entendeu errado. O governo anterior que fez.

Então, Deputado Jean, parabéns pelo trabalho, Deputado Alex, todos os envolvidos na questão do Zoneamento. Parabéns. Eu acho que hoje a gente pode fazer história em Rondônia — história. Está em nossas mãos para fazer história junto com vocês. Que a história não é feita por um sozinho. A história é feita na coletividade, por todos, principalmente quem faz este Estado acontecer. Quem paga o salário de juiz, de promotor, de deputado, de governador, de todo mundo, que são vocês que produzem, são os produtores rurais. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte Gomes. Pessoal, nós vamos estipular um tempo menor agora, porque eu tenho aqui inscritos para falar, fora os da

Mesa Diretora, muitos — muitos mesmo. E é importante a participação de todos os deputados e também da população.

Para dar sequência, chamo para fazer uso da palavra o Deputado Saulo Moreira, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, me inscreve também, por favor.

O SR. SAULO MOREIRA – Senhor Presidente desta Casa, Deputado Alex Redano, também o Presidente desta Audiência Pública, desta Comissão, Deputado Jean Oliveira, em nome dos quais eu cumprimento todos os demais componentes daqui da Mesa. Em nome do Deputado Adelino Follador, cumprimentar todos os demais companheiros deputados. Em nome aqui de todos que estão representando o “Soldados da Borracha”, vejo o Pastor Francisco, representando todos aqui do “Soldados da Borracha”, cumprimento todos os demais que vieram a esta Casa para participar hoje desta Audiência Pública.

Estou chegando recentemente a esta Casa, senhores deputados, mas já tenho conhecimento deste Projeto do Zoneamento, até porque, nos dois mandatos anteriores, eu estava nesta Casa, e já se discutia sobre esta matéria. Por diversas vezes, nós solicitamos ao Governo do Estado que enviasse essa matéria aqui para esta Casa para que os deputados pudessem, junto com a população, decidir o que fosse melhor para o Estado de Rondônia e que fosse melhor para o setor produtivo.

E aí eu quero parabenizar o Governador Marcos Rocha, que teve essa iniciativa e essa coragem, e parabenizar principalmente os deputados desta Casa, que não estão medindo esforços para, junto com o povo, decidirem o que seja melhor para o Estado. O Estado de Rondônia é um Estado produtivo, um Estado que vive da sua produção agrícola e não pode ser desvalorizado. As pessoas que trabalham, que têm a sua propriedade, merecem respeito e precisam continuar trabalhando. É claro que nós não podemos nos esquecer da preservação do meio ambiente, mas o jogo, depois de começado, não pode ser mudada a regra do jogo. E tem diversas famílias que, há muitos e muitos anos, estão na propriedade, inclusive com a escritura pública, com o título definitivo do Incra, e hoje estamos vendo aí a situação que está acontecendo.

E eu, ao chegar a esta Casa aqui, assumi a presidência da Comissão de Meio Ambiente, e junto com os demais companheiros deputados, estaremos nos reunindo logo depois desta Sessão para deliberarmos juntos com as demais Comissões o que for de interessante para o Estado, o que for de proveito dentro deste Projeto, para que nós possamos aprovar ainda hoje esta matéria, para o bem do nosso Estado de Rondônia, para o bem da nossa produção. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Saulo Moreira. Obrigado por ter respeitado o tempo também. Deputado Lazinho da Fetagro, como Presidente da Comissão de Agricultura.

O SR. ALAN QUEIROZ – Presidente Jean, Questão de Ordem Excelência.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Pois não.

O SR. ALAN QUEIROZ – Quero fazer a minha inscrição também, Presidente, mas eu posso ficar mais para frente, sem problema, que eu quero ouvir também a população que está aqui presente, para prestigiá-los. Ok?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Antes de o Deputado Lazinho falar, eu queria deliberar com os deputados. Os senhores preferem falar na sequência agora, já, encerrando o Deputado Lazinho, chamar os deputados para falar, ou os senhores gostariam de ouvir aqui todos os Secretários, os convidados da Comissão do Zoneamento?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, Senhor Presidente. Eu prefiro ouvir mais participantes aqui da Audiência Pública.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu estou deliberando aqui com os deputados para a gente fazer bem democrático a forma como a gente vai dar seguimento na Audiência Pública.

O SR. ALEX REDANO – Eu penso da mesma forma que o Deputado Luizinho, Deputado Jean.

O SR. ALAN QUEIROZ – Deputado Alan também.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Deputado Jean, deixar para depois.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Presidente, até pela importância, porque nós temos várias representações de vários setores do Estado aqui, até pela importância das demandas que vão apresentar, das possibilidades, então é melhor para nós a participação nessa sequência.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Então vamos fazer o seguinte: nós vamos ouvir a Mesa Diretora, vamos abrir a palavra para todos que quiserem falar e na sequência a gente, qualquer coisa a gente intercala, deixa três falando, um deputado, três falando, um deputado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Presidente Jean, eu também concordo em falar depois, mas se fosse possível a gente também apresentar já como vai ser o novo mapa, o que era e o que vai ser hoje.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Nós vamos fazer isso no caminhar da Audiência. É por isso que eu estou buscando a opinião de Vossas Excelências, porque até o momento todas as palavras foram meramente deliberativas. Eu fiz uso da palavra fazendo aqui uma abertura, o Deputado Saulo e o Deputado Lazinho provavelmente vão falar das Comissões. Em seguida nós queremos ouvir, vou fazer aqui a leitura das Emendas que foram apresentadas no Projeto. Por isso que o nosso assessor jurídico João Francisco Doca está aqui e aí nós vamos abrir a palavra para Fiero, Faperon, Seagri, Sedam, Idaron, Incra e a população em geral, depois que já noticiado

o que nós construímos até aqui o momento, o que tem apresentado de Emendas pelos deputados.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu concordo, Deputado Jean, Presidente nesta Casa. Eu acho que devemos ouvir, explanar com que foi planejada as Emendas, para que depois também o pessoal que vai se posicionar já saiba como se posicionar se tiver alguma nova ideia para trazer, com certeza eles vão conseguir trazer com mais tranquilidade. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputado Lazinho com a palavra.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Presidente. Cumprimento Vossa Excelência e em seu nome todos os membros da Mesa. Cumprimento os nossos Secretários aqui presentes, Padovani e Marcílio; cumprimento o nosso representante do Incra, os nobres deputados, aqueles que estão presentes e aqueles que estão, eu acho que deve ter alguém on-line, inclusive. Cumprimentar as autoridades de uma forma geral; os nossos companheiros aqui da Casa, os nossos colaboradores e cumprimentar principalmente o nosso público presente. Agradecer a Deus por nos dar a oportunidade, Deputado Jean, de poder estar aqui depois do que nós passamos neste País e passamos ainda em nosso Estado com relação a essa doença, essa pandemia. Então, é uma graça muito grande, de Deus, nos poder deixar ver este plenário e o outro plenário, o outro auditório, e as salas todas lotadas com os nossos produtores e produtoras que sustentam o nosso Estado e que sustentam o nosso País.

Senhor Presidente, eu acho importante o momento agora poder abrir o debate junto com toda sociedade, além dos debates e reuniões feitas pela Sedam no passado, para discutir a aproximação, para discutir a reformulação, adequação, Doca, do Zoneamento no Estado. Eu acho que é necessário que se faça isso com responsabilidade, pensando que nós aqui, ninguém é contra a questão do meio ambiente em si. Ninguém é contra você preservar. Aliás, eu até acho que também para preservar a gente tem que ganhar. Eu acho que é muito fácil quem está fora da propriedade, de uma pequena propriedade de um agricultor familiar, ter que preservar, como diz a lei hoje, ainda 80% da área. Como é o caso de um novo assentamento que for feito, dá 20 alqueires de terra e você preservar 80%. Aí não está fazendo nada mais do que obrigar essa pessoa que está lá em cima passar fome. Então eu acho que isso precisa ser tratado com muita responsabilidade. E nós temos no Estado, Deputado Jean, nós temos uma lei, a Lei 4.437 que nós trabalhamos 4 anos e Vossa Excelência como Presidente da Comissão de Meio Ambiente também trabalhou e está no governo para ser regulamentada, Marcílio, que é a Lei de Pagamento por Serviço Ambiental. Porque cobrar de nós a preservação é fácil. Eu quero saber quem mora lá em São Paulo, o que ele paga para o meio ambiente de quem mora em Rondônia. Eu quero saber isso. Eu quero saber do Ministério Público, o que ele dá do salário do promotor, do juiz, de todos. O que é que é dado de cada um, do seu salário, para o agricultor para que ele possa preservar. Agora, do agricultor é tirado 80, 20, 30, 40 por cento do que ele produz, que é o seu ganho, que é a propriedade dele. Lógico que precisa ser discutido.

A responsabilidade precisa ter; agora, a responsabilidade maior precisa ter de uma pessoa, que nem foi o ex-governador, e me desculpe dizer isso aqui agora, que criou 11 Reservas em cima de áreas onde tem 20 anos que as famílias moram com título de terra lá, colocado lá dentro daquela área. Reclama-se quando é invadida uma Reserva. Eu sou contra invasão de Reserva. Agora, eu sou mais contra quando uma pessoa só criar 11 Reservas em cima de mais de duas mil famílias no Estado, jogando todo mundo ao relento por causa de um documento assinado na calada da noite ou com febre, como estava, quando assinou as Reservas, o Governador Confúcio na outra vez.

Então, eu tenho muita clareza. Eu tenho muita clareza de que nós desta Casa temos responsabilidade com o meio ambiente. As Emendas que são feitas são a pedido da comunidade. E que sejam depois discutidas da forma como for necessário. Na Justiça, se for possível, Deputado Jean Oliveira, onde for. Mas que esse povo não pode ser sacrificado pela omissão do Estado que deixou as coisas erradas acontecerem no passado e que agora recebe somente as multas que vão para eles lá.

Aliás, eu quero terminar, Senhor Presidente, como eu já disse nesta tribuna, Deputado Adelino Follador, Vossa Excelência e a Comissão de Agricultura já definiu: não se vota mais nenhum Refis, refinanciamento ou perdão de dívida de empresa nenhuma no Estado, Deputado Jean Oliveira. Nenhuma vai ser votada enquanto não discutir as multas dadas aos produtores do nosso Estado porque é um absurdo isso que acontece. Não pode! As empresas têm de ter Refis, têm de ter o seu refinanciamento de dívidas? Têm; mas os nossos agricultores têm de vir para a pauta para discutir como é que vão ficar as multas — injustas, muitas vezes —, que são aplicadas aos nossos agricultores. Um abraço, Senhor Presidente, e muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Lazinho da Fetagro. Senhores, como eu havia dito, agora, neste momento, nós vamos fazer aqui, para que todos tenham conhecimento, as Emendas apresentadas pelos deputados, até para que a Comissão do Zoneamento tenha conhecimento do que está sendo alterado. Nós temos alterações cartográficas, nós temos alterações de escritas de texto na Lei, e nós temos a transposição do PLC 80 para dentro do PLC 85, uma vez que o PLC 80 foi votado anterior ao PLC 85, mas chegaram a esta Casa os dois Projetos. E o PLC 85 não faz menção ao PLC 80. Ficou para esta Casa corrigir esse detalhe.

Então, só para poder constar aqui e fazer justiça. Muito bem disse o Deputado Laerte Gomes: “Marcílio, você está aqui como representante da Sedam, Secretário titular”. Mas eu preciso também falar do ex-Secretário, que agora é responsável por outra pasta, é diretor do DER, mas o Elias Rezende fez um grande trabalho como Secretário do Meio Ambiente deste Estado. Foi no contraditório de muitos. Que muitos apostavam que iria ser uma Sedam engessada, ele conseguiu desburocratizar. Ele conseguiu avançar em pautas importantes. Exemplo: a PLC 80. Mas isso tudo, é óbvio, o reconhecimento especial vai para o Governador que deu a liberdade para que pudesse trabalhar e fazer o que ele fez. Eu não tenho dúvidas de que você, Marcílio, ainda tem mais de 1

ano à frente da Sedam para poder trazer grandes transformações para este Estado. Existem muitos outros projetos que precisam ser implantados no meio-ambiente aqui do Estado e você, com certeza, vai ter o apoio desta Casa para fazer.

Vamos então prosseguir com a Audiência Pública, dando aqui, abrindo a vocês as Emendas apresentadas pelos deputados. Nós vamos começar com as Emendas de texto. Eu vou pedir para o assessor jurídico nosso aqui, o João Francisco, o Doca, para ele fazer a leitura de Emenda em Emenda, dar uma explicação rápida e didática, Doca, de cada Emenda apresentada pelos deputados e, aí, na sequência, nós vamos para as Emendas cartográficas, que é muito importante também a gente trazer essas Emendas para o conhecimento das pessoas apresentando, inclusive, o mapa do Zoneamento aqui, de como é hoje. É importante a equipe técnica prepare aí o mapa do Zoneamento como ele está no presente momento, como foi a proposta apresentada do Executivo para esta Casa e como está sendo modificada pela Assembleia Legislativa. Ok?

Vamos começar. Com a palavra, o nosso Assessor Jurídico, João Francisco, o Doca.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) - Bom dia senhores, a todos. Cumprimentar a Mesa Diretora, em nome do Presidente Jean Oliveira, aos demais presentes e, vou fazer uma leitura aqui, apenas dos artigos, porque essa parte dispositiva é técnica, redacional de alguns textos e apenas para dar publicidade das Emendas — aqui nós temos ao todo 18, com mais uma, 19 Emendas da parte dispositiva. A parte em que tem alteração dos zoneamentos e das subzonas será apresentada no telão e todos poderão ver. Em obediência a algumas alterações trazidas pelo PLC-80, que deu origem à Lei Complementar 1.089, e outras que haviam sido objeto de debate na Comissão do Meio Ambiente, no tempo das reuniões, mas que, segundo as informações daqueles que participaram — os parlamentares —, não foram contempladas no Projeto. Então, as Emendas do Deputado Lebrão e Emendas do Deputado Adelino Follador.

- Emenda ao Projeto de Lei Complementar de 06 de outubro de 2020, altera o Art. 7º, que encabeça dos § do parágrafo do Projeto de Lei Complementar 85/2020.

"Art. 1º. O *caput*, e os incisos do parágrafo único, do artigo 7º, do Projeto de Lei Complementar nº 85 de 2020, passam a tramitar com a seguinte redação:

Art. 7º - A Zona 1 é composta por áreas com atividades produtivas de uso agrícola, pecuário e/ou florestal e industrial consolidada ou áreas voltadas a expansão produtiva, podendo apresentar significativa densidade demográfica e intenso uso e ocupação, bem como infraestrutura diversificada.

Parágrafo único.

I - Estímulo ao desenvolvimento de atividades primárias incentivando práticas de manejo com uso de tecnologias disponíveis, visando o aumento da produção de alimentação, geração de emprego, uso sustentável dos recursos naturais, especialmente do solo, da água e das florestas remanescentes em todas as suas subzonas;

II - Estímulo ao acesso a programas de créditos e financiamentos diversos para atividades produtivas em todas as suas subzonas;

III - Conservação e recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal, de acordo com o Código Florestal, Lei 12.651/2012;

IV - Realização de investimentos públicos visando o aumento da produtividade, incentivando o uso de tecnologias disponíveis, assim como boas práticas de manejo;

V - Incentivo à implantação, fortalecimento e ampliação de programas de pagamento por serviços ecossistêmicos, tais como produção de água, sequestro de carbono e regulação climática; e

VI - Permissão para o uso da terra até os limites determinados pelo Código Florestal."

Essa Emenda, a Relatoria e a Comissão do Meio Ambiente compreendem como uma Emenda significativa no texto. E na nossa compreensão e a compreensão do Parlamento ela atende, sim, os dispositivos que estão contidos no Código florestal.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Só para a gente explicar bem para as pessoas entenderem, Doca, que o Zoneamento pode enrijecer mais com relação ao meio ambiente. Ele nunca pode ser mais acessível à agricultura do que ao meio ambiente, sempre tem que ser mais rígido. O Zoneamento tem que ser mais rígido do que o Código Florestal. Ele nunca pode ser menos do que o Código Florestal.

O que nós estamos trazendo aqui é a isonomia, o que é mais rígido no Zoneamento e menos no Código Florestal, nós estamos levando para o Código Florestal, para não ficar tão rígido como proposto. Então, aqui existe uma melhoria para o agronegócio, mas sem desrespeitar o Código Florestal, utilizando as diretrizes do Código Florestal sempre, é a base a qual nós temos que nos comportar legalmente, sempre o Código Florestal. Nós não podemos ir além do Código Florestal, mas pode, muitas vezes, ser mais rígido, mas o objetivo nosso aqui não é enrijecer, pelo contrário, é flexibilizar.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Perfeito. Eu agradeço a intervenção, Deputado. E também, esqueci de mencionar, que a Emenda é do Deputado Ismael Crispin.

- Outra Emenda do Deputado Ismael Crispin: "Altera o artigo 8º, *caput*, e incisos do seu parágrafo único, do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2020."

"Art. 1º. O *caput*, do artigo 8º, e os incisos do seu parágrafo único, do Projeto de Lei Complementar nº 85 de 2020, passam a tramitar com a seguinte redação:

Art. 8º. A subzona 1.1 compreende as áreas com atividade produtiva consolidada ou com perspectiva de crescimento da produção rural e viabilidade econômica e sustentável, sendo áreas que devem ser destinadas à manutenção da consolidação, intensificação e expansão do uso da terra em atividades agrícolas, pecuárias e/ou florestais, devendo ser observadas as previsões das legislações vigentes correlatas e, sobretudo, deverão ter maior investimento governamental nas políticas de proteção ao solo e à água.

Parágrafo Único.

I - Estímulo e incremento da produtividade, com a utilização de técnicas agrícolas, pecuárias e/ou florestais disponíveis;

II - Promoção de políticas públicas voltadas à regularização fundiária e ao controle da exploração florestal;

III - Estímulo a criação de agroindústrias, de forma a maximizar o custo de oportunidade, agregando valor aos produtos derivados das atividades agrícolas, pecuárias e/ou florestais;

IV – Implantação e manutenção de políticas públicas que permitam a recuperação de áreas degradadas e aumento da produção; e

V – Permissão para o uso da terra até os limites determinados pelo Código Florestal e promoção de políticas públicas de estímulo à manutenção de áreas de reserva legal e preservação permanente.”.

Quer comentar sobre a Emenda, Deputado?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só tinha feito aqui uma observação com relação aos impactos de direito com relação aos futuros projetos de assentamento. É essa a Emenda, não é? **(fora do microfone).**

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – É essa a Emenda.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Então, já explica que é isso uma das citações. **(fora do microfone).**

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Então, essa Emenda é significativa dentro do texto original, porque no Projeto original tinha um direcionamento prioritário para a reforma agrária na subzona 1.1. E esta parte do texto foi suprimida e compreendo que os assentamentos, os projetos de reforma agrária também podem ser em outras zonas, tanto na zona 2 ou zona 1. Está diverso. A Emenda é significativa e também, ao nosso juízo, atende ao Código Florestal.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Respeitando outras subzonas da zona 1. **(fora do microfone).**

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Certamente.

- Emenda do Deputado Ismael Crispin: “Insere o artigo 26, *caput*, e incisos, do seu parágrafo único, do Projeto de Lei Complementar nº 85 de 2020.”.

“Art. 1º. Insere o artigo 26 no Projeto de Lei Complementar nº 85, e reordena o atual artigo 24 e também os artigos seguintes:

Art. 26. Os imóveis rurais com área consolidada em 22 de julho de 2008 terão direito ao seu uso, independente da atividade desenvolvida ou mesmo estando a respectiva área sem uso a qualquer tempo após esse marco legal, mantendo a condição de área consolidada e antropizada.”.

Esta Emenda do Deputado Crispin, ela acrescenta um artigo e renumera os demais à sua frente. E nesse aqui, ela estabelece como marco definitivo da condição de antropização consolidada do Código Florestal. Ele não faz referência, suprimindo aquela condição do regime de pouso, não retira a condição de consolidada do marco de 22.07.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Me corrige se eu estiver errado, Dr. Doca. Só para que a gente possa captar melhor essa informação. A terra foi antropizada, derrubada. Está área de pastagem no dia 22 de julho de 2008. Aí, por alguma razão, virou capoeira. Passados 5 anos, o entendimento é que se regenerou a área. O que nós estamos fazendo aqui é mantendo o estado dela ao do dia 22 de julho de 2008, para que essa área que já foi antropizada um dia ela possa ser trabalhada como área de produção e não como mata nativa, porque isso é um grande problema que nós temos aqui. Áreas que eram florestas, que foram desmatadas, que viraram pastagens — juquirou, é juquirá — e são tratadas hoje como floresta para incorporar a reserva legal. É isso, Dr. Doca?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Perfeitamente, Deputado. Agradeço a intervenção. Deputado Jean é produtor e entende...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Deputado Jean, eu queria acrescentar também um pouquinho, se fosse possível essa Emenda aí.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – O senhor vai ter uma Emenda lá na frente tratando, parecido. Vai chegar. Vai chegar a sua vez. Ou senhor quer falar agora?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Não, eu só queria dizer que quando é analisado o CAR, é aquilo que o senhor falou aí: eles vêm trazendo ano a ano. E essa Emenda trata disso. Que o que nós temos que ver é a imagem de 2008. É isso que esta Casa está fazendo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Estabelecendo como marco definitivo 2008.

- Outra Emenda do Deputado Ismael Crispin: “Altera o artigo 10, *caput*, e incisos do seu parágrafo único, do Projeto de Lei Complementar nº 85 de 2020.”.

“Art. 1º. O *caput* do artigo 10, e os incisos IV e V do parágrafo único, do Projeto de Lei Complementar nº 85 de 2020, passam a tramitar com a seguinte redação:

Art. 10. A Subzona 1.3 é composta por áreas com atividades produtivas consolidadas ou em expansão produtiva, com ou sem infraestrutura para exploração das terras, porém com condições naturais que poderão vir a apresentar limitações a determinadas atividades produtivas no que tange a vulnerabilidade natural à erosão, sendo necessária nesses casos a adoção de práticas de controle e/ou prevenção.

Parágrafo único. São diretrizes da Subzona 1.3:

I - Utilização de técnicas de conservação do solo e controle de processos erosivos e de movimento de massa, cabendo para os desmatamentos incrementais à realização de estudos prévios de avaliação da vulnerabilidade do solo à erosão e dos meios de mitigação e controle, com metodologia a ser definida em termo de referência pelo órgão licenciador;

II - Promoção de políticas públicas voltadas à regularização fundiária e ao controle da exploração florestal;

III- Estímulo ao incremento da produtividade, com a utilização de técnicas agrícolas, pecuárias e/ou florestais disponíveis;

IV - Implantação e manutenção de políticas públicas que permitam a recuperação de áreas degradadas e aumento da produção;

V - Permissão para o uso da terra até os limites determinados pelo Código Florestal e promoção de políticas públicas de estímulo à manutenção de áreas de reserva legal e preservação permanente.”

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Esta Emenda, que altera o artigo 10, da Lei que veio até a Casa, é um destrave da Subzona 1.3. É tratando sobre 1.3. Está destravando a zona 1.3 de que forma, Docca? Pode falar aí.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Não, é isso mesmo que o Deputado...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Era com relação ao solo, não é? **(fora do microfone).**

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Essa 1.3.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Jean, não poderia mostrar no mapa, conforme a Emenda, já mostra no mapa onde, para...?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não, isso é Emenda de texto. Não é de cartografia.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Não, essa Emenda é textual, da parte dispositiva do Projeto.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não é cartografia. A parte de cartografia nós vamos fazer no final, que é mais fácil de entender, porque não é texto.

Mas só para dizer que a parte de texto é talvez até mais importante que a cartográfica. Essa parte de texto aqui, essas alterações que nós estamos fazendo são muito importantes. É óbvio que nós vamos ter depois uma discussão, após a aprovação aqui na Casa, com a Sedam. Por isso que eu peço, porque a Sedam é o órgão de assessoria do Governador. Quem vai sancionar ou vetar é o Governador. Mas ele vai ouvir evidentemente a assessoria dele, que é o Secretário e a equipe técnica da Secretaria. E aí é interessante que ele possa dar a oportunidade de a gente rediscutir isso no momento que for de ele vetar ou sancionar.

Então, só para esclarecer. Essa Emenda do artigo 10 é um destrave da Subzona 1.3, com relação às políticas de regularização, à questão de solo, que tinha um endurecimento maior. Ela continua sendo 1.3, diferenciado-a da 1.1 e da 1.2. Só que ela não está tão rígida como antes.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Presidente Jean, só para contribuir aí. Todo esse trabalho que nós fizemos foi no sentido da fala do senhor, do primeiro momento, de aproximar isso do nosso Código Florestal. Não enrijecer tanto, mas trazer para essa discussão. Foi esse o trabalho feito pela nossa CCJ dentro das propostas que foram apresentadas e aprovadas lá na CCJ.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Perfeitamente, Deputado.

- Outra Emenda do Deputado Ismael Crispin:

Altera o artigo 9º e incisos do parágrafo único do Projeto de Lei Complementar nº 85/2020.

O artigo 9º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º. A Subzona 1.2 é composta por áreas com predomínio da cobertura vegetal natural, com expressivo potencial florestal, em processo de ocupação agropecuária incipiente.”

Parágrafo único.

“IV - Estímulo ao incremento da produtividade, com a utilização de técnicas agrícolas, pecuárias e/ou florestais disponíveis; e,

V - Permissão do uso da terra até os limites determinados pelo Código Florestal e promoção de políticas públicas de estímulo à manutenção de áreas de reserva legal e preservação permanente.”

Observamos que a Emenda sempre se remete aos limites do Código Florestal.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só para falar agora como relator da matéria, essa Emenda eu fiquei em dúvida, Deputado Crispin. Depois nós vamos ter que discuti-la por conta de que eu não consegui entender qual foi a modificação do texto original para esse da Emenda.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Tem algumas situações que uma palavra muda toda a interpretação. E às vezes, no Projeto original... E veja que ela ficou muito parecida com a proposta do Poder Executivo.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Isso.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Às vezes, nós temos ali uma questão de uma palavra para você mudar a realidade. Então, fica aberto para depois...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu coloquei aqui uma observação para a gente debatê-la depois.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Perfeito. Perfeito.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Até então, nós estamos aqui trazendo uma concordância geral das Emendas propostas até o momento.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Presidente, não tem como mostrar isso no telão não? Porque o pessoal... Não tem jeito...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Porque nós estamos, nós infelizmente...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só está lendo, não é?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – É, estamos lendo, até porque as Emendas são documentos. Elas estão protocoladas, cada Deputado protocolou. No entanto, ela ainda não faz parte do Projeto. Ela só é sugestão.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Certo, certo.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Quer dizer, ela faz parte do Projeto, porém ela precisa ser aprovada na votação final, para ela virar lei, junto com o que o Executivo mandou. E o grande objetivo aqui é discutir as Emendas, porque o Projeto original já foi discutido.

Então, o Projeto original já chegou a esta Casa aqui discutido, então aqueles que estão sendo prejudicados já sabem que estão prejudicados. E esta Casa buscou resolver alguns problemas que era possível resolver.

Então, isso tudo vai vir, a parte cartográfica e essa parte de redação aqui, pouca gente tem conhecimento para discutir a questão da legislação na parte que é de dispositivo. Por isso que nós estamos fazendo questão, até porque nós temos aqui os técnicos do Inbra, da Sedam, da Sedam para que a gente possa noticiá-los. E se existir alguma discordância, o Secretário pode ficar à vontade aqui para, no momento oportuno, fazer alguma observação, inclusive, no sentido de ajudar, Secretário Marcilio porque Vossa Excelência já me orientou várias vezes de como decorrer. Inclusive esta Audiência Pública se faz também por uma observação do próprio Secretário da Sedam, que a gente precisava debater, discutir, que não fizesse um Projeto de Lei sem ampla publicidade porque depois ficaria difícil para própria Secretaria concordar com isso. Então, o objetivo dessa reunião é para dar publicidade e aqueles que tiverem alguma opinião favorável ou desfavorável apresentar aqui.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Outra Emenda: "Altera o artigo 22 do Projeto de Lei Complementar nº 85/2020."

O artigo 22 da Lei Complementar passa a ter a seguinte redação:

"Art. 22. Para fins de exclusividade de regularização mediante recomposição, regeneração ou compensação, fica reduzida para até 50% da propriedade a reserva legal de imóveis rurais com mais de 4 (quatro) módulos fiscais que possuam a área total consolidada, situados em áreas de floresta.", localizadas na zona 1.

Essa parte aqui ela suprimiu do Projeto original as expressões "excluídas as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade dos recursos hídricos e corredores ecológicos". É praticamente um dispositivo incerto no Código Florestal, a exceção dessa exclusão e a indicação também de superiores a 4 (quatro) módulos fiscais.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu penso que isso aqui é justamente porque a gente entra naquela máxima de que nós não devemos mais criar unidade de conservação no Estado de Rondônia, uma vez que já tem muitas. Então o objetivo é não facilitar, isso mesmo, no Zoneamento, é dificultar e observar o quê? Que existem áreas que isso pode ser feito e não trabalhar em áreas que nós temos gente produzindo. Então o objetivo foi esse: tirar essa possibilidade para que, olha só: "prioridades de conservação da biodiversidade dos recursos hídricos e corredores ecológicos.". Ou seja, uma propriedade privada pode se tornar essencial para ligar um corredor ecológico ao outro ou, de repente, é uma área de biodiversidade,

é um estudo e aí o cidadão com sua propriedade privada fica a mercê. Então esse artigo aqui, essa Emenda tira, suprime essa possibilidade.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Jean, eu estou recebendo aqui um pedido da plateia para distribuir uns papéis lá. O pessoal que tem alguma dúvida escreve e passa aqui para a Mesa depois, para a gente analisar, algumas observações. Acha que tem alguma observação importante, para a gente analisar depois. Para a assessoria distribuir papel lá na galeria para o pessoal que quiser fazer alguma notificação e mandar para a Mesa, depois recepcionar aqui para a gente analisar caso a caso.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só para a gente entender. A leitura aqui que o Dr. Doca está fazendo está ficando, eu sei que é difícil entender porque é muito técnico, mas está dando para compreender um pouquinho aqui o trabalho que foi feito de forma jurídica, o resumo básico? Mesmo resumindo é bem difícil sem bem didático.

O SR. LEBRÃO – A sua complementação à fala do Dr. Doca está deixando alto e claro. Eu acho que todos estão entendendo como está ficando o texto. E esse texto não pode ser colocado também para ser visto na tela porque é apenas texto. E, aí, as que tiverem alteração das áreas, sim, as pessoas terão a oportunidade de ver as modificações que foram feitas.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu estou me referindo só a alguma dúvida. Alguma observação.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu vou pedir aqui ao Cerimonial, tanto aqui no plenário quanto lá no auditório, que aqueles que quiserem fazer alguma anotação no papel, para depois trazer aqui para a gente, que faça dessa forma, a pedido do Deputado Adelino Follador.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) - Outra Emenda do Deputado Ismael Crispin, a de número 10. Ou melhor, número 7: "Insera o artigo 22, ao Projeto de Lei Complementar nº 85 de 2020, e reordena os artigos seguintes."

Esse artigo aqui está sendo inserido ao Projeto de Lei e ele está renumerando os demais à frente dele. E passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. Insera o artigo 22, ao Projeto de Lei Complementar nº 85 de 2020, e reordena os artigos seguintes:

Art. 22. Para os imóveis rurais que possuírem duas ou mais tipologias na mesma área, deverá ser adotada a aplicação das regras em separado, sem prejuízo das previsões legais no Artigo 12 da Lei 12.651/2012.

§ 1º. Havendo divergência entre o Mapa da Vegetação e a fitofisionomia real existente na área, com divergência na informação referente às tipologias de floresta, cerrado ou campo, em toda a área ou em parte dela, o proprietário poderá apresentar laudo técnico acompanhado do ART, motivará e subsidiará a imediata correção do referido Mapa de Vegetação.

§ 2º. A Sedam poderá realizar vistoria técnica presencial para comprovação da fitofisionomia. O órgão terá o prazo máximo decadencial de 3 (três) meses contados do protocolo

do requerimento do proprietário, sem ônus para este. Ocorrendo a decadência, prevalecerá o laudo apresentado.”

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Vamos lá. Essa parte é muito interessante para o Cone Sul, para o Baixão.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Pimenta Bueno, aquela região.~

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Olha só: nós temos dois tipos de vegetação numa única propriedade: nós temos campo e cerrado; ou cerrado e floresta ou campo e floresta. Então, existem dois tipos de vegetação. Então, o que a Sedam encaminhou para cá, com todo o cuidado de fazer essa observação? E o proprietário tem direito a discutir isso. Esses nomes técnicos: fito... Como é que é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Eu não estou nem com ele... (risos)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Espera aí. Cadê o nome?

O SR. ISMAEL CRISPIN – Fitofisionomia.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Fitofisionomia, que é justamente as questões técnicas para diferenciar o tipo de vegetação. Então veja bem: por que é muito importante isso aqui? O prazo que a Sedam encaminhou para a gente aqui, (está aqui, o Secretário não vai gostar disso, nem a equipe técnica dele). Eles pediram 1 ano para avaliação. Nós estamos reduzindo para 3 meses. Então, em 3 meses, eles vão ter que apresentar isso. Isso é ótimo para o produtor rural, porque resolve o problema e aí a gente entra naquela discussão do Código Florestal, da supressão vegetal. Do campo pode chegar até a 80%; do cerrado, a 65%; e da floresta, tão somente a 20%.

Então, é disso aí que nós estamos falando. Nós estamos falando sobre essa discussão de área de cerrado, campo e floresta. A Sedam poderia levar o prazo de 1 ano. Agora nós estamos estipulando 3 meses. Nós vamos te ajudar aqui, Secretário, trabalhando aqui o PCCR dos servidores para que eles possam trabalhar mais animados e a contratação de mais servidores para que a gente possa atender a população do Estado de Rondônia, porque 1 ano é muito tempo para um produtor esperar uma decisão como essa.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Deputado Jean, só para contribuir com essa fala do senhor. Nós tivemos uma reunião lá no Cone Sul, em Pimenta Bueno, e a Sedam já criou uma Comissão para identificar esses biomas que o senhor citou aqui. Então, a Sedam já está antecipando esse fato aí, e é de suma importância que esse artigo aqui esteja dentro da lei. Só para contribuir.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Vamos dar seguimento. Então, essa é a alteração do artigo 22 da Lei. Inserção do Artigo 22. Esse é um novo artigo, certo? Que não faz parte... Não, não. Não, não é esse não. Esse aqui, Doca, ele altera o prazo da Sedam de 1 ano para 3 meses. Então, ele

é uma Emenda Aditiva e deve ser Modificativa. Está aqui um resumo, mas eu acho que é dessa forma. É alterando o prazo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Ele insere o 22 e reordena os seguintes. Ele é uma inserção.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Quando você insere um, você tem que reordenar o restante, que é a parte da técnica legislativa, não é?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputado Crispin, só para fazer justiça, também, com os demais pares: nós estamos ouvindo muito “Emenda do Deputado Crispin, Emenda do Deputado Crispin”, e ele foi o relator dessa matéria na CCJ. Então, ele recebeu, teve a oportunidade de receber a sociedade civil organizada e ele colocou as Emendas, mas teve aqui a participação dos membros da CCJ que reconheceram as Emendas a aprovaram.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Claro.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – E agora está na Comissão temática, que é de Meio Ambiente, onde a gente dá seguimento a isso ou rejeita ou muda, mas aqui nós estamos dando seguimento. Até o momento nós concordamos com tudo, e nós temos uma observação a ser realizada, depois, num debate, claro, de uma Emenda que é a Emenda de número 5, apresentada.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente, só para contribuir, porque assim, essas emendas que foram aprovadas pela nossa CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), além da contribuição dos membros da Comissão de Constituição e Justiça, nós tivemos essa participação da sociedade, e foram muitas, o total não foram simplesmente essas, Chegaram muitas ideias, e algumas nós acolhemos, outras não, algumas nós inclusive sugerimos para que fosse para a Comissão Temática, que no nosso entendimento, no entendimento da CCJ seria o local adequado para fazer a discussão, e nós tentamos nos prender mais dentro da questão do texto legal, do texto legislativo, muito preocupando em manter a constitucionalidade do Projeto.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Vamos seguir com a Emenda número 8.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Outra Emenda, também do Deputado Ismael Crispin: “Altera o artigo 25 do Projeto de Lei Complementar nº 85 de 2020, e reordena os artigos seguintes.”, e com a renumeração passa a ser o Artigo 28.

“Art. 1º. Altera o artigo 25, do Projeto de Lei Complementar nº 85 de 2020, que passa a ser o artigo 28, depois da reordenação:

Art. 28. O ZSEE poderá ser alterado a qualquer momento, observada a legislação vigente e após aprovação e consulta pública pela Comissão Estadual do ZSEE.

§ 1º. As alterações só poderão ocorrer por meio de processo legislativo de iniciativa do Poder Executivo.

§ 2º. Estudo de nova aproximação poderá ocorrer após decorrido o prazo mínimo estipulado na legislação federal.”

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Só para a gente falar sobre esta Emenda aqui. Esta Emenda, nós temos apresentada pelo Deputado Adelino e pelo Deputado Chiquinho também, o mesmo teor. Acontece que o Decreto nº 4.297/2002 é que trata sobre Zoneamento, então nós não podemos fugir desse Decreto, a realidade é esta. O Decreto traz que só de 10 em 10 anos pode ser revisto o Zoneamento. Aqui nós estamos emendando para qualquer momento, e é previsto isso no Decreto, só que isso não é previsto de maneira, vamos dizer assim, a contribuir com o agronegócio. Só contribui com a criação de novas unidades de conservação, observando também outras situações, que são estudos científicos da biodiversidade. Então, isso pode a qualquer momento. Só que, dizer que nós vamos fazer uma reaproximação, que nós vamos adequar uma área, isso infelizmente não pode.

Isso aqui é um assunto que nós precisamos discutir se vale a pena a gente prosseguir com esse artigo. Nós vamos precisar inclusive, depois desta Audiência Pública, reunir com o Secretário da Sedam, que teve sugestões lá da Secretaria, que nós fizéssemos a cada 2 anos. Se for para fazer diferente do Decreto 4.297, eu prefiro deixar “a qualquer momento”, do que de 2 em 2 anos. Porque não tem nenhuma norma que diz que pode de 2 em 2 anos, é só de 10 em 10. Mas se for para abrir, quebrar esta regra, eu prefiro deixar “a qualquer momento”, que for de interesse público, da população. Isso aqui cabe uma discussão, pela questão constitucional e legal.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente, só para contribuir. Eu entendo que a proposta aqui não foge a realidade da questão do Decreto, porque ele fala “poderá ser alterado a qualquer momento, observada a legislação vigente.”. Então nós não vamos fugir daquilo que nós já temos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Perfeitamente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Na verdade, o senhor está reescrevendo o que o Decreto fala.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Na verdade acaba sendo uma afirmação, dentro do nosso Projeto de Lei Complementar, da nossa lei estadual, dizendo “olha, pode sim, mas você tem que observar isso aqui”.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Exatamente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Eu quero fazer aqui uma questão de entendimento. Talvez seja interessante nem prever isso no Projeto, porque a gente engessa, porque tem uma Emenda do Deputado Chiquinho e uma do Deputado Adelino que eles não fazem observância ao Decreto 4.297, ou seja, “a qualquer momento”, qualquer momento independente do Decreto.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Mas aí se eu fizer “a qualquer momento”, independente do Decreto, eu estou fazendo ilegal.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – É ilegal. Certo. Só que também se a gente não colocar a sua Emenda, porque ela já é prevista mesmo.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Não vai alterar.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não vai alterar nada, não vai ajudar nem piorar.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Entendo...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só que, pode ser que, lá na frente, exista uma nova norma e a gente não fique amarrado no Decreto 4.297.

Então, eu penso que é cabível uma discussão, a meu ver, de repente retirar isso aqui.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Perfeito.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Só para concluir então esta matéria, eu também diria que a Emenda atende sim o 4.297. Porque o 4.297, no artigo 19 elenca as situações em que pode ocorrer. E diferente do que veio no Projeto originário, que o Projeto originário trazia o quê? Porque ele pode ser feito a qualquer tempo, como aprimoramento técnico-científico, mas no Projeto originário ele dizia que esse aprimoramento técnico-científico seria apenas da base cartográfica. Então precisa estabelecer um limite nisso aí, e está previsto aqui conforme a legislação federal. Digamos que amanhã o Presidente da República traga esse Decreto e altere a regra para 4 anos. A lei já atendeu 4 anos, porque está na base, conforme a legislação federal. É o meu pensamento de ordem técnica. Assim que eu penso, mas os deputados é que vão debater.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Agradeço a contribuição, Doca.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Viu, Deputado Jean, é importante que essa Emenda seja ela alterada em qualquer momento, ou mesmo 2 anos (2 anos foi orientação da própria Sedam), para que se reveja. Por quê? Tem algumas Reservas que não foram previstas no PLC 80, como é o caso lá da Periquita, lá em Cujubim; a Mutum; a Tucano; a Gavião; o Araras; Angelim; a Ipê; aqui o pessoal da C-10, que quando essas áreas foram dadas em Reservas, o povo já estava lá. Por exemplo, aquela ali que é chácara do Setor de Cujubim, que é a Periquitas, é 1.200 hectares. Quem conhece lá como o Deputado Saulo, como eu...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – A própria situação de Rio Pardo.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – A situação de Rio Pardo e tantas outras, a gente possa, o governo encaminhar para esta Casa ou nós fazermos um PL, como o senhor fez lá para a Reserva de Ilha das Flores e encaminhar isso para o Estado.

Lógico, vendo todas as questões ambientais. Mas aqueles produtores já estavam lá, já moravam lá. É injusto o que estão fazendo e o que fizeram com aqueles produtores rurais. É por isso que a gente está colocando isso, porque se amanhã a gente desafetar já em breve já colocar eles também.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – De toda maneira, Deputado Chiquinho, nós temos 3 Emendas: uma do Deputado Ismael Crispin, uma do senhor e uma do Deputado Adelino, que trazem o mesmo teor.

O SR. ADELINO FOLLADOR – A minha é depois de 2 anos. A minha é de 2 em 2 anos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não, a sua não. É de qualquer momento.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não, não. É de 2 em 2 anos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – É de 2 em 2 anos?

O SR. ADELINO FOLLADOR – É minha é de 2 em 2 anos, conforme orientação da Sedam.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Está ok. Mas é aquilo que eu acho. Eu acho que se for para fazer de 2 em 2 anos, deixa liberado para qualquer momento.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Emenda do Deputado Adelino Follador, é o mesmo teor da apresentada anteriormente, modifica o artigo 25.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Ainda tem a Emenda — essa já é a 10 — a 9. Falta a 9. **(fora do microfone).**

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Ah, sim, do artigo 24. Desculpa, Deputado.

Mais uma vez, é uma Emenda do Deputado Ismael Crispin: “Insero o artigo 24, ao Projeto de Lei Complementar nº 85 de 2020, e reordena os artigos seguintes.”

“Art. 1º. Insero o artigo 24, ao Projeto de Lei Complementar nº 85 de 2020, e reordena os artigos seguintes:

Art. 24. É permitida a Compensação da Reserva Legal com qualquer outro imóvel rural situado no Bioma Amazônico.

§1º. No termo de compromisso do PRA, para recomposição da Reserva Legal mediante compensação, constará o prazo de 1 (um) ano a contar da publicação do referido termo para que seja concluída a compensação.

§2º. Não sendo realizada a compensação no prazo do parágrafo anterior, a Sedam intimará o proprietário para fazer a compensação de imediato, sob pena de suspensão do CAR e PRA.

§3º. O não cumprimento do cronograma de execução do referido PRAD apresentado poderá acarretar o cancelamento do mesmo. Após notificação e não cumprimento pelo produtor o órgão ambiental poderá solicitar a recomposição da Reserva Legal pertinente a área de APP não recomposta.”

Deputado Jean, quer comentar isso?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Dr. Doca, dá uma explicação aí.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Essa aqui... Quer falar?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pedi para explicar.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – O Dr. Doca?

O SR. ADELINO FOLLADOR – O Dr. Doca.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Quer explicar, Dr. Doca?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Não. Você.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Aqui é o seguinte: o PRA (Programa de Regularização Ambiental) irá se fazer em 1 ano. Caso o produtor não cumpra, a Sedam pode notificá-lo. E, aí, o descumprimento, ainda assim continuando a descumprir a notificação da Sedam, o produtor terá o seu CAR encerrado, porque não cumpriu com a regularização ambiental. Então, o prazo era quanto no Projeto original, Dr. Doca? Ficou 1 ano aqui. A Emenda mudou para 1 ano aumentando o prazo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Esse dispositivo é inserido, não é? Ele não constava do Projeto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Anterior eram 30 dias, não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Verdade.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Passou para 1 ano. É isso?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – É isso. Agora tem também outra Emenda que bate de frente com essa, mas eu acredito que ela melhora essa Emenda aqui, Deputado. A Emenda do Deputado Chiquinho visa melhorar um pouco mais, mas vai haver divergência com relação à Sedam.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, analisa logo a do Deputado Chiquinho para ver qual das duas vai ficar.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Vamos. O que acontece aqui é o seguinte: é idêntica, só que o Deputado Chiquinho não vê a questão do encerramento do CAR. Essa é a diferença. O que pode ser entendido como uma forma de não pressionar, regularizar ambientalmente. Não existe punição para aquele que não buscar a regularização.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Não regularizou, tocou de qualquer modo, para ele não tem nada.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não vai ter nenhuma punição.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Mas não é isso. É porque o problema é que estava trinta dias só. Você está entendendo? Aí, o PRA, para você recuperar uma área, não se faz em 1 ano.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não, continua 1 ano aqui.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Não se faz em 1 ano, entendeu? Tem muitas áreas que vai levar anos e anos para recuperar.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não, mas o PRA não é a recuperação da área. Ele é o Projeto que você apresenta, para ser organizado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Mas é ali onde vai dizer que o produtor tem que fazer dentro da sua propriedade.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Correto.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Entendeu? Mas, dentro de 1 ano, não se faz isso.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Mas ele precisa, pelo menos, iniciar.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Não, ele precisa iniciar, lógico, evidentemente.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Exato.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Essa é uma discussão que...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, tem que deixar bem claro na Emenda que, para iniciar, é que seria 1 ano.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não, nós temos duas Emendas aqui, a gente vai ainda poder ter a deliberação final, porque nós vamos ter que escolher entre uma ou outra. E ainda, o relatório não está fechado, é justamente por isso. É para que aqui a gente possa ouvir todos os que tenham para falar.

Então, essa parte de dispositivo é chata, porque muitas vezes a gente não consegue compreender como vai funcionar. A parte de cartografia, de mapa é melhor. Porque a gente vê com os olhos, e vai ficar mais fácil para todo mundo entender. Mas essa parte aqui é muito importante.

Então, no final — os Secretários estão ouvindo isso aqui —, vai poder dar participação, vai poder falar o que acha: se modifica, se não modifica, qual a sugestão para que a gente possa fechar o relatório, ainda hoje, desse Projeto.

O SR. EDSON AFONSO – Deputado Jean, seria possível só complementar uma frase nessa Emenda?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – De qual Emenda que o senhor está falando?

O SR. EDSON AFONSO – Nesta que o senhor acabou de discursar sobre ela.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Pode falar, pode falar. Do Deputado Chiquinho, que o senhor quer falar?

O SR. EDSON AFONSO – Nesta proposta aí da compensação.

O SR. ISMAEL CRISPIN – É a nossa, do artigo 24, acho.

O SR. EDSON AFONSO – Esse artigo, nós tratamos com a CCJ, Deputado Ismael Crispin, somente sobre a compensação. O que acontece? Um produtor teria que comprar uma área de imediato, o que pode onerá-lo. Então, essa questão de 1 ano é dando 1 ano de prazo para que ele possa adquirir a área para fazer a compensação da reserva legal. Somente isso, e a gente defende que ela é muito interessante para a questão de economia do produtor.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Nós colocamos aqui — eu fiz até uma observação entre a Emenda do Deputado Chiquinho e a do Deputado Crispin —, que aqui existe uma correção de detalhe, que seria essa situação do CAR (Cadastro Ambiental Rural), principalmente do CAR, do encerramento do CAR. Na do Deputado Chiquinho não tem isso, não é previsto isso. O Padovani falou aqui... Padovani, quer usar o microfone aí para fazer uma observação rapidinha?

O SR. EVANDRO PADOVANI – Ok. Bom dia a todos. Nós entendemos, concordamos que tem que haver a questão do CAR, alguma penalidade se não for cumprido, mas o produtor tem 1 ano para apresentar o projeto da recuperação, mas aí ele tem o prazo já pelo Código Florestal brasileiro, que pode chegar a até 25 anos. Ele vai só apresentar o projeto, o plano de trabalho e de execução. E isso tem que ser feito em 1 ano. Caso não faça, se cancela o CAR. É isso, Deputado Chiquinho?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – É isso mesmo, entendeu? O que nós queremos é isso: dar oportunidade para o produtor se regularizar, mas que ele não seja penalizado como está sendo feito agora.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente Jean, eu acho que 1 ano é muito pouco para você comprar a área e regularizar. Hoje você sabe que a regularização é complicada. Eu acho que é até pouco tempo...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não é comprar não.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Não é para ele... É para ele apresentar o projeto. Ele tem 1 ano para apresentar o projeto de regularização. Essa é a proposta.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Deputado Jean, nós podemos nos reunir lá na Comissão, reunião da Comissão, e agregar as três propostas em uma só.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Mas esse aí está aberto ainda. E nós vamos aqui também ouvir, no momento adequado das palavras, o próprio Secretário da Sedam, se

ele quiser opinar sobre o assunto. O Padovani já falou um pouco, o Incra, a Emater, a população, nós vamos ouvir todo mundo. Às vezes, vem a solução do problema no momento da fala dos participantes aqui.

Vamos dar continuidade agora à Emenda do...

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES – Deputado Jean, só um pouquinho. É o Secretário Marcílio aqui. Eu poderia passar essa dúvida para a nossa equipe técnica ali. Às vezes, seria bom pontuar agora.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Agora?

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES – Tem algum problema? Só para...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não, nenhum. Pode. Você quer? Tem microfone aí para você?

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES – Hueriqui, você poderia se manifestar, por favor?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Pode fazer uso da palavra, Hueriqui.

O SR. HUERIQUEI CHARLES LOPES PEREIRA – Bom dia a todos. Sobre essa Emenda, Deputado, hoje a Sedam não tem implementado a suspensão do CAR. Ele volta para o status pendente, após um prazo de descumprimento, seja de qualquer cláusula do PRA, mas nós não aplicamos suspensão ou cancelamento. E, sim, ele muda o status para "pendente", hoje, em 90 dias.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Ok. Então, nós não vamos aqui criar nenhuma dificuldade com relação a isso. Nós vamos...

O SR. HUERIQUEI CHARLES LOPES PEREIRA – Desculpa, lembrando aqui uma fala do amigo: o produtor, sem o CAR, ele pode perder sim o financiamento ou ter alguma coisa assim.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – E o prazo? O prazo para a entrega do PRA, é quanto tempo hoje, Hueriqui?

O SR. HUERIQUEI CHARLES LOPES PEREIRA – Com relação à questão entrega do PRA, tem um prazo amparado por lei federal que dá o prazo após 31 de dezembro de 2020, o prazo de até dois anos para adesão ao PRA.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Então nós vamos retirar aqui um ano e vamos passar para dois anos, para respeitar a norma. Não vamos fazer mais restritiva aqui. Então, ok. É para isso que serve a Audiência Pública, para corrigir esses detalhes.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Deputado Jean, eu não coloquei prazo por causa disso mesmo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Então essa do Deputado Chiquinho também... **(fora do microfone)**

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não, vamos dando continuidade. A do Deputado Chiquinho vamos fazer uma observação que nós já lemos, já entendemos o assunto e no final a gente vai organizar isso aí.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Emenda do Deputado Adelino Follador: "Modifica o artigo 25 do Projeto de Lei Complementar nº 085/2020."

"Fica modificado o artigo 25 do Projeto de Lei Complementar nº 085/2020, com a seguinte redação:

Art. 25. A alteração dos produtos do Zoneamento Socioeconômico – ZSEE, dos limites das zonas instituídas e das diretrizes gerais e específicas de uso e ocupação da terra ocorrerá periodicamente, após decorrido o prazo de até 24 meses."

A Emenda é taxativa e estabelece o prazo de 24 meses. Essa matéria que a gente debateu há pouco que vai ao encontro ao 4.297, que é a Legislação Federal.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só para falar que essa não é a última discussão nossa. Essa é aquela de rever o zoneamento a qualquer momento. O que o Deputado Adelino está fazendo é propondo de que de dois em dois anos a gente possa discutir ele. Aí temos a Emenda do Deputado Crispin que é "a qualquer momento, respeitando o Decreto 4.297." E o do Deputado Chiquinho, a qualquer momento.

Então, eu acho que isso cabe uma discussão. Eu penso que Deputado Adelino, se for para a gente estipular prazo, a gente não estipula prazo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É porque hoje é de 10 em 10 anos. A gente está reduzindo para: dois em dois anos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Orientação da Sedam, não é?

O SR. ADELINO FOLLADOR – É.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu queria abrir aqui para o Secretário, já aproveitar a oportunidade, saber se ele tem alguma base para poder propor isso, ou não tem, isso é que é melhor para o Estado. Porque aí a gente vai, conforme aqui, se não existe nenhuma regra, nenhuma lei que trata de dois em dois anos a gente vai...

O SR. ADELINO FOLLADOR – A partir de 2 anos já ficar em aberto, se tiver interesse de fazer, que seja feito.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES – Hueriqui, pontue para mim, por favor.

O SR. HUERIQUEI CHARLES LOPES PEREIRA – Deputado, sobre essa Emenda, eu acho melhor fazer uma análise jurídica, uma consulta à PGE ou ao jurídico aqui da Casa.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Certo. Houve alguma orientação por parte da Sedam nesse sentido ou não?

O SR. HUERIQUEI CHARLES LOPES PEREIRA – Em uma reunião — que eu até participei com o Deputado Chiquinho, Deputado Cirone —, pontuou-se uma situação. Só que se chegou à conclusão que ia ferir o artigo 19 do Decreto que trata o Zoneamento.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Se deixar em aberto, não é? Se deixar em aberto, fere?

O SR. HUERIQUEI CHARLES LOPES PEREIRA – Eu acho que ambas as Emendas podem ferir o Decreto.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não, ambas não. A do Deputado Crispin não fere. Só que a do Deputado Crispin, me desculpa Deputado Crispin, é chover no molhado.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Você é engraçadinho. É por limite dentro da nossa legislação. O Dr. Doca foi muito sábio quando disse: “se o Governo Federal faz uma alteração, a nossa lei já está dizendo que nós vamos ser atendidos.”.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Vamos discutir isso em outro momento.

O SR. ADELINO FOLLADOR – A minha Emenda contempla com a do Deputado Ismael Crispin. O meu problema, se a do Deputado Crispin, porque está abrindo. O meu problema é que a do Deputado Crispin está abrindo, e o meu objetivo é reduzir para dar oportunidade. Se puder fazer a qualquer tempo, a do Deputado Chiquinho também, eu abro mão, porque nós temos que deixar em aberto o máximo.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – A do Deputado Chiquinho é melhor ainda.
Por favor, Dr. Hélio.

O SR. HÉLIO BELOTTI – Presidente, se permite um aparte, até para contribuir com o debate sobre o ponto de vista interpretativo. O Decreto 4.297 de 2002, regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente, que é instituída pela Lei 6.938/1981. Esse dispositivo legal é taxativamente orientativo no seguinte sentido: o prazo para o Zoneamento se inicia a partir do seu primeiro Zoneamento, ao longo de 10 anos, ou 10 anos para uma nova alteração daquele Zoneamento que foi alterado anteriormente. Então, não cabe espaço para um prazo menor. Somente ali caberia nas exceções do próprio *caput* do artigo 19.

Então, no meu sentir, debater de forma contrária a isso seria prejudicar todo o remanescente, uma vez que nós estamos vinculados a esse dispositivo. E como bem dito pelo assessor jurídico da Mesa Diretora da Assembleia, Dr. Doca, qualquer alteração na Legislação Federal ou na jurisprudência, automaticamente vai ser aplicada ao Estado de Rondônia. Então, não vemos prejuízo algum em manter o seguimento à regulamentação federal. Porque à lei federal é dado o direito de instituir as normas gerais em matéria ambiental, a nós complementá-las. E como dito anteriormente, sempre no sentido de aplicar mais rigor à tutela ambiental. Então penso não ser interessante, ao meu sentir, uma contribuição jurídica, invadir

uma nova, uma novel legislação em razão deste dispositivo. É o que tinha.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Perfeito. Complementando as informações do :Dr. Belotti, a Emenda do Deputado Crispin suprime uma parte que a lei define que as questões da coisa apenas como a base de cartografia, não é? Então, ela se adequa perfeitamente ao dispositivo do Decreto.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Porque quando ela suprime essa parte aí, antes, no Projeto original nós estávamos vinculados à questão da cartografia. Quando você suprime isso e abre, é aí que mora a questão, na verdade, da nossa propositura de alteração.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA)–Sim.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Até porque a legislação federal, Dr. Doca, pode ser alterada.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Pode.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, nós temos que deixar aberto para que a gente consiga analisar, adequar aqui futuramente. Se for... Na questão ambiental, existem vários projetos no Congresso Nacional.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Uma Questão de Ordem. Para alterar...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Só Questão de Ordem. Só Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Nós temos autonomia dentro do nosso Código de legislar dentro do Estado e daí nós vamos voltar a vincular? Uma decisão do Governo Federal? Porque talvez o Governo Federal possa ter medidas mais pesadas do que nós podemos degustar ou diferentes do interesse do Estado.

O SR. HÉLIO BELOTTI – Com a devida vênia, mas a autonomia estatal é mitigada em razão da legislação federal. Estou aqui participando do debate ou não, mas apenas tentando trazer o que hoje é o entendimento da Corte constitucional, de modo a subsidiar as decisões políticas da Casa. Só no intuito de auxiliar.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) - Perfeitamente, Doutor. Sua intervenção foi muito válida.

(Às 11 horas e 53 minutos, o Senhor Jean Oliveira passa a presidência ao Senhor Jair Montes)

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Só Questão de Ordem, Presidente Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Questão de Ordem para o Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – A ideia é deixar a qualquer momento ou de 2 em 2 anos, por quê? Porque nós temos várias outras Reservas que podem ser desafetadas. E nós não podemos esperar mais 10 anos para ser analisada. Isso já está prejudicando os produtores rurais, essas outras áreas que não foram desafetadas. Aí, vai ser desafetada e vai continuar sendo Zona 2.2, 2.3, 2.1, aí não tem jeito. É enganar o produtor rural.

Eu acho que a gente tem que deixar como está, uma Emenda do Deputado Adelino Follador, a minha e a do Deputado Ismael Crispin, juntar e deixar uma só. Mas que atenda às futuras situações que possam vir.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Questão de Ordem. Só para poder organizar, a Taquigrafia nossa, aos oradores, as pessoas que forem usar a fala, por favor, falar seu nome, o órgão ou a entidade que representa, está bom? Para organizar melhor a Taquigrafia.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Só Questão de Ordem, Presidente Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ – O Deputado Chiquinho da Emater tem razão, porque quando nós desafetamos a área e não tiver o Zoneamento dele, nós estamos dando um presente de grego. A pessoa está com a área desafetada e não pode plantar, não pode utilizar, não pode... Então, realmente, nós precisamos avançar nesse tema e a legislação federal, vamos nos adequar para que a gente possa, realmente, dar liberdade de eles produzirem.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Vamos lá, dar prosseguimento. Dr. Doca.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) - As Emendas que implementaram na Comissão de Constituição de Justiça são essas, não é?

Agora vamos às Emendas apresentadas na Comissão Temática. O Deputado Ismael Crispin, como relator, já fez o seu relatório, o parecer, e foi aprovado na CCJ. Agora vamos às Emendas apresentadas na Comissão de Meio-Ambiente.

Essas Emendas agora, essa aqui é a do Deputado Lebrão e a do Deputado Chiquinho da Emater. Ela altera os anexos I e II do Projeto de Lei Complementar 85 e essas Emendas, acho que foram revitalizadas com o pessoal técnico da cartografia, não é, deputado, e elas vão vir naquela sequência, certo? Vão vir naquela sequência, eu vou deixar de ler, mas ela diz seguinte: "Fica alterado o Anexo II do Projeto de Lei Complementar 85, reclassificando as áreas das localidades de Cavalcante, Papagaio, Curicaca, Santa Catarina, Terra Firme e Goiabal, das Subzonas 3.2, 3.3, para a Subzona 1.3."

Tem uma justificativa bem extensa aqui, o Deputado vai se manifestar sobre essa, mas elas irão compor aquela. Esta é a questão da Zona 3.

(Às 11 horas e 56 minutos, o Senhor Jair Montes passa a presidência ao Senhor Jean Oliveira)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Eu fiz várias anotações aqui, para a gente poder falar. Essa Emenda é a do Deputado Lebrão, não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – É do Deputado Lebrão e Deputado Chiquinho.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Está aqui a observação que nós fizemos aqui, e nós temos aqui "certificar". Certificar porque se estas áreas, Deputado Lebrão, forem Zonas 3, fizerem parte da Zona 3, elas fogem da possibilidade da gente... Fica impedido de a gente realizar alguma alteração nela. A Lei do Zoneamento não prevê possibilidade de mudar a Zona 3 para Zona 2 ou Zona 1. Então, por isso que está aqui "certificar".

O SR. LEBRÃO - Sem dúvida, mas só que ela era da Zona 2.1.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - É por que chegou informação para a gente de Zona 3, por isso eu coloquei aqui "certificar", porque eu jamais iria fazer uma injustiça com aquela população, sem antes verificar. E eu tive o cuidado de analisar imagens de satélite e tem muitas áreas antropizadas. Ou seja, gente produzindo nessas localidades, principalmente ali próximo a Calama, tem muito, ali na margem do rio Madeira praticamente toda, o lado direito está produzindo, muita gente. E, a Emenda de Vossa Excelência, eu acredito que é aquela que no mapa aparece saindo de Porto Velho, aqui da cidade, e indo até lá no Calama, daí descendo o "Soldados da Borracha" margeando o rio Machado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – E parte do rio Jamari, até o rio Machado, atendendo todo esse pessoal, toda essa parte de pessoas ribeirinhas, que estão ali há milhares e milhares de anos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Ok.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – É que o próprio texto, como o Deputado Jean disse, o próprio texto da Emenda do Deputado remete à Zona... Por isso que a gente...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - O texto da sua justificativa traz Zona 3, Subzona 3.3, e aí não cabe, infelizmente.

Nós temos aqui outra proposta, da Deputada Cassia, que eu já vou aproveitar e vou pular lá para frente. A Deputada Cassia traz aqui, uma coisa que eu também defendo, que é reconhecer Rio Pardo como Zona de produção. Lá atrás fizeram o quê? Modificaram Rio Pardo para FES (Floresta Estacional Semidecidual) e APA (Área de Proteção Ambiental). Ou seja, fizeram aquela mudança, aquela permuta de Reservas que não resolveu o problema da população do Rio Pardo.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu tenho uma Emenda também lá.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – E aí, isso não dá para fazer. Nós entendemos a motivação política, eu Deputado

Jean, gostaria de fazer isso aqui, mas isso aqui não cabe nesta discussão. Cabe em um projeto como o PLC80, que nós tratamos da questão de desafetar as propriedades. Que na verdade nós não estamos tirando área de preservação e tornando área de produção. É área de produção que está lá como preservação de forma equivocada, porque o povo já está lá produzindo. Na época trocaram seis por meia dúzia, essa é a verdade. Tiraram da Unidade de Conservação Federal, passou a ser estadual, mas não resolveu o problema do povo. Então, a Deputada Cassia teve o cuidado de fazer um projeto... Esse aqui, que é do?... Esse aqui é de Nova Mamoré? Não.

A Emenda da Deputada Cassia é pedindo para modificar os Municípios de Nova Mamoré. Só que aí ficou difícil da gente detectar, mas se ela estiver fazendo alteração naquelas áreas que foram alteradas pelo Projeto de Lei Complementar nº 80, que se tornou a Lei Complementar número 1.089, aí sim está certo. Inclusive, o Deputado Jair Montes está aqui do meu lado e ele também tem uma Emenda para aquele "Bico do Parque" se tornar área de produção, uma vez que a gente mudou aqui em plenário e foi sancionada pelo Governador. Ok?

Então só para a gente deixar bem claro o motivo dessa discussão: região de Reserva não dá para mudar para Zona de Produção ou Zona 2.1 ou Zona 2.2.

Pessoal lá do Baixão, que estão bem perto da Biológica: não dá para mexer na Biológica. Eu nunca falei que dava para fazer isso. Não dá para alterar Zona 3 para Zona 2 ou para Zona 1. Não dá para fazer isso. Então, é uma coisa que foge da possibilidade de a gente conseguir tornar isso uma lei que não sofra prejuízo, como muitas que a gente tem aqui que já sofreram.

Vamos dar continuidade, Dr. Doca.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Projeto de Emenda do Deputado Chiquinho da Emater: "Altera o artigo 22 do Projeto de Lei Complementar nº 085/2020."

"Art. 1º. Altera o artigo 22 do Projeto de Lei Complementar nº 85/2020:

Art. 22. Para fins exclusivamente de regularização mediante recomposição, regeneração ou compensação, fica reduzida para até 50% da propriedade a reserva legal de imóveis rurais com mais de 4 (quatro) módulos fiscais que possuam área rural consolidada, situados em áreas de floresta."

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Quero aqui dizer que essa Emenda o Deputado Crispin havia feito, só que o Deputado Chiquinho vem trazendo, destravando o limite de 4 módulos fiscais. Então essa aqui é mais... Ela não visa só o pequeno. Ela visa o médio e o grande produtor rural também.

Então, eu entendo que ela é melhor do que a Emenda aprovada lá na CCJ. Portanto, essa é uma Emenda que nós vamos acatar na Comissão de Meio Ambiente.

Aquela situação lá que nós falávamos da data de 22 de julho de 2008.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Emenda do Deputado Chiquinho da Emater: "Altera o artigo 23, do Projeto de Lei Complementar nº 85/2020."

"Art. 1º. Altera o artigo 23 do Projeto de Lei Complementar nº 85/2020:

Art. 23. Os imóveis rurais com área consolidada em 22 de julho de 2008, terão direito ao seu uso, independente da atividade desenvolvida ou mesmo estando a respectiva área sem uso por qualquer tempo após 22/07/2008, mantendo sempre a condição de área consolidada, antropizada e de uso permitido."

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deixa eu fazer uma correção aqui. Anteriormente eu falei que a Emenda do Deputado Chiquinho visava mais de 4 módulos. É com relação à criação de corredor ecológico, áreas de conservação, respeitando a biodiversidade.

Então, fica proibida a criação de unidade de conservação ou emendar um corredor ecológico no outro, quando a propriedade é maior do que 4 módulos fiscais. Anteriormente estava até 4 módulos fiscais não podia fazer isso. Agora ficou qualquer propriedade privada não se pode mais fazer isso em detrimento de criar uma unidade de conservação ou corredor ecológico.

E essa que o Dr. Doca acabou de ler, aí sim, nós estamos falando que qualquer propriedade que fez o desmatamento, plantou capim, ou soja, ou café, e por alguma consequência do destino, juquirou, virou capoeira, ela não vai deixar de ser reconhecida como propriedade de produção. Não vai ser incorporada essa capoeira à reserva legal dele. Respeitando, evidentemente, a área de preservação permanente, que a gente tem que preservar mesmo as beiras e rio, de córrego, não tem como não observar isso.

Então, essa Emenda visa propriedade acima de 4 módulos fiscais, uma vez que isso é muito importante.

Deputado Chiquinho, quer fazer alguma ponderação?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Quero sim, por favor. Essa Emenda é muito importante, inclusive...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Aqui, eu coloquei essa Emenda como "boa".

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Inclusive a Sedam até pratica isso, mas, muitas vezes, quando vai o produtor pedir essa regularização, aí encaminha para a PGE e nunca sai. Então, o que nós queremos é regulamentar e já para os técnicos poderem fazer sem passar pela PGE.

É porque assim, Deputado Jean, essa Emenda já é até praticada pela Sedam. Mas, muitas vezes, se pede — o produtor rural vai lá, pede a licença e nunca sai. Eles encaminham para a PGE e o Procurador nunca dá a resposta.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu não sei se é bem praticado pela Sedam do jeito que nós estamos colocando aqui não. Eu acho que a Sedam tem algumas restrições com relação a isso.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Tem não.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Mas é muito importante que, uma vez a área antropizada, eu particularmente não acredito que volte a ficar no estado de vegetação que ela era no passado. Como, por exemplo, a gente

pegar agora e fechar essas áreas que estão produzindo em Reserva, que isso não é culpa de quem está sentado na cadeira agora, neste momento. É culpa lá do passado. Na hora de criar a Reserva já criou em lugar errado. Entendeu? Aí o povo produzindo, vai tirar o povo de lá como se a floresta fosse subir de novo. Não vai. Leva mais de 100 anos para isso acontecer.

O SR. EDSON AFONSO – Deputado Jean, só para contribuir.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Viu, Deputado Jean, eu fiz uma consulta à Sedam. Nessa consulta, eles encaminharam para mim que “o procedimento já é adotado nesta Coordenadoria”. Mas, muitas vezes, os técnicos — não sei por que razão — encaminham para a Procuradoria-Geral do Meio Ambiente local da Sedam. E muitas vezes isso fica lá anos e anos e não sai.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Esse é o entendimento ainda, Deputado Chiquinho, que ele diverge de técnico para técnico. O técnico lá do Erga (Escritório Regional de Gestão Ambiental), o técnico do Erga de Alta Floresta, do Erga de Costa Marques, do Erga de Cerejeiras, pode pensar um diferente do outro. E aí, eu estou falando isso, porque, às vezes, pinho cuiabano, que é uma vegetação que cresce e ela serve como lâmina, tem técnico que fala que é regeneração, incorpora na reserva legal. É um absurdo! O objetivo é só restringir, restringir, restringir. Produzir que é bom, nunca tem absolutamente nada. E aí, Padovani, essa matéria de agricultura não entra. Fica só para a Secretaria de Meio Ambiente. E o Meio Ambiente visa o meio ambiente, não visa o equilíbrio. Então, botando isso aqui na lei vai ficar muito bom. Por isso que eu faço questão de colocar.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Exatamente isso. É para deixar isso bem claro.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Então, botando isso aqui na lei, vai ficar muito bom. Por isso que eu faço questão de colocar no nosso Zoneamento essa observação.

O SR. EDSON AFONSO – Deputado Jean, só para complementar rapidamente, nós tratamos isso aí na Comissão, até com o senhor e também com o Deputado Ismael na CCJ, é muito importante essa frase que foi incluída: a “extinção das APPs” (Áreas de Preservação Permanente), porque a APP não se consolida. Então, parabéns a vocês por acatar essa Emenda.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Emenda 15, não é? **(fora do microfone).**

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Emenda do Deputado Chiquinho da Emater: “Insere o artigo 26 ao Projeto de Lei Complementar 85/2020”, que passa a tramitar com a seguinte disposição:

“Art. 1º. Insere o artigo 26 no Projeto de Lei Complementar nº 85/2020 e reordena o atual artigo 26 e também os artigos seguintes:

Art. 26. Nos casos em que a Reserva Legal já tenha sido averbada na matrícula do imóvel, e em que essa averbação identifique o perímetro e a localização da reserva, o proprietário não será obrigado a fornecer ao órgão ambiental as informações relativas à Reserva Legal previstas no inciso III do § 1º do art. 29 da Lei nº 12.651.(que é o Código Florestal).

Parágrafo único. Para que o proprietário se desobrigue nos termos do caput, deverá apresentar ao órgão ambiental competente a certidão do registro de imóveis onde conste a averbação da Reserva Legal ou termo de compromisso já firmado nos casos de posse.”.

Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Olha, aqui essa Emenda nº 15, ela é uma reprodução do texto do Código Florestal, trazido para dentro do zoneamento, naquele entendimento que nós falamos, de que o Código Florestal é o limite que a gente tem para poder avançar.

Então, se a norma vem mais restritiva do que o Código Florestal, nós apresentamos o Código Florestal como substituição dessa norma. É o que foi feito aqui agora.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – É isso mesmo, Deputado Jean.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Emenda do Deputado Chiquinho da Emater: “Insere o artigo 27 ao Projeto de Lei Complementar nº 85/2020”, que passa a tramitar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Insere o artigo 27 no Projeto de Lei Complementar nº 85/2020 e reordena o atual artigo 27 e também os artigos seguintes:

Art. 27. Nos casos em que o excedente da Reserva Legal, em propriedade particular, tenha sido averbada como Servidão Florestal e não for usada, esta poderá ser alterada na sua destinação e alterada na matrícula do imóvel.”.

Também com disposição no Código Florestal.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Exatamente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – É a mesma coisa que eu acabei de falar anteriormente.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – A Emenda da Deputada Cassia, que você já...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – A Deputada Cassia apresentou uma Emenda que diz o seguinte: altera os Anexo I e II e acrescenta o § 2º no art. 23 do PLC 85.

As alterações em anexo buscam alteração das Subzonas das localidades do Distrito de Nova Mamoré – Nova Dimensão, deve ser, ou Jacinópolis, eu não sei —, de Nova Mamoré e de Nova Mamoré — repetiu novamente.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – É, não indica. **(fora do microfone).**

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Então assim, não dá para saber onde ela está buscando fazer essa correção.

Então, eu vou conversar com a equipe do gabinete da Deputada Cassia, para a gente poder entender qual é o destino, o anseio dela, para a gente poder ajudar a formalizar essa Emenda aqui.

Ok? Encerradas as Emendas...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – A do Deputado...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Qual? Não, mas agora é cartográfica, não é?

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Jair Montes?

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Presidente. Eu tive a oportunidade de presidir, a pedido de Vossa Excelência, a última reunião no Palácio para tratar do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado, essa aproximação. Ficou resolvido o problema do "Soldados da Borracha", que hoje está pronto para ser votado. Da mesma forma, da gleba Rio Preto, e Vossa Excelência mesmo viu uma falha que teve no mapa, detectou esse problema, e eu pedi para o Dr. Doca que fizesse essa Emenda, fazendo aquela alteração na Jamari, na Independência, e a margem direita do rio Machado. O Dr. Doca ficou de elaborar essa Emenda, não estou vendo ela colocada aqui.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Calma aí. Nós vamos fazer agora as Emendas de mapa.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – É porque, assim, o que o Deputado Lebrão quer falar, quer dizer, quando foi feito o estudo do "Soldados da Borracha"...

O SR. LEBRÃO – Para finalizar, exatamente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Nós entendemos, eu entendi. O que nós fizemos aqui foram Emendas que modificam os dispositivos da lei, sem intervir em cartografia. Agora, nós vamos falar de cartografia. Agora nós vamos pegar o mapa do Estado, vamos colocar o mapa...

Zeraram aqui as Emendas ou ainda tem mais Emendas?

O SR. LEBRÃO – É, mas a Emenda, por exemplo, do rio Jamari até o rio Machado, ela também entra na cartografia e temos alterações?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – É cartográfica, Deputado. É cartográfica. Todas, todas as cartografias vão ser expostas no telão agora. Mas ainda tem mais uma?

O SR. LEBRÃO – Ok, ok.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Deputado Jean, só para esclarecer mais um pouquinho, junto com o Deputado Lebrão. É que quando foi feito o estudo do "Soldados da Borracha", foi

feito o estudo também da Gleba Rio Preto, e quando nós fomos ver a cartografia, não estava lá. Mas como ela foi feita, Deputado Lebrão, lá, o senhor estava presente, o Deputado Jean, o Deputado Luizinho, o Deputado Ezequiel, eu estava presente também, os técnicos voltaram lá, inclusive o Marcos, da Sedam, esteve ontem comigo, falando a esse respeito, e quando foram transcrever, não colocaram lá.

O SR. LEBRÃO – Exatamente.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Então, é como o Deputado Jean falou: está lá já na cartografia, porque ela já foi discutida, foi analisada pelos técnicos da Sedam.

O SR. LEBRÃO – Ok.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só tem uma Emenda aqui do Deputado Jair Montes e ela é idêntica à da Deputada Cassia Muleta. Depois nós vamos pedir até para que os dois façam indicação junto, mas que é o mesmo teor, indicando que a região de Jacinópolis, Nova Mamoré, se torne zona 1.1.

Na verdade, Deputado, nós não podemos agir dessa maneira porque nós temos que ter o polígono da área que vai ser 1.1 e o polígono da área que vai ser outra Zona. Porque senão a gente vai tornar tudo área de produção e lá nós temos Reservas. Nós temos parque, nós temos o Parque Guajará-Mirim, nós temos Reserva Indígena próximo ali.

Então, nós não podemos fazer isso, tornar tudo 1.1. Mas, nas Emendas cartográficas o senhor vai poder analisar e verificar se ficou a contento, porque nós pegamos toda a base do Projeto de Lei Complementar 80, que é a Lei 1.089. Essa lei tem a desafetação de algumas unidades de conservação. Nós estamos trazendo para o Projeto de Lei Complementar 85 as áreas desafetadas, inclusive o Bico, inclusive algumas partes do Parque, a Reserva Extrativista Jacinópolis.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Minas Novas.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Minas Novas, que é a Reserva Jaci-Paraná.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – A Resex Bandeirantes.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Nós tivemos um Projeto de Lei Complementar de minha autoria, o Projeto de Lei Complementar 104, que destituiu a Ilha das Flores como parque e nós estamos colocando também o Parque Ilha das Flores, que não é parque, como zona de produção.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Jean, a Emenda do Rio Pardo, do rio Machado, como ficou?

O SR. JAIR MONTES – Deputado Jean, Questão de Ordem.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JAIR MONTES – Deputado Jean, eu vou aproveitar, eu estou aqui com muitos moradores do Bico do Parque, estão

aqui conosco, tem muita gente aqui que veio de Jacinópolis. E aproveitar que também está aqui a Sedam, na pessoa do Secretário Marcílio, e vou deixar aqui a minha indignação com a Sedam. Por que isso Secretário Marcílio? Porque nós fizemos lá atrás o PLC 80, aprovamos e sem Veto do Governador Marcos Rocha, bem importante isso. Aprovou nesta Casa, chegou no Palácio e o Governador sancionou. E depois a própria Procuradoria da Sedam foi buscar lá atrás, aquilo que o Governador era contra e colocou dentro do processo para mandar para o Tribunal de Justiça para poder prejudicar vocês lá do Bico do Parque. E vocês sabem muito bem do que eu estou falando, porque vocês vêm sofrendo despejo, vêm sofrendo humilhação, a terra que vocês têm lá, não pode ficar.

Então, ou a Sedam é governo ou não é. Ou a Secretaria está com o governo ou não está. Então, eu não consigo entender como a Secretaria joga contra o Governo do Estado de Rondônia.

Então, é por isso que nós estamos trazendo aqui à baila essa Emenda para que nós possamos, de maneira... A única coisa que eu quero, as pessoas que já estão no Bico, não são invasores não, quem já está no Bico, seja regulamentado e de fato possa cultivar as suas áreas como pequenos produtores, porque é o que sustenta hoje o Estado e o Brasil.

Então, vocês têm o meu apoio integral, meu e do Deputado Alex Redano, Presidente desta Casa. Vamos lutar e brigar por aquilo que é justo para vocês. Obrigada, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Conseguir colocar aqui o mapa de como é o Zoneamento hoje.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Bom dia a todos. Vamos lá.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – O Franber faz parte da nossa equipe técnica, junto com o Alexandre, e foi a equipe que desenvolveu a parte de cartografia desse relatório final do Zoneamento.

Franber.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Nós vamos colocar agora o Zoneamento atual, hoje, que é a última aproximação de 2008.

(Apresentação das imagens do mapa cartográfico)

Então esse é o nosso Zoneamento Socioecológico do Estado atualmente.

Vamos passar agora para a imagem da...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu queria, Franber, que você desse um zoom em áreas importantes. Nós vamos mostrar agora ali em Candeias do Jamari, a população do distrito da Vila Samuel, essa parte roxa. E essa clarinha é o alagado da usina de Samuel.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Exatamente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – E aquele roxo lá em cima, já aproveitando, para o “Soldados da Borracha”.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Soldados da Borracha.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Todas essas áreas roxas são áreas 2.1.

O SR. LEBRÃO – Isso aí confere também, Presidente, essa área que eu coloquei uma Emenda.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Atual.

O SR. LEBRÃO – Sim, mas...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Depois nós vamos apresentar com as Emendas.

Eu só quero perguntar, isso aqui que está sendo apresentado lá no auditório também? Está? Desse jeito aqui, não é? Do jeito que está aqui no telão? **(dirigindo-se aos técnicos da Casa)**. Está bom. Então, tá.

Agora vamos lá para a região da Ilha das Flores. Essa região aí, atualmente esse roxo é 2.1, o verde é via Biológica, esse 2.2 na beira do rio Guaporé.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Exatamente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Vamos no Cone Sul. Essa região roxa é a região de 2.1 que atualmente nós temos muita gente produzindo, mas sem condições por conta de 2.1. E aquela área ali pouco mais alaranjada na Beira do rio Guaporé, aqui perto de... em Cabixi, ali.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Da Vila Neide, da Vila Neide, não é?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Qual? 2.2? 1.2?

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – 1.2.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – 1.2, não é?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Jean, já podia apresentar as alterações, mostrando e já alterando...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não, não. O importante é que todo mundo veja como que está, para depois a gente mostrar.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Mas mostra as duas...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Vamos agora lá para a Resexde Jaci-Paraná. Pessoal de Jacinópolis e de Minas Novas.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Nós temos aqui Jaci...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Mostra onde está aí Jacinópolis aí, Franber, para a gente ver.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Aqui. Onde está o cursor do mouse.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não. Esse é Minas Novas.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Isso.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Minas Novas. Agora mostra onde está Jacinópolis, aqui nesse roxo, do lado do Parque Guajará-Mirim aqui. Esse roxo é Jacinópolis. E ali o Parque com o Bico.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - O Bico como área de unidade de conservação.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só que isso está equivocado porque esse Bico não é, hoje, ele não é unidade de conservação. Está equivocado esse mapa aí.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Exatamente. Essa é a última aproximação de 2008.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Agora, Franber, vamos para o Projeto de Lei Complementar que chegou à Casa agora. Como chegou na Casa. O encaminhado de 2020. 5

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Essas são as imagens.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – 2020. O Projeto de Lei Complementar como ele está, sem Emenda.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – É essa a imagem de 2020.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Vamos lá naquela parte, vamos começar agora já pelo, pelo, pela Reserva Jaci Paraná. Olha, o Bico está como 2.2.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - O Bico está como 2.2. Lembrando que essas áreas, essas manchinhas pretas aí no mapa, são as áreas de município, são os perímetros urbanos...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Distritos...

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Distritos e cidades, não é? Então elas estão setorizadas aí.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – A gente já viu que Jacinópolis mudou no Projeto do governo, de 2.1 para 1.1.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Para 2.1.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – De 2.1 para 1.1.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Isso.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Agora, vamos para o “Soldados da Borracha”.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Onde está o mouse, aí.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – “Soldados da Borracha” é essa região. Isso é como o governo, como o governo mandou para cá.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Encaminhou o Projeto. Isso.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Lá em cima, lá. A região de Cavalcante, lá, roxo.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Isso. 2.1
O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – 2.1. Aquela mancha azul clarinha é rio ou é 2.2?

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - A azul mais escura é parte do rio Madeira e a clarinha é 2.2. A margem direita do rio Madeira e a margem esquerda.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Certo. Vamos lá para a Ilha das Flores. A Ilha das Flores, nós temos aí 2.2.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Isso.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Nós temos uma área de 2.2 ali, que é o Baixão, de Alto Alegre e Alta Floresta.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Isso.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – E nós temos uma outra parte do Baixão que está 2.1.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Só um minuto, Deputado. Pronto.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – É assim que está o Projeto do Executivo encaminhado em 2020. Vamos lá, agora, para o Cone Sul. O Cone Sul, no Projeto original está atendido como, a grande maioria, como região de produção.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Como Zona 1.1.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Viu, Deputado Jean, incluindo também a Vila Neide, que hoje vai ser 2.1, que é a área, o que está consolidado fica, não pode mais avançar. Mas é uma área que vai ficar definitiva com o pessoal lá, na parte de turismo lá de Cabixi.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – E não é, e não é pretensão de criação?

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Não. A gente está falando do perímetro urbano da Vila Neide, não é?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Exatamente isso.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Dá o zoom ali naquela manchinha roxinha aqui embaixo, aqui, olha. Aqui, bem no extremo sul do Estado aqui.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Esse?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não, não. Lá no... Volta, volta. Essa aí é a Vila Neide. Essa manchinha roxa aí. Não vai virar mais Reserva.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Ela vai sair de 2.2 para 1.1.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Para 2.1. 2.1.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - As famílias que estão lá, toda essa área da Vila Neide e a Vila São João, elas vão ficar normalmente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Agora vamos começar pelo Cone Sul mesmo, já que nós estamos no Cone Sul. Agora bota, coloca as Emendas dos deputados.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Vamos lá. As Emendas dos deputados.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Consegue fazer as três camadas assim: coloca um, depois tira o outro, para a gente ver o que alterou?

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Sim.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Então, tá. Vamos no Cone Sul ver o que alterou de Emenda de deputado. Já está a dos deputados? No Cone Sul.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presidente, Questão de Ordem, só para fazer um encaminhamento.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Oi.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - No Cone Sul não teve a mudança, a não ser naquela... **(ininteligível)**.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – É importante colocar para mostrar que não houve alteração, região por região.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Isso.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Bota como veio.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Deputado Jean, Deputado Jean...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Espera aí, só um pouquinho.

Fala, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Deputado Jean Oliveira, só... Como o senhor está como Presidente da Comissão do Meio Ambiente...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Não, hoje eu estou como relator da matéria.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presidente da Sessão da Audiência Pública, então o que é que nós... Nós temos alguns setores que fizeram encaminhamento para a Assembleia. Portanto, é baseado em Emenda por Emenda, uma justificativa de conhecimento técnico e jurídico. E nós gostaríamos, de antes da Sessão de hoje, que vai deliberar sobre o PLC 85, que fosse dada a oportunidade para eles apresentarem essas propostas. Eu entendo que se a gente for fazer dentro da Audiência Pública, vai se estender demais.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Mas, Deputado Luizinho, eu não posso ser injusto de receber documento e apresentação fora da Audiência Pública.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Só em relação às Emendas já apresentadas.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – A Audiência Pública tem essa finalidade.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Então, tudo bem. Eles vão apresentar depois, aqui mesmo na Audiência Pública.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Maravilha. Depois que a gente apresentar aqui a cartografia, nós vamos abrir a palavra para a Mesa, em seguida vamos ouvir todo mundo e os deputados aceitaram ficar por último.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Deputado Jean, é bom também a gente falar aqui que quando foi feito o estudo pela empresa, essas áreas do Cone Sul, lá de Pimenteiras, Cerejeiras, a própria Vila Neide e a Vila São João, tinham ficado tudo de fora. O senhor lembra disso, em 2019. Nós fizemos a Comissão voltar lá, a Sedam voltar lá. Fez todos os estudos. Então, se não é Emenda, mas foi uma ação forte da Assembleia Legislativa

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu quero fazer justiça, Deputado Chiquinho, aqui, com todos os deputados. A gente fez a leitura de alguns deputados aqui, que apresentaram Emendas, mas às vezes fez Emenda de uma discussão globalizada. Eu, como relator da matéria, seria injusto dizer que o trabalho foi só meu. Jamais! Os deputados todos trabalharam e trabalharam muito. Então, não teve deputado aqui que se sobressaiu ou não. Aqui houve uma união de esforços, inclusive os debates foram acalorados por conta disso. Nós tivemos momentos em que deputado pediu para votar logo, outro deputado levantou dizendo “ainda não está pronto, precisa ouvir o pessoal lá da outra região.” E assim foi conduzida até o presente momento. E hoje, nós estamos com o resumo desse Projeto, fazendo justiça, com os 24 deputados que trabalharam. Vamos dar continuidade?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Deputado Jean, eu só quis falar com relação ao estudo anterior que não tinha sido colocado e lá na Comissão em 2019, a gente solicitou à Sedam que voltasse às comunidades, como fizemos ali perto de Calama, Soldados da Borracha, onde eles fizeram uma avaliação daquelas áreas, como também da parte de Candeias, da 45, o senhor também nos ajudou. Em todas essas áreas a Assembleia Legislativa teve uma participação importante em não deixar essas áreas ficarem de fora. Então, é isso que nós queremos que a sociedade entenda, que a participação da Assembleia Legislativa foi muito importante lá em 2019, 2021 e até anteriormente em outros governos. Fizemos também parte disso ao longo de muitos anos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Chiquinho. Vamos dar continuidade ao mapa que nós estávamos. Então, o pessoal do Cone Sul agora, neste momento que está aqui presente, verificar a questão cartográfica. Coloca o projeto de como era, de como está agora, nesse momento.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Como era, como está agora.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – De como está agora, como o governo mandou.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Imagem como o governo mandou.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Com as Emendas dos deputados.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – A mesma coisa.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não alterou absolutamente nada no Cone Sul, com relação com às Emendas. Não quer dizer que não tenha participação desta Casa, Deputado Chiquinho, aí é que entra a fala de Vossa Excelência. Nós trabalhamos para que o Projeto viesse dessa forma. Infelizmente, nós não conseguimos avançar em tudo, Secretário Padovani, nós não conseguimos avançar em tudo. Portanto, aqui na Casa, sofreu alteração também.

Vamos agora voltar lá no “Soldados da Borracha”. Coloca como está, como o governo mandou e depois com as Emendas dos deputados.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Como está hoje.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – “Soldados da Borracha” e Vila Samuel. Passa o mouse em cima da Vila Samuel para o pessoal saber onde é a Vila Samuel. Vila Samuel, PAF Jequitibá, é onde o mouse está circulando. Passa lá no “Soldados da Borracha”, rio Machado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Rio Machado, lá em cima.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Na beiradinha, isso. Agora, vamos colocar como o governo mandou para a Casa. Veja bem, como o governo mandou para a Casa, atendeu o

PAF Jequitibá, atendeu parcialmente o “Soldados da Borracha”. E a correção feita pelos deputados com Emendas.

Então, dá para ver claramente. Volta o do governo e vai para o mapa dos deputados para ver a diferença. Do governo; agora, dos deputados.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Deputado agora. Governo.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputado agora. Agora, governo, que tem essa manchinha roxa; dos deputados agora. Houve uma mudança significativa no curso desse, todas as áreas onde existe gente produzindo. Ok.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Só para lembrar, Deputado. Onde está o mouse, ali no cantinho, é a Reserva que foi criada no PLC 80, ela já foi contemplada aí também...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Também. Então, só para equipe da Sedam entender: o que foi desafetado na lei 1.089, nós trouxemos aqui para o PLC 85. E o que foi criado de unidade de conservação, nós também trouxemos para a PLC 85. Aí vocês vão perguntar: porque a Ilha das Flores não está? Porque nós fizemos um Projeto de Lei Complementar desfazendo a criação do Parque Ilha das Flores. Portanto, não existe Parque Ilha das Flores no momento, e nós estamos trazendo para o Zoneamento uma área de produção.

Vamos lá agora nas Ilhas as Flores para a gente ver. Coloca como está hoje.LI:

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Como está.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Como o governo mandou. E como foi feito com a adequação da Assembleia Legislativa.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Essa é a imagem da Assembleia Legislativa.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Esse mais escuro é 1.3; o mais claro, 1.1; e o meio bege é 1.2.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Só para colocar, as Reservas também que foram feitas no PLC 80 estão já inseridas na cartografia também.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Vamos lá na Resex, no Bico do Parque.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Rio Pardo aí também.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Também Minas Novas, Franber.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Projeto da Sedam, do Governo do Estado. Como é hoje, essa imagem. A proposta do Estado que veio com Bico em 2.2, a unidade. E as Emendas dos deputados, já adequado com a PLC 80 e a 999. Aí nós

temos a parte no Mirizal. Nós temos a questão da Jaci, a questão de Terra Roxa e também a questão de Rio Pardo.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só quero fazer uma ponderação, que eu não tinha conhecimento dessa área aí do Rio Pardo. É importante dizer que a iniciativa de colocar o Rio Pardo como zona de produção é louvável, porque é isso que acontece lá. Só que é ilegal.

Nós estamos, todas as outras áreas, respeitando a Lei Complementar 1.089. Infelizmente, o Rio Pardo não está na Lei 1.089. Então, ali é uma ação que cabe discussão, que cabe ser derrubada depois essa Emenda que torna a APA como zona de produção.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Deputado Jean, só fazer um complemento aqui. Tanto o Rio Pardo, como o “Soldados da Borracha”, o local que eles falam aqui que é o rio Castanho, que é o Mirizal, todas essas poligonais estão na discussão da 999. Como ela não tramitou em julgado ainda — ela está em fase de conclusão de voto e possível recurso para cima —, essas poligonais, sendo derrubadas, a 999 e tramitado em julgado, a própria Sedam pelo artigo 24, II, ela pode retornar essas imagens.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Franber, antes de encerrar.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Sim.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Aqui, Rio Pardo. Eu estou fazendo isso contra a minha vontade, para não criar expectativa em quem mora em Rio Pardo. Rio Pardo nunca deixou de ser FES e APA. É diferente do Mirizal, é diferente das outras Reservas que foram criadas. O Rio Pardo era uma Reflona, era uma floresta nacional, que foi “redermarcada” num acordo entre o Governo do Estado de Rondônia e o Governo Federal. E ela nunca foi zona de produção. Nunca foi nem Zona 2.1, nem 2.2. Ela sempre foi zona de preservação. Infelizmente, infelizmente, porque a população que mora em Rio Pardo não merece ser tratada dessa forma. Rio Pardo era para ser incluído no PLC 80, mas não foi. Porque entendia-se que a discussão de Rio Pardo era uma outra lei.

Então, isso é um problema que depois nós precisamos sentar aqui com a Sedam e discutir. Eu quero mais que tudo ser justo com Rio Pardo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Jean, com certeza a sua preocupação, mas nós não podemos perder essa oportunidade de alterar, porque é uma área consolidada. Você conhece lá, principalmente os 180 hectares lá. Até tem uma parte que poderia ser... Mas como o Dr. Doca, orientação jurídica, a Sedam tem como reduzir. Isso se for o caso? Como é que é?

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Então, nós fizemos, Deputado Jean, a pedido das Emendas essa vetorização do Rio Pardo. Aí está uma imagem hoje do satélite, inclusive da base da Sedam, com 30 dias de ocorrência. Então, nós vemos Rio Pardo, Jaci, não existe mais Reserva nessa região.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Jean, olha lá: consolidada.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu sei disso. Eu sei disso. Só que não é aqui o campo da discussão. Não é o Zoneamento o campo dessa discussão.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Só para complementar. Na 999, Rio Pardo também entrou como uma das Emendas que modificou essa poligonal, desfazendo assim, na época, o Decreto do Bianco, da criação do Rio Pardo.

Então, por Emenda, a pedido de Emenda, essa imagem está aí para vocês discutirem essa questão da regularização do Rio Pardo.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu vou falar aqui, e isso eu estou falando de público: eu tenho muitos amigos em Rio Pardo, que eu gosto, e que eu gostaria de fazer isso aí. Mas eu vou pedir para essa Emenda, Deputado Adelino, a gente votar em destaque, fora do relatório. Eu vou votar favorável, mas eu não vou apresentar o relatório, porque eu sei que ela é uma situação... Eu vou votar politicamente. Porque o meu coração pede para votar com Rio Pardo. Mas não dá para por ela, porque ela está numa situação diferente das demais que nós estamos apresentando aqui.

Então, eu estou sendo verdadeiro para a gente não criar expectativa para as pessoas que moram em Rio Pardo. Eu acho que nós temos que buscar a solução de Rio Pardo. Não dá mais para aceitar uma região como essa, superprodutiva, que tem milhares de famílias...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Até área urbana. Área urbana todinha ali. Está consolidada. Não tem retorno, não tem volta. O próprio Secretário está aqui, não tem... A gente conhece a história desde o começo.

Deputado Jean, essa questão também...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Vamos fazer em destaque? Eu vou votar favorável, porque eu sou favorável. Inclusive, eu só não quero colocá-la no relatório porque o relatório está sendo bastante técnico, e a gente não podia cometer esse equívoco. Mas eu vou votar favorável a essa Emenda aí.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Deputado Jean, vota em destaque.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Vou colocar em destaque.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Porque a questão é exclusivamente de competência unicamente. Vamos votar em destaque.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Vamos abrir de novo o mapa, Franber. Como estava. Lá nas reservas.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Como está hoje.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Como está hoje. Não, essa é a Emenda dos deputados.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Isso. Como está hoje. Essa é a imagem do atual.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Coloca dos deputados. Eu quero fazer aqui, Secretário da Sedam, Marcílio, e a equipe técnica aqui da Sedam: tudo o que vocês estão vendo de alteração aí, com exceção lá do Rio Pardo, nós estamos trazendo da Lei 1.089, que foi votada pela Casa e sancionada pelo Governador.

Então, não existe nenhuma criação de deputado. Nós estamos aqui transpondo uma Lei para dentro do Zoneamento porque vocês encaminharam, a Sedam encaminhou esse Projeto para cá, junto, os dois.

Então, como é que a gente ia aprovar o Zoneamento sem aprovar o PLC 80? Não tinha como. Até porque um é Projeto de Lei Complementar 80, e o outro é 85. Então, pelo número, a gente já vê que na cronologia tinha que se aprovar primeiro o 80 para depois o 85. E aí, nós aprovamos o 80, e nós estamos colocando exatamente o que foi aprovado no 80 dentro desse Projeto de Lei Complementar agora, que o 80 já virou lei, trazendo a lei para dentro do Projeto 85. Ok?

Acho que todas as áreas já foram discutidas. Agora, se tiver alguma dúvida, pode fazer uso da palavra, que a gente tira a dúvida para a gente agora começar a ouvir todo mundo.

O Deputado Laerte está perguntando se alguém já falou. Ainda não. Aqui só eram as Emendas.

Agora nós vamos começar ouvindo o Secretário de Agricultura, Evandro Padovani.

Padovani, nós vamos estipular o seguinte. Nós estamos aqui já próximos de 1 hora da tarde, então vamos estipular 3 minutos. É suficiente para fazer a explanação?

O SR. EVANDRO PADOVANI – Aham.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Três minutos, e caso seja necessário um pouquinho mais, a gente...

O SR. EVANDRO PADOVANI – Obrigado, Presidente. Deputado Jean, em seu nome, eu quero cumprimentar todos os parlamentares aqui desta Casa. Cumprimentar o nosso Presidente Alex Redano, e parabenizar o trabalho das Comissão de Meio Ambiente desta Casa, e da Comissão do Zoneamento também. Quero parabenizar os nossos técnicos que participaram. A participação foi muito importante na construção desta apresentação. Então, quero aqui deixar os nossos parabéns a todos os envolvidos, à dedicação de cada um. É um momento histórico para o Estado de Rondônia, principalmente para o setor produtivo. Quero cumprimentar aqui todos os produtores que estão aqui presentes, sejam da agricultura familiar, sejam da agricultura empresarial, do "Soldados da Borracha", quilombolas, todos os que estão aqui nesta Casa. Parabéns pela presença dos senhores e senhoras aqui. Vocês que fazem o crescimento deste Estado, vocês que promovem o crescimento da economia nos municípios do Estado de Rondônia, contribuem com o crescimento do Brasil. Infelizmente, por

medidas tomadas no passado, e que esta discussão está sendo uma forma de resgatar, vocês foram muito prejudicados. Muitos produtores saindo da sua legalidade, que o próprio Código Florestal proporcionou em 2012, com a votação, mas, infelizmente, nós precisávamos rapidamente dessa aproximação. Infelizmente, esse tempo, essa morosidade de governos passados, por falta de encaminhamentos a esta Casa, houve muito prejuízo aos senhores produtores. Mas hoje nós estamos aqui vendo tudo isso sendo resgatado. E aqui eu quero deixar o nosso reconhecimento ao nosso Governador Coronel Marcos Rocha pela coragem, pela sua ação enérgica junto ao primeiro Secretário de Meio Ambiente do Governo Marcos Rocha, o Elias Rezende — e eu quero deixar aqui o nosso reconhecimento, o nosso agradecimento —, e agora ao Secretário Marcílio que está aqui.

Quero deixar um reconhecimento ao Doutor Matheus, a toda equipe da Sedam que está ajudando a construir junto a esta Casa, na medida da legalidade, trazendo uma condição... Eu tenho certeza que a partir de hoje, junto com esta Casa de Leis, os nossos produtores vão ter mais segurança jurídica no campo, podendo produzir com tranquilidade, tirando os nossos produtores da ilegalidade, trazendo para a legalidade. Coisa que é uma conquista que já deveria ter feito há muito tempo, porque eles foram convidados pelo Governo Federal a "integrar para não entregar", no passado. E hoje eles viraram vilões, sendo que não é querer deles. Eles querem trabalhar na legalidade. E nós estamos conquistando o mercado nacional e internacional das nossas commodities, seja da carne, do peixe, do café, do leite, do cacau, do hortifrutigranjeiro. Nós precisamos dar regularização ambiental, Secretário Marcílio. Nós precisamos dar condições aos nossos produtores, além da regularização fundiária, principalmente a regularização ambiental. E com esse trabalho, Deputado Jean, demais deputados, Deputado Chiquinho, Deputado Luizinho, que é líder do governo, agradecer também ao Ex-Presidente desta Casa Deputado Laerte, que de imediato, em parceria com o Governo do Estado, tomaram todas as providências e hoje o nosso Presidente, Deputado Alex, fazendo todos os encaminhamentos necessários.

Então, só agradecer imensamente. Agradecer a participação dos nossos técnicos da Seagri, da Emater, do Idaron que fazem parte; à Federação da Agricultura, tanto a Faperon como a Fetagro também sempre foram presentes; à Comissão de Agricultura desta Casa, fica aqui, quero agradecer em nome desses homens e mulheres produtores rurais que estão nesta Casa hoje, agradecer o trabalho e o empenho de cada técnico envolvido, de cada pessoa, a sua dedicação a esse grande trabalho. O meu muito obrigado a todos.

(Às 12 horas e 46 minutos, o Senhor Jean Oliveira passa a presidência ao Senhor Laerte Gomes)

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Secretário Evandro Padovani.

Com a palavra, por três minutos, Secretário Estadual de Meio Ambiente, Marcílio.

O SR. MARCÍLIO LEITE LOPES – Bom dia a todos. A Sedam, ao longo deste ano, vem trabalhando com o intuito de ampliar sua relação com a sociedade através do desenvolvimento sustentável. O Zoneamento é uma marca registrada e importante para esse desenvolvimento sustentável, onde a gente vai buscar o quê? O equilíbrio entre a questão ambiental e a nossa produtividade, o nosso crescimento na área rural.

O Zoneamento Socioecológico do Estado de Rondônia, também chamado de Zoneamento Ambiental, tem como objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental. Visa atingir esse objetivo com as indicações e recomendações constantes do ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico), vinculam todas as políticas, programas, projetos e investimentos públicos ou privados. Neste sentido, se encontra em apreciação nesta Casa hoje a atualização da segunda aproximação do Zoneamento. Os trabalhos foram estritamente técnicos e acompanhados diretamente por servidores devidamente indicados pela Sedam. O resultado surge de amplos estudos, diagnósticos e levantamentos situacionais dos meios físicos, bióticos e socioeconômicos realizados no Estado, os quais foram debatidos em oficinas públicas realizadas em todo o nosso território.

Verifico que as expectativas foram superadas, ao serem observadas alterações sintetizadas nos mapas de gestão territorial constantes nos anexos do PL. Sabemos que ainda existem melhorias a serem realizadas por não terem sido contempladas nessa etapa, porém, podem ser melhoradas, avaliadas num momento adequado, e através de novos estudos diagnósticos, serem ajustados num futuro próximo. Mas o mais importante de tudo é que a Casa de Leis tem a prerrogativa, também, de fazer essas alterações e nós temos que respeitar.

O Governo Marcos Rocha pensa positivamente no desenvolvimento sustentável do nosso Estado. Mas também a gente não pode esquecer o homem do campo, aquele que acorda e vai trabalhar, vai labutar, pensando na criação de seus filhos, pensando em ampliar a produção do nosso Estado. A Sedam tem um papel muito importante da proteção ambiental, mas também de dar garantia ao desenvolvimento sustentável. E o ZEE é um grande avanço. Poucos Estados têm esse avanço como Rondônia. E essa é a nossa pegada, nossa marca registrada. E hoje, aqui, acredito que nós vamos fazer justiça, justiça. E que essa justiça também amplie para todos aqueles que necessitam dessa importância, dessa nova afirmação do Zoneamento. Obrigado a todos.

(Às 12 horas e 51 minutos, o Senhor Laerte Gomes passa a presidência ao Senhor Chiquinho da Emater)

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente)- Obrigado, Secretário Marcílio.

Passo agora a palavra para o Ivandro Justo, Vice-Presidente da Fiero. Se encontra? Por favor, está com a palavra.

O SR. IVANDRO JUSTO BEHENCK – Boa tarde a todos. Quero agradecer aos deputados pelo empenho que têm dado a esse grande e importante Projeto de Lei para o Estado de

Rondônia. A Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero), vem trabalhando junto desde o início, para chegar a esse ponto. Então, é muito importante que o Estado de Rondônia receba esta lei porque vai destravar totalmente o setor produtivo e isso influencia diretamente a indústria. Por isso, a gente está empenhado, junto com a Faperon, que tem trabalhado fortemente e aí, eu quero lembrar o nome do Edson Afonso, companheiro nosso que trabalhou fortemente para que a gente chegasse ao consenso. Então, eu peço aos deputados que trabalhem com carinho essa lei. E pode ter certeza de que vai fazer muita diferença para o Estado de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente)– Muito obrigado, Ivandro.

Passo agora a palavra para o Hélio Dias, Presidente da Federação da Agricultura de Rondônia (Faperon). Grande Hélio.

O SR. HÉLIO DIAS – Bom dia a todos. Gostaria de, em nome do nosso Presidente Redano e do nosso relator Deputado Jean — que tem dado um tratamento diferenciado para o setor produtivo —, cumprimentar todos os nossos deputados estaduais, que têm trabalhado muito forte em suas bases eleitorais, em suas comunidades, em seus municípios, para trazer os pleitos de alteração, de inserção, de modificação dessa norma que é a Lei do Zoneamento Ambiental do Estado de Rondônia. Eu sou Hélio Dias, Presidente da Federação da Agricultura e também Presidente do Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Nós representamos, temos 30 sindicatos de produtores rurais, que estamos representando, desde o Município de Cerejeiras, Pimenteiras, até Guajará-Mirim. Então, nós temos o grande dever e responsabilidade de representá-los bem, juntamente com as associações de todos os municípios que estão aí. As associações de agricultura familiar, a Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Rondônia), que são parceiras do nosso trabalho e a gente tem procurado dar a nossa contribuição para o aprimoramento desse Projeto tão importante para o desenvolvimento produtivo do Estado de Rondônia. Quero deixar registrado aqui a importância deste momento, desta Audiência, para o setor produtivo.

Nós, como representantes do setor produtivo, temos a preocupação, conforme já foi dito aqui nesta tribuna, de trabalhar muito forte, não só o setor produtivo, mas o setor social da nossa sociedade do Estado de Rondônia e também o ambiental. Então, tem que ter essa harmonia, Deputado Ribamar, para que a gente possa produzir com tranquilidade e obedecer aos ditames das leis maiores, o Código Florestal Brasileiro, que é a nossa Constituição. E a nós, como produtores, trabalhamos nessa pegada, desenvolvendo o Estado de Rondônia.

Eu gostaria também de parabenizar o trabalho forte de cada deputado. Se chegamos até aqui nesta última Audiência, já faz mais de ano que esse Projeto está sendo trabalhado, alterado, modificado, os senhores produtores do Estado de Rondônia puderam ver como era o Projeto original, há 20 anos e qual foi a proposta (também parabenizar o Governo do Estado, a Sedam, os técnicos da Sedam), a propositura que chegou

nesta Casa, o Projeto original. E nós estamos vendo aqui como foi trabalhado de forma responsável por esse Parlamento, na CCJ, hoje na Comissão, de Meio Ambiente também, os anseios produtivos de cada comunidade, de cada município, de cada região, foram transformados seus anseios em Emendas: Emendas Modificativas, de alteração da redação desse Projeto, que era bom há vinte anos, mas hoje, realmente, precisava dessas alterações, essas proposituras como foi feito, Secretário Marcílio. Então, um trabalho coordenado, não só do Governo do Estado, mas hoje, aqui, pelos nossos deputados. Eu gostaria de parabenizar cada deputado, gostaria de pegar na mão de cada um dos senhores e parabenizar, porque eu sei, Deputado Chiquinho, o trabalho forte que vocês têm feito e o que vocês representam, o anseio daquela comunidade mais simples e distante da capital. Então, é necessário que tenha representantes com esse poder, com esse grau de responsabilidade.

Digo também, antes de finalizar, que nós temos muitas coisas para mudar, mas a gente sabe das limitações que os senhores deputados, que esse Projeto de Lei tem. Não pode sobrepor ao Código florestal Brasileiro, que foi muito restritivo para Rondônia. Ele é aberto, mas foi ainda muito restritivo para a região amazônica, em 2012. Tem muitas limitações, como essa questão do marco temporal de 2008, que poderia ser transposto para 2012. Eu tenho certeza, e o setor produtivo brasileiro, principalmente nós da Amazônia, vamos continuar batalhando para que possa ter uma alteração nesse Código Florestal Brasileiro em 2023 e 2024, para que muitos anseios que aqui, porventura, não serão acatados, por limitação da lei federal, possam ser — em curto prazo, em médio prazo —, atendidos os nossos anseios do setor produtivo, em harmonia com a questão da regularidade ambiental. Então é isso.

Aqui está a Federação da Agricultura, como Presidente, a gente, a nossa Comissão, da Federação da Agricultura representada. Quero cumprimentar o Edson Afonso, o Afonso Tomal e toda a nossa equipe que está presente na Comissão — essa Comissão mista que foi designada pela Sedam —, que fez um grande trabalho e que trouxe as propostas para os nossos deputados, para o relator, e que muitas dessas propostas foram transformadas em Emendas. Então, está aí o trabalho feito por essa Comissão, pelos nossos sindicatos, pelas nossas lideranças e que foram acatadas, que serão votadas ainda este mês. E eu tenho certeza que o nosso Governador Marcos Rocha... Marcílio, faça o último pedido antes de encerrar: lute para que muitas das propostas que aqui vão ser apresentadas pelos nossos deputados, que não sejam vetadas, logicamente só aquelas que realmente ferirem de morte o Código Florestal, caso houver algum entendimento jurídico que possa ser acatado, que não seja vetado. Tenho dito e muito obrigado.

(Às 13 horas, o Senhor Chiquinho da Emater passa a presidência ao Senhor Jean Oliveira)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Hélio Dias, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia – Faperon.

Chamo aqui, agora, representando todos os prefeitos do Estado de Rondônia, Presidente da Associação Rondoniense de Municípios – Arom, o Senhor Prefeito Célio Lang.

Vou pedir só a colaboração de cada um, três minutos. Nós já estamos no avançar das horas e nós não ouvimos a população em geral, todos os participantes aqui, e nós temos pelo menos 20 ou 30 oradores inscritos. Então, pedir para que todos, a partir de agora falem o mais breve possível.

O SR. CÉLIO LANG – Prometo ser breve, Presidente. Presidente, bom dia; já boa tarde, não é? Parabenizar, de imediato, esse grande trabalho sendo feito, Presidente Jean, Presidente da Comissão e cumprimentar em nome do Presidente, todos da Mesa, cumprimentar o Secretário Padovani; o Secretário Marcílio, que representa o Governo do Estado; cumprimentar aqui o Prefeito Pedro, o Prefeito Gio Damo; em nome deles os prefeitos e prefeitas, se sintam cumprimentados, em especial a todo o público que veio, os nossos produtores e produtoras rurais que vieram aqui neste debate, de grande importância ao desenvolvimento do nosso Estado de Rondônia. Cumprimentar os deputados e parabenizar, Presidente Jean, por esta responsabilidade que os deputados estão tendo em ouvir a comunidade, que é lá nos municípios que está a população, é lá que está a produção, então nós viemos aí, não podemos deixar voltar ao passado, no qual via o produtor, que está lá trabalhando, como um bandido, porque ele está lá irregular. Se está lá irregular, depende de quem tem que regularizar, do poder público. O poder público tem que organizar as leis, fazer leis corretas para que possa organizar esses produtores e não deixar a mercê, não criar terrorismo em cima dos nossos produtores rurais, que é quem sustenta a nação, como foi feito agora, e visto. Os nossos produtores, Marcílio, foram os quem sustentaram o País. Foi o agronegócio, foi a agricultura familiar, que sustentou os Estados, que sustentou a população. Então, precisamos ver esses produtores com bons olhos e são nossos gigantes do Estado de Rondônia, que mantêm nosso Estado.

Parabenizar os Deputados por esta iniciativa, tanto as Emendas, Deputado Luizinho Goebel, que precisam ser mantidas, viu Deputado? Precisam ser mantidas essas Emendas como vocês apresentaram ali. A gente torce muito. Conversamos com o Prefeito Pedro, agora, não é, prefeito? Precisamos que sejam mantidas da forma que os deputados apresentaram, porque vai ajudar muito os nossos produtores e muito os municípios.

Estava aqui conversando com o Prefeito Gio Damo, de Alta Floresta, preocupado, o município dele vai ser um grande afetado, é município grande produtor, Cujubim é grande produtor, todos os nossos municípios são grandes produtores. Então, eu, como municipalista, Presidente e representante da Associação Rondoniense de Municípios, deixo aqui o nosso pedido. E confiando nos nossos deputados do Estado de Rondônia, confiando no nosso Secretário de Agricultura e o Secretário de Meio Ambiente, Marcílio, que, com certeza, vão olhar com bons olhos essas leis, essas Emendas para que sejam mantidas e seja regularizado de forma correta, para que os nossos produtores deixem de sofrer e que se tornem verdadeiramente donos de suas propriedades.

Falei isso com o Superintendente do Incra na semana passada, que precisamos que os nossos produtores tenham os seus títulos definitivos, seu CCU (Contrato de Concessão de Uso), e que consigam fazer seus financiamentos e desenvolvimento para o nosso Estado, desenvolvimento para as famílias. É de lá que sai essa produção.

Então, eu gostaria de deixar aqui os parabéns. Também agradecer à Assembleia, ao Presidente Alex Redano, por dar esse espaço para os prefeitos estarem vindo aqui, dar o espaço à população, às comunidades estarem vindo aqui reivindicar os direitos. Então, muito obrigado por tudo o que a Assembleia tem feito em prol dos municípios. Um abraço. Muito obrigado a todos.

O SR. JEAN OLIVEIRA(Presidente) – Obrigado, Senhor Prefeito Célio Lang.

Agora, representando o Idaron, Jessé de Oliveira.

O SR. JESSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR – Excelentíssimo Senhor Deputado Jean Oliveira, relator da Comissão, Excelentíssimos Senhores Deputados, boa tarde a todos. Represento aqui o meu Presidente da Agência Idaron, Júlio Rocha Peres, que não pôde estar presente por conta de uma agenda no interior do Estado. Ele está preparando o III Fórum de Discussão do Combate à Febre Aftosa, que teve que ser adiado por conta da greve dos caminhoneiros. Então, ele está lá se dedicando a preparar o Fórum, que vai ser realizado agora em novembro, na segunda quinzena.

Vivemos um momento muito importante para a agricultura. O mundo inteiro clama por alimento e essas modificações que estão sendo implementadas, depois de tanto sacrifício técnico e político, vêm somar a esse momento, dando mais força para o agricultor. E a Agência Idaron continua mais do que nunca parceira do Estado de Rondônia, parceira do produtor rural nesse sentido. Vivemos um momento único na Agência. Eu sou fiscal da Casa e clamávamos, desde o início, que tivéssemos a oportunidade de termos em nossa Casa um Presidente do quadro. Isso foi proporcionado pelo Governador Marcos Rocha e pelo Secretário Evandro Padovani. A Idaron nunca esteve tão próxima tanto da Secretária de Agricultura, quanto da Assembleia Legislativa. Isso, representando até os servidores da Agência, eu preciso agradecer ao Secretário e ao Governador.

No mesmo sentido de proporcionar aos produtores melhores ferramentas de trabalho, condições de trabalho, segurança jurídica, a Agência Idaron preparou na área de defesa vegetal várias alterações nas legislações atuais com essa visão de produzir com responsabilidade e não emperrar a produção. Uma delas é a nova Lei de Agrotóxicos que está na Casa Civil prontinha para ser enviada a esta Casa para análise de Vossas Excelências.

Um pequeno exemplo, finalizando a minha palavra, é a alteração de um dos artigos da atual legislação de agrotóxicos, que prevê uma multa de R\$ 9.200,00 para um produtor rural que não está usando um equipamento de proteção individual. Isso é um dos exemplos. Um absurdo! A nova proposta propõe apenas uma infração simbólica — mais educativa do que punitiva

—no valor de um EPI (Equipamento de Proteção Individual), de um pouco mais de R\$ 200,00.

Então, essa é uma das alterações que eu dou como exemplo para demonstrar e ilustrar que a Agência Idaron está no mesmo sentido desta Casa e do trabalho que foi realizado no Zoneamento, buscando reorganizar a Casa e as nossas legislações para proporcionar ao produtor rural ferramentas de trabalho e não impedimentos para o trabalho. É o que tenho dito. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA(Presidente) – Obrigado, Jessé, representando a Idaron aqui neste momento.

Convido, para dar ordem à sequência de falas, Claudinei Barreto, do Incra. Claudinei Barreto não se encontra.

Agora, a gente pode passar a palavra para os demais inscritos. Estou dando uma organizada aqui. Nós temos muita gente para falar. Nós temos aí aproximadamente 3, 4 oradores para cada região dessas que estão sendo afetadas pelo Projeto, que está sendo discutida Emenda aqui na Assembleia. Eu vou fazer o seguinte: eu vou abrir a palavra para um Deputado, Deputado Chiquinho, aí nós vamos começar a ouvir todo mundo aqui, tá? Nós vamos começar a ouvir. Nós temos pessoas de vários sentidos. Interesse aqui sindicatos, associações... Vamos chamar um por um.

Deputado Chiquinho, só pedir para você ser breve nas palavras.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Senhor Presidente da Comissão, Deputado Jean Oliveira, os demais deputados, Senhores Secretários Marcílio e Padovani. Marcílio, já te agradecer pelos trabalhos lá desenvolvidos e também deixar o nosso abraço ao Elias Rezende, pelo trabalho que ele fez no Zoneamento, e todos os técnicos da Sedam, que fizeram um grande trabalho. Isso aí muito importante a gente citar.

E quero aqui dizer a todas as pessoas do PLC 80, que foram beneficiados lá, ali de Bandeirantes, de Minas Novas, lá do Bico do Parque, lá de Jacinópolis, lá de Terra Roxa, o pessoal de Calama, ali da Gleba Rio Preto, o pessoal do "Soldados da Borracha", o pessoal aí do Candeias, aí da 45, do PAF. E agora, Deputado Jean, nós vamos encaminhar para o Incra, se Deus quiser, pessoal aí do Projeto de Assentamento Florestal - PAF Jequitibá, para que tire essa palavra "PAF". É importante, porque eles estão sendo impedidos de financiar, Deputado Lebrão, que o senhor conhece muito bem, o Deputado Jean também conhece, e o Deputado Ribamar, dessa questão de palavra "PAF".

Agora, com o Zoneamento aprovado, se Deus quiser, vamos aprovar hoje à tarde, vamos encaminhar para o Incra e o Incra vai encaminhar para Brasília, para a gente retirar essa palavra "PAF", que lá realmente tem uma área consolidada e produtiva. Lá, no mais, nunca viveu, e jamais hoje vive da questão de extração vegetal. Então, é importante a gente fazer isso.

Então, eu saio aqui hoje muito feliz desta Audiência Pública, Padovani e Marcílio, porque eu tenho certeza que Rondônia, o Governo, vocês, vão estudar tudo o que foi modificado para o bem do produtor rural. A gente só está pensando em ajudar o homem do campo, que está sendo muito

injustiçado, muitas vezes. Chegando lá, Hélio, sendo multado, sendo despejado. A gente, a Assembleia Legislativa não pode mais aceitar isso.

Queremos agradecer ao Governo Marcos Rocha, porque teve a coragem de encaminhar a esta Casa de Leis esse grande Projeto, esses 2 grandes Projetos, que se chamam "PLC 80" e o "PLC 85". Isso vai trazer grande desenvolvimento para as comunidades rurais, principalmente àquelas que hoje vivem sendo perseguidas muitas vezes e não podendo produzir, não podendo sustentar as suas famílias.

Então, eu quero aqui agradecer, e também aproveitar aqui, Pedro, lá de Cujubim, o trabalho que você está fazendo lá do levantamento daqueles Reservas que, posterior ao Zoneamento... Por isso, Pedro, que nós estamos colocando lá aquela Emenda, para que, possivelmente mais tarde, a gente possa colocar aquele pessoal da Periquitas, do Mutum, do Tucano, da Gavião, do Araras, da Angelim, da Ipê, aqui o pessoal da C-10, da C-30, da C-1, da C-2, Deputado Ribamar Araújo, que você conhece muito bem isso aí, e que foram colocados como Reserva e o Incra já tinha assentado essas famílias lá.

Então, a gente não pode deixar essa injustiça permanecer. Vamos fazer o que o Deputado Jean fez, com muita responsabilidade, com a questão da Ilha das Flores. Parabéns, Deputado Jean. Aquele povo merece esse Projeto tão importante que esta Assembleia aqui aprovou, e que você encaminhou aqui a esta Assembleia.

Então, nós temos e devemos sempre ajudar vocês que tanto trabalham, que levam comida para o homem da cidade. Vocês podem contar com o Deputado Chiquinho. Hoje à tarde, vamos votar esse Zoneamento, que eu entendo que é um grande Projeto para o Estado de Rondônia.

Que Deus abençoe o produtor rural de Rondônia! Muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Chiquinho.

Agora, neste momento, como são muitos os pedidos de fala, nós vamos fazer o seguinte: nós vamos intercalar aqui um de cada região para a gente poder ser mais democrático possível, e pedir para que seja bem objetivo nas palavras, porque são muitos, mesmo. Aqui nós temos mais de 20 tranquilamente. Eu nem contei aqui, mas tem mais de 20.

Vamos começar. Primeiro, eu quero agradecer aqui ao Geneci Israel da Silva, que pediu uma correção. Diz que não é para chamar "Baixão", diz que é para falar "Vale do Mequéns". Desculpa, Geneci, mas é porque assim que a gente fala com a turma e todo mundo fala assim. Os próprios moradores lá da região falam "Baixão". Então, tem que começar a brigar com o pessoal de lá. Mas, o "Vale do Mequéns".

Vamos começar pelo professor Luís Novoa — é isso mesmo? Luís Novoa? —, do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS - Já foi. **(fora do microfone).**

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Então, vamos para o Pablo Coelho Rocha, engenheiro agrônomo de Porto Velho. Pablo Coelho Rocha. Já foi também.

Josep Iborra Plans, Agente da Comissão Pastoral da Terra.

O SR. JOSEP IBORRA PLANS – Mais conhecido como "Padre Zezinho".

Eu quero falar para a maioria dos presentes aqui, que a Comissão Pastoral da Terra defende os pequenos agricultores e isto que está sendo feito aqui, isso é uma coisa horrorosa, eu vou comentar de todo mundo. Eu não tenho visto nenhuma modificação proposta neste Zoneamento, que eu acompanhei já desde os anos 1990, 1995 naquela aproximação, que venha proteger os direitos da mãe terra. Ao contrário, só vejo que aqui está sendo feito um relaxamento geral da proteção ambiental. E quero expressar aqui o meu protesto e minha oposição. Isto não é de Deus. Isto que estão fazendo aqui agora, senhores deputados, não é de Deus. E quem pensa que, muitos pequenos agricultores continuam sendo enganados através de propostas como esta, para entrar nas áreas de Reservas. Só ano passado a Comissão da Pastoral da Terra registrou 21 invasores em unidades de conservação e de terras indígenas. O pessoal está sendo empurrado para o fundo do quintal. A maioria dessas mudanças são do fundo do quintal do Estado de Rondônia. Estão acabando com as últimas remanescentes das florestas do Estado.

Eu acredito, sim, que defendem muitos interesses, mas não se enganem, que a maioria não são agricultores, a maioria são desbravadores da floresta, especuladores da terra, grileiros, desmatadores, desflorestadores. E, realmente, é o serviço da agrobandidagem. Bandidos sim. Eu estou aqui desde os anos 1995 e não tenho que justificar. Há alguns anos, ninguém sabia porque não chovia, e tinha que rezar. Agora, se não chove nós sabemos qual é a culpa, é o desmatamento. Nós sabemos disso. E se a seca cada vez está maior, é por culpa disso. E estamos acabando com Rondônia. Isso não vai ser bom. A maioria não são produtores de alimentos, apenas de capim e de ração para o gado. Tudo isso aqui a gente expressa nesse protesto. E eu vou falar para vocês: se vocês são contra Deus, quem será a favor de vocês? E se veio essa doença que veio agora... **(falha na transmissão do áudio)** culpados. Vão ser os culpados da pandemia e de coisas piores que podem chegar. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado. O seu tempo já concluiu.

Meus amigos, é importante que o direito ao contraditório exista. A democracia é isso. O que nós não vamos poder respeitar aqui, Josep Iborra, é falta de respeito, porque aqui não tem bandido. Aqui tem pessoas buscando o direito deles. Então, o senhor tem todo direito de protestar, de questionar, mas de ofender, não. Aqui não. Aqui, não vai ser o paletó e a gravata, muito menos a batina que vai prevalecer.

Eu respeito, mas tirando as suas ofensas. Vai ser colocado nas notas taquigráficas o seu protesto e vai ser acatado com todo respeito, mas mostrando que existe divergência, Audiência Pública é para isso. Mas sem ofensa.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Senhor Presidente. E aproveitando para que Vossa Excelência liberasse eu vou falar daqui mesmo para poder colaborar que nós estamos com o horário, de certa forma, muito adiantado e só fazer aqui um pequeno pronunciamento.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – E tem muita gente para falar ainda.

O SR. LEBRÃO – Mas eu já vou fazer a minha fala aqui dentro de uma Questão de Ordem, não vou nem usar a tribuna da Assembleia Legislativa, somente para agradecer ao Governador Marcos Rocha por ter tido a coragem, juntamente com a equipe dele, de mandar esse Projeto para ser aprovado aqui na Assembleia Legislativa, que é da maior importância para o Estado de Rondônia. Parabenizar Vossa Excelência, juntamente com todos os deputados, que eu cumprimento neste momento, que participam desta Audiência Pública que veio trazer visibilidade e publicidade para um Projeto dessa envergadura, Doutor Doca. Cumprimentar todos os representantes de instituições participando aqui. Padovani e Marcílio, em nome de Vossas Excelências cumprimentar o nosso Governador, a equipe do nosso Governo do Estado que faz esse brilhante trabalho.

A questão de crítica nós temos que acatar. Eu entendo que foi feito um trabalho à altura daquilo que a população do Estado de Rondônia tanto merece e que precisava. O questionamento do Padre Zezinho já é antigo. A família dele vive engordando porcos com soja, com farelo de soja brasileiro, mas a soja é o demônio do mundo, tentando criar Reserva Indígena onde é uma região que não existe índio. Isso já aconteceu no passado e gerou grandes discussões aqui na Assembleia Legislativa. E a gente lamenta muito que a pressão internacional ainda prevalece sobre o Brasil, como paisinhos do tipo da França, Espanha, Itália e outros que ainda mandam no Brasil por incompetência política, principalmente da esfera federal. Nada disso precisava acontecer agora, se tivéssemos autonomia para que o Estado pudesse legislar em cima do meio ambiente. Certamente nós não teríamos esse problema de zoneamento. Entendo que foi feito um trabalho muito bem feito e que certamente hoje nós vamos fazer com que aconteça a finalização dessa novela mexicana que já se arrasta há muitos anos aqui na Assembleia Legislativa, e que nós temos a oportunidade de aprovar hoje. Parabenizar a todos os deputados que fizeram a fala deles antes, já disseram tudo o que deveriam dizer aqui e nós estamos fazendo o nosso trabalho com responsabilidade, com dedicação e, acima de tudo, com respeito. Parabenizar a Vossa Excelência. Aqui nós não podemos aceitar a falta de respeito com esta Casa que sempre teve respeito com a população do Estado de Rondônia. Dizer a todos os representantes de todo o Estado de Rondônia que nós estamos aqui à disposição. Conte com o Deputado Lebrão para que a gente possa fazer o melhor pelo Estado de Rondônia. Obrigado, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Lebrão. Para dar continuidade às falas, convido o senhor João

Carlos Dantas, da Vila Samuel. Vila Nova Samuel. Só para ser bem objetivo, tá?

O SR. JOÃO CARLOS DANTAS – Oi. Sim, sim. Primeiramente, minha boa tarde, já está bem cansativo aqui. Seguinte: as minhas palavras são poucas. E cumprimentar a Mesa em nome da população Vila Nova Samuel, Linha 45. Deputados Jean Oliveira, Chiquinho da Emater, Lazineiro da Fetagro e os demais deputados, estamos chegando aí ao final de uma demanda muito grande que os senhores vêm acompanhando, esse Projeto, essa mudança, essa alteração do Zoneamento, principalmente na Vila Nova Samuel, onde foi feito um levantamento em todo o Estado e a Vila Nova Samuel, o PAF Jequitibá, ficou de fora. Os senhores sabem, são conhecedores disso. Lá, nós fizemos um trabalho minucioso, junto com a Faperon e outros órgãos, para que nós colocássemos junto, hoje, para estar aí sendo discutido, sendo falado pelos senhores o nome da Vila Nova Samuel. Incluindo aí, nessa empreitada do Zoneamento. Eu falo para os senhores: isso aí, para nós, lá na Vila Nova Samuel, é de suma importância para todo o Estado. Lá onde eu resido, já há 18 anos, Deputado Jean que conhece a gente aí, e o trabalho que nós vamos fazendo em cima desse Zoneamento. E hoje, eu acho, pela graça de Deus, com a ajuda dos senhores deputados que têm a caneta na mão e têm a voz ativa, eu acho que hoje nós chegamos ao fim da peregrinação do Zoneamento. E isso é cansativo, Deputado Jean. O senhor sabe o que eu disse. Isso é cansativo. Nós já gastamos muitos litros de gasolina, o senhor sabe disso; nós já comemos muito pão com mortadela vindo na Assembleia Legislativa, muitas reuniões, muitos dias de serviço gastos, perdidos. Hoje, eu acho que tudo proverá. Está na graça de Deus e na mão dos senhores. Isso vai ser muito bom, não só para a Vila Samuel, mas para todo o Estado de Rondônia. Rondônia deixou de progredir muito, deixou de produzir muito por causa desse Zoneamento. Hoje nós temos lá, vocês sabem que nós moramos hoje numa área que se chama uma área de extrativismo, onde não se podia ter pecuária ali dentro. E eu vou falar uma coisa para vocês: eu parabeno os produtores e moradores da Vila Samuel. Mesmo enfrentando a Justiça, enfrentando tudo, nós temos lá, hoje, aproximadamente, quase 30 cabeças de mil. Quase 30 mil cabeças de boi lá dentro. Leite. E o pessoal sobrevive daquilo lá, tá?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Para concluir. Para concluir.

O SR. JOÃO CARLOS DANTAS – Sim, senhor. Então, deputados, foi falado, não sei se isso vai acontecer que eu vi aí umas divergências entre alguns pontos, se vai ser concluída o término dessa peregrinação, ainda às 15 horas, na votação desse Zoneamento.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Se Deus quiser, ainda hoje.

O SR. JOÃO CARLOS DANTAS – Então está aí. Era isso o que eu queria saber. E no mais, gente, o meu muito obrigado e

que Deus os proteja e que hoje termine essa peregrinação que eu acho que eu não venho aqui na Assembleia falar para deputado como é que ficou o Zoneamento não. Eu acho que hoje termina, graças a Deus. Meu muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Obrigado. Convidar para fazer uso da palavra aqui, pelo tempo de dois minutos, o vice-prefeito do Município de Nova Mamoré, que representa também o Prefeito Marcélio Brasileiro. Quer fazer uso da palavra aí mesmo?

O SR. SÉRGIO BERMOND – Boa tarde a todos. Boa tarde aos senhores deputados, todo o público aqui presente, a todo produtor rural, produtora rural que está aqui nesta Casa hoje. Venho aqui representando a população de Nova Mamoré, em especial, o Distrito de Jacinópolis, Linha 28, que vem sofrendo dia após dia com essa situação que está sendo votada aqui hoje, do Zoneamento. Quero deixar aqui a minha indignação também, senhores deputados, com a Sedam. Foi votado aqui nesta Casa a PLC 80, aprovada pelo nosso Governador, e onde aqueles produtores pudessem se ocupar das suas terras, onde já estavam trabalhando, plantando, colhendo, sustentando as suas famílias e de uma hora para outra veio um despejo, tirando essas famílias de cima de suas terras, desamparando essas famílias e jogou nas mãos do município, do prefeito, vice-prefeito, dos vereadores também que estão dando atenção especial. Hoje, essas famílias estão ali assentadas em um acampamento, sofrendo com crianças, mulheres gestantes, em um posto de saúde ali de Jacinópolis. Toda semana tem criança com diarreia, a gente já está tratando, porque está muito desumano. Então assim, é muito vergonhoso o que a Sedam vem fazendo com essas pessoas. Não dá para creditar, se aqui é o governo que manda ou se é a Sedam, porque foi executada, essa Lei foi aprovada pelos senhores, pelo Governador e infelizmente, veio esse despejo, tirando essas pessoas de lá, desamparando, tirando o pão da boca dessas crianças. É lamentável! Então, eu quero aqui deixar a minha indignação em nome do Prefeito Marcélio, a gente está apoiando essas famílias. Vejo que os senhores deputados estão fazendo o que podem para ajudar. Os senhores estão de parabéns, realmente esta Casa está de parabéns em ajudar essas pessoas. E a gente está à frente, o que puder ajudar, a gente vai estar ajudando e peço aos senhores que possam aprovar essa PLC 85, 1.1 para que essas pessoas possam retornar às suas terras, plantar, colher, poder sustentar as suas famílias, voltar a sua rotina normal, porque não é fácil ver aquelas pessoas sofrendo, crianças desidratadas. Então, é lamentável isso. No mais, muito obrigado a todos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado Vice-Prefeito de Nova Mamoré.

Convido agora para fazer o uso da palavra o senhor Geraldo Salvador, produtor rural de Alto Alegre e Alta Floresta.

Senhor Nilde, Vila São Luiz, Alta Floresta. Nilde, pode usar a tribuna, aqui.

O SR. NILDE TIETZ HAASHI – Boa tarde a todos, em especial ao Deputado Jean que está dando essa oportunidade

do pessoal do campo chegar aqui e estar se manifestando também. Agradecer a cada amigo nosso que saiu lá de suas casas, deixando sua família para vir aqui — já a segunda viagem — para estar aqui representando o pessoal. Eu quero fazer um apelo a todos os deputados aqui, na hora de votar esse PLC 85, que é muito importante para todos os produtores, está dando uma atenção muito especial aos chefes da Sedam e ao Governador, porque, que nem, ver esse mapa aí hoje, ninguém sabia, há vários anos, onde que estavam essas propriedades. Ninguém sabia qual era a zona que a gente estava. E votando isso aí vai estar tirando mais de dois mil produtores do Baixão, da irregularidade. A gente chega em um Banco hoje, não consegue um financiamento; está em uma zona de extrativismo, a gente chega lá recebe uma multa abusiva, muito alta, não tem condições de pagar. O PRAD (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas), mesmo, que você citou: como é que um produtor que vai levar uma multa, vai fazer um PRAD? Hoje, um quilômetro de cerca custa mais R\$ 15 mil a R\$ 20 mil. Como é que o produtor com o nome sujo, CPF cancelado vai conseguir ir lá e fazer uma cerca com bola de arame de mil e poucos Reais, uma dúzia de lasca de R\$ 400,00? A gente chega em um órgão ambiental para pedir uma licença, eles não liberam; vai dez, vinte anos, e como é que um produtor vai sobreviver de uma terra de dez alqueires, derrubando só dois, sem um recurso de nada? O produtor, nós mesmos, saímos das nossas terras, até nós chegarmos em uma cidade são 100 quilômetros. Todo mundo por conta própria, para ir em um dentista, para tudo. Como é que o produtor vai tirar isso daí para fazer cerca, para fazer tanta coisa e não tem nenhum órgão que olhe para o produtor e dá a devida atenção para ele estar lá, produzindo com o braço? Com o braço, porque um homem sem CPF, qualquer deputado, cancela o CPF de vocês, não poder ter um dinheiro em uma conta, não poder movimentar uma ficha de um gado, não poder pegar um empréstimo no Banco ..., não sei como vai sobreviver um produtor que vai levar uma multa. Eu queria que os deputados pudessem olhar para essa questão, porque tem muita gente que está sofrendo essa questão de multa e só quem está pagando isso são os produtores. Igual a todas as leis que eu vi aqui, só a favor de ambientalista — só uma comparação — e quem está olhando o produtor, que está lá, aquele que teve o CPF cancelado, e hoje não consegue fazer nada? Por isso, que eu peço o apelo de cada deputado desta Casa que esteja olhando esse PLC 85 e o Governador na hora de sancionar isso, que olhem pelos produtores. Isso aqui é só do Baixão, fora das outras regiões que vão estar tirando de área improdutiva. Essa são as minhas palavras. E obrigado, Deputado Jean, por ter dado a oportunidade de a gente se manifestar.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Nilde Haashi, representando os produtores rurais do Baixão.

Convidar agora — Deputado Luizinho, eu vou chamar aqui até que organize, porque nós estamos chamando de todas as regiões aqui, estamos fazendo um rodízio. Vou chamar o Jaime Bagattoli, para representar o Cone Sul do Estado até que você organize lá a equipe que vai fazer algumas ponderações.

Jaime Bagattoli, se quiser falar daí, pode falar, mas se quiser ir para a tribuna é melhor.

O SR. JAIME BAGATTOLI – Bom, boa tarde a todos. Em nome do Presidente da Comissão, Deputado Jean, eu quero cumprimentar a todos os deputados e a todas as autoridades aqui presentes.

E quem são as pessoas mais importantes neste dia de hoje aqui? São realmente os produtores rurais. E quando eu falo de produtor rural, eu não estou falando na condição de médio e grande produtor. Quem nós precisamos valorizar neste nosso Estado de Rondônia (quem conhece este Estado igual eu conheço há mais de 40 anos), nós temos que valorizar o mini e o pequeno produtor deste Estado, que não consegue mais trabalhar sem uma regularização fundiária e sem ter como aprovar esse Zoneamento para que se consiga trabalhar de uma forma legal dentro do Estado de Rondônia.

Quero dizer à população deste Estado de Rondônia, quero dizer a vocês produtores, que este Estado é um Estado mais completo e é um Estado que aqui não teve companhia vendendo terra. Aqui só teve o Incra. Talvez seja o único Estado do Brasil que foi 100% colonizado pelo Incra, quando as pessoas vieram na década de 1974, 1975 em diante.

E o que é que nós, produtores rurais, precisamos? Nós precisamos de legalidade no campo. Eu sinto muito aqui, neste momento, que eu também sou cristão, sou da igreja católica, ouvir o que esse pastoral aí, o Padre — acho que é Josep Iborra, não lembro, se não me falha a memória — falar um negócio desses. Eu quero dizer ao Padre que ninguém está aqui para desmatar tudo. Ninguém veio para desmatar este Estado inteiro e nem a Amazônia inteira. Nós temos hoje de preservação neste Estado aqui, mais de 80% de preservação.

Então, nós temos as Reservas Indígenas, as Reservas Biológicas, Reservas Ecológicas, as Reservas que são da União. E nós precisamos realmente legalizar essas propriedades, viu, Deputado Jean? E eu digo aqui, neste dia de hoje, aos 24 deputados que estão aqui presentes: nós vamos elogiar vocês e queremos que os 24 deputados votem a favor desse novo Projeto do Zoneamento Florestal, que nós precisamos da legalidade, realmente, no campo.

E quero, só para terminar as minhas palavras, não podemos chegar, os agricultores que aqui estão, está todo mundo cansado — viu, Deputado Jean? —, todo mundo cansado que nós não queremos esperar para outro ano. E eu tenho certeza que hoje, às 15 horas, os nossos 24 deputados irão votar esse Zoneamento Florestal de hoje. Meu muito obrigado e um boa-tarde a todos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Jaime Bagattoli, produtor rural do Estado de Rondônia. Um grande lutador, desbravador daquela região do Cone Sul. Aí Jaime, o pessoal falando aí no fundo. Parabéns.

Para falar, senhor Geraldo Aurélio, representando o “Soldados da Borracha”.

Tem alguém aí do “Soldados da Borracha”? Quem? Zoca quer falar sobre o “Soldados da Borracha”?

Então, eu vou substituir o Geraldo Aurélio pelo Zoca, que o Zoca também é um lutador do “Soldados da Borracha”.

O SR. JÂNIO LOPES SOUZA (ZOCA) – Cumprimentar a todos e eu acredito que os produtores rurais, não só do “Soldados da Borracha”, mas do Estado de Rondônia, neste momento tem mais é que agradecer. Porque nós não temos motivo mais para criticar nenhum trabalho, porque o que está sendo feito em favor do Estado de Rondônia, da população que produz, eu acho que é muito importante. O Deputado Jean, que sempre lutou nessa causa; Dr. Doca, que sempre esteve presente, a gente tem neste momento só que agradecer. A situação do pessoal aqui do “Soldados da Borracha”, que todos nós sabemos que são áreas tituladas, títulos emitidos em 1982, registrados em cartório, e hoje sofre com a situação da criação de uma Reserva Ecológica em cima de propriedades particulares. Isso não é admissível! E eu peço a todos os poderes constituídos que olhem por nós. O Secretário Padovani, o Hélio, que já tive até uma conversa com o Hélio, em relação a esse assunto. Eu acho que é muito importante que vocês se unam neste momento para defender essa causa, porque não tem cabimento o que foi feito. E que me desculpe o Ex-Governador Confúcio Moura: isso, para nós, é considerado uma vergonha. No último minuto do governo dele, assinar um Decreto prejudicando 727 propriedades de 100 alqueires cada uma. Isso é falta de respeito! E nós temos aqui que agradecer a vocês neste momento, a todas as autoridades: Sedam, o Governo do Estado de Rondônia, o Governador, que teve a iniciativa de mandar o PLC 85 para esta Casa, para que resolva o problema do Zoneamento.

E eu quero aproveitar a minha fala aqui, também, o Dantas falou agora há pouco, que é lá do PAF Jequitibá, que é uma extensão de uma situação também difícil, que já vem se arrastando há anos e anos, a questão do PAF Jequitibá. Tem um setor chamado “Jaquirana” também, que é também “Soldados da Borracha”, ao lado ali do PAF Jequitibá, que tem 300 propriedades consolidadas, com documentos, tudo registrado também. Que não pode ser esquecido, que, pelo que eu fui confirmar ali com o menino no mapa, já foi também resolvido, passou para a zona 1.2, que eu parabeno também.

A questão do PAF Jequitibá é muito importante que após tudo isso, que sempre nós ouvimos do Incra, Secretário Padovani, que, se a Assembleia mudasse o Zoneamento, que o Incra revogaria a Portaria que criou aquele PAF, que é um Projeto de Assentamento Florestal onde não tem mata. Tem ocupação desde 1987, 1990, 1995, e sempre passaram por cima da situação, criando um assentamento onde o povo está produzindo já há anos e anos.

Eu quero aqui dizer para o Dantas que eu acredito que não são só 30 mil cabeças de gado que tem ali dentro hoje. Eu não tenho essa informação de: a Idaron, mas já ouvi dizer de produtor lá que são em torno de 60 mil cabeças de gado que tem ali dentro hoje, produzindo leite, produzindo carne, fora as propriedades que produzem café, que produzem outros tipos de alimento.

Então, precisamos cuidar com atenção também, após resolver, Deputado Chiquinho, essa situação do Zoneamento, que a gente faça um trabalho que o senhor falou aí, junto ao Incra, para que revogue aquela Portaria. E onde o Incra fez o assentamento de pessoas, de famílias que estão lá dentro, que foram assentadas pelo Incra, que já tem algum investimento

do Incra, que seja mudado para um PA (Projeto de Assentamento) normal. E as áreas onde existe uma certa indiferença do Incra com o produtor, que seja considerado área de regularização fundiária, que são as propriedades maiores um pouco, para poder tirar o sofrimento daquelas famílias, para que possam ter financiamento, tocar a vida. E o Município de Candeias do Jamari possa progredir cada dia mais. Meu muito obrigado, Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Zoca, muito obrigado pelas palavras. Finalmente, nós vamos testar se tudo o que o Incra falou até hoje para nós, ele vai cumprir agora. Porque o Incra se comprometeu que, ao mudar o Zoneamento, eles iriam mudar a nomenclatura de PAF para PA (Projeto de Assentamento), não mais Projeto de Assentamento Florestal. Então, isso vai ser, com certeza absoluta, nossa próxima pauta com relação a todos os moradores lá. E aqueles que estão fora do PAF, aí sim, uma área de regularização. Antigamente era Terra Legal, agora a gente não tem mais, mas que seja uma regularização ambiental fundiária dessas pessoas. Obrigado, Zoca.

O SR. JÂNIO LOPES SOUZA (ZOCA) – Parabéns, Deputado. Parabéns a todos vocês. Que Deus continue abençoando os Deputados desta Casa.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Vamos convidar para fazer uso da palavra agora o senhor Souza Lima, administrador do Distrito de Abunã. Está aí?

Eu vou pedir só para que a gente possa ser mais objetivo, o mais breve possível, porque ainda nós temos aqui muitos oradores. Está bom?

O SR. SOUZA LIMA – Positivo, Deputado. Quero cumprimentar todos os senhores deputados, todas as pessoas aqui presentes.

Em nome do distrito de Abunã, viemos pedir aqui aos senhores deputados que digam “não” ao Zoneamento 2. Criar Reserva nesse Zoneamento é condenar o Distrito do Abunã e a Vila da Penha à miséria, porque ali há familiares que vivem da agricultura, da pecuária e até mesmo os ribeirinhos que vivem da pesca. Os pescadores que ali hoje sofrem com as multas aplicadas por nossos agentes públicos da fiscalização ambiental por conta desse Zoneamento que está previsto, que já foi criado e está previsto.

Quero aqui agradecer a todos os deputados pelo trabalho. E que sejam firmes em reconhecer aquelas famílias que ali trabalham e que vêm labutando para criar seus filhos no sofrimento — que muitos deles não tiveram a oportunidade que nós tivemos e tivemos prioridade de estarmos aqui, ocupar outro emprego —, e vivem da agricultura, da pesca e da pecuária. Meu muito obrigado a todos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado ao Administrador Senhor Souza Lima. E nós estamos atentos com relação ao Distrito de Abunã, o Distrito de Vila Penha e os moradores ali ao redor.

Vamos aqui agora passar a palavra ao senhor Willam Araújo, Presidente do Sindfluvial – Sindicato das Empresas de Navegação do Estado de Rondônia.

O SR. WILLAM TADHEU LEMES DE ARAÚJO – Oi. Aqui em baixo na galeria, Presidente.

Muito bom dia. Bom dia, Deputado Jean Oliveira, aos demais deputados. Meu nome é Willam Araújo, sou Presidente do Sindfluvial/RO, o sindicato que representa as empresas de navegação do Estado de Rondônia. Como todo mundo tem falado a importância do fato, desse Zoneamento para o Estado, ele também afeta a área de navegação. Nós falamos muito das nossas matas, como diz o Hino de Rondônia, mas precisamos também falar dos rios. Não à toa que o rio Madeira é utilizado por grandes empresas para escoar a safra. E, pasmem os senhores, se puder auxiliar aí com o mapa, o que acontece hoje se o Zoneamento não sofrer uma pequena alteração? Está na tela, a parte verde é a área de Reserva Ambiental do rio Madeira, APA (Área de Proteção Ambiental) do rio Madeira. Vocês podem ver que nessa área está contemplada toda região do Belmonte, região essa em que estão as empresas, as principais empresas de escoamento de grãos, de petróleo, derivados, gás de cozinha, carga do Estado. Abastece boa parte do Estado do Amazonas, Pará e faz toda interligação do Estado.

As empresas instaladas nessa região tentam, há algum tempo, ampliar a sua capacidade de operação. E vem negada pela Sedam por questões de exigência, porque estão operando dentro de uma área de Reserva e não conseguem ampliar. Cito o caso de uma das empresas de derivados de petróleo que teve o seu pedido de ampliação negado. Essa área pequena contribui, levantamento de 2017, com R\$ 1 bilhão para o ICMS do Estado de Rondônia. Um levantamento de 2017, senhores, era 1/8 da receita do Estado. O Deputado Luizinho já é conhecedor disso, nos ajudou em uma demanda sobre asfalto, e outros deputados também. O que nós pedimos? A nossa proposta é que nós possamos incluir um parágrafo ou um inciso no texto, para que as áreas portuárias fiquem definidas como área de interesse público para as atividades ligadas ao setor portuário, as instalações portuárias já instaladas e as que se instalarão. Por quê? Porque definidas como tal, elas terão, por parte da Sedam, que é o principal órgão licenciador, um tratamento diferenciado. E assim, se nós quisermos expandir a capacidade portuária do Estado de Rondônia, nós não vamos ter esse direito negado, como está previsto no artigo 20, Deputado Jean. Ele restringe muito.

Então, é um pedido que eu trago e trago também na pessoa do Presidente Raimundo Holanda, que é o Presidente da Federação Rondoniense, opera com navegação e esse é o meu registro, esse é o meu pedido para que os deputados façam essa observação. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) ~ – Obrigado Willam Araújo. Eu só queria aqui, Willam, fazer aqui uma observação. Eu vejo que vocês são muito organizados por conta de que ali nós temos grandes empresas e que hoje a Hidrovia do Madeira é de fundamental importância para a economia, principalmente, da capital. Senão não faria sentido toda a soja do Oeste,

noroeste do Mato Grosso ser escoada por Rondônia através do rio Madeira. Além de Rondônia, o Mato Grosso. Mas em momento algum, por exemplo, eu como relator fui procurado, faltou um pouco essa participação, mas nós já fizemos anotação sua aqui, do que você pediu, nós vamos analisar. É importante, nós queremos fortalecer o setor portuário do Estado de Rondônia e nós vamos ver essa situação se já não está contemplada. Você falou do artigo 20? Anota aqui para mim o artigo 20 do PLC para a gente analisar. **(reportando-se à assessoria da Mesa).**

O SR. WILLAN TADHEU LEMES DE ARAÚJO - Só uma observação, Deputado, nós já protocolamos com a nossa assessoria esse pedido de Emenda em nome do Sindifluvial.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Já está aqui no Projeto? Então, está ok. Nós vamos analisar e vamos fazer o possível para poder atender o setor portuário de Rondônia.

Vamos ouvir o senhor Roberto Correa da Silva, Secretário da Asprecam (Associação dos Produtores Rurais Extrativistas do Rio Castanho e Madeira do Abunã), Município de Porto Velho.

O SR. ROBERTO CORREA DA SILVA – Bom dia a todos. Lá na roça a gente só dá boa tarde depois do almoço. Eu queria cumprimentar o Presidente Alex Redano, o Deputado Jean Oliveira, os demais deputados, e para mim é uma satisfação estar aqui e poder conversar um pouco com vocês.

Caros senhores e senhoras, caros colegas produtores rurais, como tem sido difícil nos nossos dias ser produtor rural. Não tem sido fácil. Você trabalha, produz, e, muitas vezes, você escuta na mídia, nos jornais, que o produtor só destrói o meio ambiente, que ele só degrada a natureza, que ele é um destruidor e o que será do planeta. Mas eu pergunto para cada um de vocês e, principalmente para quem é produtor rural: o que vocês comeriam, se não fosse o produtor rural, se não fosse o homem da roça? E aí eu sigo dizendo que nós, sim, nós produtores rurais somos quem mais zelamos pelo meio ambiente. Nenhum produtor que produz aí a sua vaca, seu bezerro, seu leite, quer deixar de ter água em sua propriedade. Nenhum homem que produz soja quer degradar o meio ambiente. Todos nós precisamos do meio ambiente. Aí eu digo aos senhores: vocês aqui hoje, deputados, vocês estão fazendo um trabalho excelente, com coragem. É preciso ter coragem para votar essas leis. Eu pergunto para os senhores da Sedam e queria que tivesse aqui representantes do Ibama: qual é o valor do produtor rural para vocês? É um bandido que vocês estão perseguindo? Ou é o homem que põe o alimento na mesa de vocês? Eu quero ver aquelas pessoas que estão lá na mídia, na Globo, dizendo que ama a Amazônia. Ama a Amazônia? Muda aqui para Rondônia, muda para o Amazonas, compra aqui uma propriedade e vem morar aqui. É muito fácil dizer que ama e ficar de longe. Que amor é esse? Nós precisamos amar, sim, o nosso Estado. Eu não nasci aqui. Estou aqui há quase 30 anos. Eu venho em nome da Asprecam e falo em nome da Asprecam. Nós estamos ali na região do Distrito de Abunã e todos aqui já ouviram falar do Abunã e o quanto o Abunã já foi importante, já foi produtivo. E olha como nós estamos hoje? Quase que mortos. Foi criado na saída do nosso

ex-governador, essa Reserva de Umirizal. Mas uma Reserva em cima de pessoas que estão lá trabalhando, pessoas que estão lá há mais de 20, 30 anos, pessoas com títulos. E, aí, a gente não consegue entender e não é fácil de entender. Eu deixo alguns questionamentos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Para concluir, senhor Roberto. Para concluir.

O SR. ROBERTO CORREA DA SILVA – Mas hoje, eu vejo a mudança que está se propondo aí no Zoneamento. Eu agradeço a vocês em nome da Asprecam. Em nome do Distrito da Abunã, pela coragem de mudar esse Zoneamento, esse mapa do Estado. E que nós possamos ter força e coragem para continuar produzindo e você, meu irmão produtor, sintase orgulhoso em produzir alimento para este País, para o mundo, porque é isso que nós fazemos. Nós não precisamos ter vergonha de ser produtor rural. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado. Para fazer uso da palavra, Pastor Aronilton Rodrigues Monteiro, Presidente da Associação de Produtores Rurais Terra Roxa. Vou pedir para ser objetivo, tá pastor?

O SR. ARONILTON RODRIGUES MONTEIRO – Boa tarde a todos, boa tarde aos nobres Deputados, e pedir para o pastor ser breve, gente, isso é complicado. Mas vamos ser. Eu quero dirigir, primeiramente, a palavra ao nobre Padre, com todo o respeito a sua autoridade eclesiástica, mas o senhor disse que eram bandidos. Se fossem bandidos, esse tanto de homem que está aqui, o que impediria de ter lançado o senhor lá para baixo? Tem homens trabalhadores que protestaram contra a sua fala. Ninguém está incitando a violência, apenas lhe convidando a uma reflexão.

Mas, senhores, eu sou o Presidente da Associação de Terra Roxa e foi apresentado ali o mapa da Associação Terra Roxa. E no artigo 2º, no Parágrafo 1º da Lei 1.089, diz que ficaria desafetado uma parcela do Parque Estadual Guajará-Mirim, conhecida como Terra Roxa. A lei está dizendo assim, mas o mapa apresentado não está dizendo assim. Porque, eu pertenco a parcela conhecida como Terra Roxa, têm os nobres amigos ali também pertencem a parcela conhecida como Terra Roxa e nós não fomos, de fato, os beneficiados. Fomos beneficiados apenas pela Lei, mas não pelo mapa.

Então, convido os deputados a fazer uma correção nisso — como a maioria dos deputados aqui já me conhecem, já estive no gabinete de quase todos —, há mais de três anos nessa luta. Gastamos, como tem uma senhora lá que ela disse que quando a gente necessitou...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Pastor, o Deputado Chiquinho está falando aqui para mim, o senhor está falando que não foi atendido a Terra Roxa?

O SR. ARONILTON RODRIGUES MONTEIRO – Sim, senhor, não fomos atendidos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Acho que está tendo equívoco. Mostra o mapa aqui para mim, por favor. Mostra a parte do Parque Guajará-Mirim.

O SR. ARONILTON RODRIGUES MONTEIRO – Willian, por favor, pega o meu celular, fazendo um favor.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não, o senhor vai ter que ver isso aqui, esse aqui é o original nosso.

O SR. ARONILTON RODRIGUES MONTEIRO – Sim.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Já? É isso aí, onde está o mouse, faz assim com o mouse para ele ver **(sinaliza o local no mapa, no telão)**. Isso aí tudo é Terra Roxa.

O SR. ARONILTON RODRIGUES MONTEIRO – Sim, deputado, isso tudo ganhou o nome de Terra Roxa.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Certo, essa parte amarelinha é tudo Terra Roxa.

O SR. ARONILTON RODRIGUES MONTEIRO – Mas, lá na Lei está dizendo que ficava desafetada a parte conhecida como Terra Roxa. Essa parte é conhecida como parte de 30%. Nem eu, nem aqueles senhores ali, que produzem há muito tempo, estão dentro dessa área.

Tudo o que protocolamos nesta Casa, nós protocolamos no Ministério Público, em todos os órgãos, no Incra, na Sedam, e tudo mais, com o pedido Terra Roxa, até por isso ganhou o nome da Emenda Terra Roxa. E o Terra Roxa não foi, de fato, beneficiado com a Lei e nós estamos lá.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Pergunta onde eles estão, Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eles estão ali, só que mais para dentro ainda na Unidade de Conservação.

O SR. ARONILTON RODRIGUES MONTEIRO – Não estamos mais a dentro. Estamos mais a fora.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Como assim, “mais a fora”? Bota lá de novo para mim o mapa, por favor. Onde é Terra Roxa não é isso aqui tudo, esse bico?Essa parte aí?

O SR. ARONILTON RODRIGUES MONTEIRO – Não, não. Essa parte é conhecida como área de 30%.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Onde está o Terra Roxa aí, Franber? Ali. O pedido é que chegasse até perto desse rochedo aí, que são as serras. Chegamos bem próximo.

O SR. ARONILTON RODRIGUES MONTEIRO – Franber, isso.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Onde tem área de produção, nós tivemos o cuidado de contemplar. O que está faltando aqui, por exemplo?

O SR. ARONILTON RODRIGUES MONTEIRO – Olha só, toda a área do Terra Roxa onde são áreas produtivas, onde nós produzimos, ela não está incluída. Ela está mais ou menos, pega nessa parte onde está o mouse, mas a minha...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Pastor, Pastor, deixa eu falar para o senhor. Esses detalhes são muito difíceis de serem discutidos aqui, uma vez que eles já foram discutidos no PLC 80, que agora é Lei 1.089. Nós não temos como fugir do que está na Lei 1.089. O que nós podemos fazer é em um outro momento, que não nesta Audiência Pública, discutir se alguma coisa ficou para trás e a gente tentar ver o que pode ser feito. Porém, agora, neste momento, não tem como a gente sair fora dessa discussão da Lei 1.089. Somente o que está Lei 1.089 vai ser transposto para o Zoneamento. Então, nós podemos discutir — já foi um grande avanço essa situação —, e se tiver faltando alguma coisa, nós vamos buscar mecanismo legal para resolver. Nosso objetivo nunca foi deixar ninguém para trás.

O SR. ARONILTON RODRIGUES MONTEIRO – Então, concluindo a minha fala, mas deixando claro que a Associação Terra Roxa não foi, de fato, beneficiada, com todos os pedidos que nós fizemos. Como tem uma senhora que diz que vendeu até o galo do terreiro para ajudar na elaboração dos nossos mapas e estudos técnicos.

E mais uma questão só para concluir, aqui, a minha fala, os relatórios que a Sedam apresentou com relação à área conhecida como Terra Roxa e o Parque Estadual Guajará-Mirim — não quero faltar com respeito ao Marcílio, nem com os seus técnicos —, mas não correspondem com a verdade, porque no relatório deles diz que no ano de 2021 foram desmatados 724 hectares no Parque Estadual Guajará-Mirim. Quando, na verdade, foram 8.700 e alguma coisa de hectares.

Então, se abraça muito, se protege pouco. E nós continuamos tendo que colher a nossa produção escondidos, deixar entrar a madrugada, sair de madrugada e ainda estamos debaixo de uma lei que, teoricamente, nos beneficiaria.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Pastor, vamos fazer dessa forma: vamos dar encaminhamento e depois a gente pode ter uma conversa sobre o Terra Roxa para ver o que é possível avançar. Ok?

O SR. ARONILTON RODRIGUES MONTEIRO – Ok. Tranquilo. Obrigado e eu agradeço a todos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Pastor. Com a palavra, Dr. José Luiz, representante da Aprosoja. O senhor não quer falar da tribuna, não, Dr. José Luiz?

O SR. JOSÉ LUIZ DE LEMOS – Eu acho que para ser mais breve pode ser aqui mesmo, não é?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Pode ser. O senhor sendo breve é melhor ainda.

O SR. JOSÉ LUIZ DE LEMOS – Com certeza. A fome está maior do que... Boa tarde a todos. Em nome da Aprosoja e do Sindicato dos Produtores Rurais de Cerejeiras, eu cumprimento nosso Governador Marcos Rocha; o Presidente

da Assembleia, o Deputado Alex Redano; ao Deputado Jean Oliveira, que está presidindo a Mesa e muito bem nos representou nessa luta, nessa aproximação pelo Zoneamento, e, em seu nome, cumprimento a todos os deputados presentes. Também quero cumprimentar o nosso amigo Marcílio Leite Lopes, da Sedam, Secretário da Sedam; assim como o Secretário da Agricultura, que sempre esteve com nossa bandeira erguida por essa aproximação do Zoneamento. Então, em nome do amigo Evandro Padovani, que cumprimento a todos os Secretários que, com certeza, ajudaram muito a nossa luta por essa mudança.

Já nos anos 1990 nós iniciávamos essa via sacra. Esse Zoneamento vem nos afetando há muito tempo. Para vocês terem uma ideia — para os senhores terem uma ideia da situação que a gente já passou e o por quê —, nos anos 1990 foi criado o Parque Estadual do Corumbiara, que é uma situação que a gente conhece muito. Gastaram R\$ 1 milhão, naquele tempo, para demarcação do Parque. O dinheiro rolava no governo e o Estado cada vez mais comprometido. O que é que sobrou disso? Nós tivemos que mais de 45% do Estado são Reservas. Nós estamos pagando um preço altíssimo por aquela excursão, aquela viagem, aquela loucura “vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, vamos fazer Resex”. Depois criaram a Zona 2. “Depois, se alguém reclamar, nós vamos dar um jeito nisso”. Eu acho que era mais ou menos isso, porque critério técnico não tinha. Tanto é que ficaram várias áreas com aptidão agrosilvopastoril fora da Zona 1.

Então, não houve um estudo técnico na época. E agora tem essa possibilidade. Com certeza que o que a gente está vendo aqui hoje é a redenção dessa situação. Vamos voltar a ter o Zoneamento mais próximo, mais adequado com a realidade, com a vocação da terra e dos produtores que lá já se encontram.

Para tentar ser bem breve, nós temos que ter o maior cuidado, porque se não passar essa aproximação, nós vamos voltar a estaca zero. Ou voltamos a ser a Zona 2 ou ficamos sem Zoneamento, que também hoje já não é mais interessante, porque — o Deputado Jean sabe disso, tem bastante conhecimento — sem o Zoneamento nós não podemos fazer nem a recuperação e nem a compensação das áreas acima de 50%. Vai ter que voltar a ser 80%. Então, isso hoje, para os produtores, não é mais interessante. Então, nós precisamos do Zoneamento, não adianta mais a gente querer rejeitá-lo, não é?

Agora, o que acontece? Tem uma receita esse bolo. E a receita se chama Decreto-Lei 4.297, de 10 de julho de 2002. Se os nobres deputados que aqui estão, passarem o olho nisso aqui e essas Emendas que estão sendo colocadas estiverem de acordo com esse Decreto, todos estarão aplaudindo isso, porque realmente é uma necessidade de o Estado fazer essa aproximação. Mas, para isso — o que acontece? —, nós temos ali, vamos dizer assim, o centralizador desse Decreto é o artigo 19. O que ele diz: “Art. 19. A alteração dos produtos do ZEE, bem como mudanças nos limites das Zonas e indicação de novas diretrizes, gerais e específicas, poderão ser realizadas após decorrido prazo mínimo de 10 anos de conclusão do ZSEE, ou de sua última modificação, prazo este não exigível na hipótese de ampliação do rigor da proteção ambiental da zona a ser alterada, ou de atualizações decorrentes de aprimoramento técnico-científico.”

Bom, prazo este não exigível na hipótese da ampliação do rigor da proteção ambiental da zona a ser alterada. Quer dizer que, se for para pior, não tem prazo. Pode ser amanhã, já pode piorar a situação.

Ou... — aí já é o “ou” — ou de atualizações decorrentes de aprimoramento técnico-científico. Então, essas áreas que foram desafetadas, se eventualmente tiverem que entrar amanhã ou depois, está aí o caso do aprimoramento técnico-científico. Elas podem entrar a qualquer momento. Não precisa ter um prazo previsto para isso, porque a próprio Decreto prevê isso. Então, é tranquilo. Isso aí não é uma coisa que é impossível. Claro, vai ter que movimentar toda a máquina novamente. É difícil, mas não é impossível.

“§ 1º. Decorrido o prazo previsto na *caput* deste artigo, as alterações somente poderão ocorrer após consulta pública e aprovação pela Comissão Estadual do ZEE e pela Comissão Coordenadora do ZEE, mediante processo legislativo de iniciativa do Poder Executivo.”

O que isso quer dizer? Quer dizer que tinha que haver os estudos prévios, tinha que haver a aprovação da Comissão Estadual do Zoneamento, para que possam ocorrer as mudanças. Tudo foi previsto.

“§ 2º. Para fins deste artigo, somente será considerado concluído o ZEE que dispuser de zonas devidamente definidas e caracterizadas e contiver Diretrizes Gerais e Específicas, aprovadas na forma do § 1º.”

É simples, não tem muita dificuldade de entender aqui.

“§ 3º. A alteração do ZEE não poderá reduzir o percentual da reserva legal definido em legislação específica, nem as áreas protegidas, com unidades de conservação ou não.”

Quer dizer: infelizmente, a Zona 3 não é abarcada, não é recepcionada por essa aproximação. Infelizmente, porque, pela nossa vontade, não sobrava uma Reserva, por quê? Porque já tem a Reserva Legal nas propriedades. E as propriedades que não foram desmatadas até 2008, 80%. Isso é um absurdo!

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só para fazer uma ponderação, senhor José Luiz. Por isso que nós temos o cuidado de fechar um relatório sem nenhum tipo de expectativa a essas pessoas. E aí eu citei aqui um dos lugares que eu tenho amigos próximos, que é Rio Pardo. E nós vamos fazer isso. Se existe motivação, nós vamos votar. Mas nós vamos votar em destaque, para que não haja um comprometimento do relatório total, para que a gente possa ter uma discussão, após a aprovação, com o Governo do Estado e a PGE daquele artigo específico. Se a gente colocar isso tudo num bojo só, nós vamos prejudicar.

Por isso, nós estamos tendo cuidado. Nós não estamos deixando nenhum deputado fazer aquilo que... O deputado foi eleito para poder legislar. Então, ele vai legislar. Eu, na condição de relator, estou colocando essa condição para que ele possa legislar sem causar prejuízo ao relatório, que o relatório foi observado que nós não alteramos Zona 3 sob hipótese nenhuma. Nós tivemos esse cuidado, essa cautela.

Então, é só para falar para Vossa Senhoria aí, que está fazendo uma leitura do artigo 19 do Decreto 4.297, que é quem dá as diretrizes para o Zoneamento.

O SR. JOSÉ LUIZ DE LEMOS – Exatamente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Então, só para deixá-los tranquilos. Nós sabemos que o Cone Sul lutou, foi

um dos que mais atuou no Zoneamento, foi o Cone Sul. E é mérito de cada um dos senhores. Eu participei, realizei a primeira Audiência Pública da Assembleia Legislativa, fui eu, o Deputado Jean, que fiz lá no Parque de Exposição de Colorado. Vossa Excelência lembra disso, participou.

O SR. JOSÉ LUIZ DE LEMOS – Foi.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – E nós sabemos que a luta de vocês já durava muito tempo. Então, não é prejuízo. Nós não queremos prejuízo para o Cone Sul ou para a região central, para as demais regiões do Estado. Nós queremos é fazer o Estado de Rondônia evoluir e não comprometer esse Projeto de Lei.

O SR. JOSÉ LUIZ DE LEMOS – com certeza. A gente tem absoluta certeza disso, Deputado.

E vou finalizar, porque está todo mundo já cansado, o nosso objetivo, se passarem as Emendas todas, seria ótimo, para todo mundo. O nosso objetivo é preservar o PLC 85, para que realmente não se perca todo esse esforço que foi feito. Porque, se ele passar da forma como saiu do Estado, ele está... Não é o melhor do mundo. Não é. Mas é o que se tem. Se você ganha um carro de alguém, de seu pai, ou alguma coisa parecida: "ah, a roda não estava da cor que queria.". Ah, pelo amor de Deus! Você ganhou o carro.

Então, é mais ou menos nesse sentido. Vamos agradecer muito, porque esse Projeto não está fora. E, se tiver alguma coisa que prejudique, a gente pede, assim, de coração, aos nobres deputados que deixem essas Emendas, essas coisas, para oportunidades corretas e não prejudicar o Projeto inteiro, porque ele está bom, está de bom tamanho. Muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Dr. José Luiz.

O SR. EDSON AFONSO – Deputado Jean, Edson Afonso, confirma a minha inscrição, por favor.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não está inscrito não, Edson. Mas eu vou ver aqui como eu vou te inserir aqui.

Eu queria só fazer uma ponderação aqui. Ainda tem muita gente para falar e já são 14:20 e eu quero encerrar a Audiência Pública, fazer uma pausa para que vocês possam ir almoçar. Não sei onde vão encontrar almoço. Mas vamos pelo menos lanchar e depois a gente reinicia a Sessão com todo mundo, depois dessa pausa. Porque nós aqui ainda vamos ter que trabalhar para fechar o relatório final. Então, eu vou pedir para que a gente seja bem objetivo agora, 1 minutinho para falar. Eu sei que não dá para fazer tudo, mas vamos ser objetivos, de repente é algum apontamento que está faltando, faça esse apontamento. Porque as falas de reconhecimento do setor produtivo, de produzir, isso tudo nós já sabemos, nós temos isso no coração.

Então, eu peço para que a gente faça uso da palavra para fazer apontamento do que precisa ser modificado no Projeto.

Vou convidar para fazer uso da fala, o senhor Valdeci Jaboti, representante do Sindicato dos Produtores do Município de São Francisco. Está aí o senhor Valdeci? Não estando vamos convidar para fazer o uso da palavra...

O SR. EDSON AFONSO – Deputado Jean, eu poderia substituí-lo, porque a minha fala é a mesma dele.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Então vai, faça uso da palavra.

O SR. EDSON AFONSO – Eu vou ser bem breve. Cumprimentar todos os deputados, Deputado Jean e os demais deputados, Deputado Presidente Alex Redano, o governo em nome do Marcílio, nosso Governador Marcos Rocha, os Secretários e demais presentes.

Eu gostaria só de um ponto deputado, colocar para essa Assembleia Legislativa e para o governo, que foi a criação do Conselho Estadual da Comissão Estadual do Zoneamento. Essa Comissão trouxe a oportunidade de sentar o governo, os deputados e o setor produtivo na mesma mesa, de onde saiu esse Projeto. E o mais importante que teve, é isso que eu gostaria de relatar aqui, tínhamos dois deputados que eram os representantes naquele momento, mas todos os deputados, praticamente, se fizeram presentes em todas as discussões. E assim nós temos um Projeto hoje, que avança muito e tem condições de melhorar o Estado de Rondônia, principalmente, o setor produtivo.

Deixar muito claro que o IDH do setor produtivo é muito baixo e esse Zoneamento, juntamente com a regularização fundiária que a gente quer avançar também, vai elevar esse potencial e agregar valores para as famílias de Rondônia.

Eu, ali na Comissão Estadual represento a Federação da Agricultura. Tivemos uma parceria muito grande com as entidades do Cone Sul e o Deputado Jean foi um deputado que foi a campo, pegou o carro, pegou moto, pegou barco e andamos muito por este Estado. E agora queria parabenizar todos, ao Governo do Estado e a Assembleia por essa oportunidade que está dando para o setor produtivo, de um avanço tão importante.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado.

Para fazer uso da palavra agora, Professor Ricardo Gilson, representando o Programa em Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Está aí o Professor Ricardo Gilson?

A SRA. AMANDA MICHALSKI – Olá, bom dia.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Qual o seu nome?

A SRA. AMANDA MICHALSKI – Amanda Michalski.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Amanda Michalski. A senhora vai falar em nome do professor?

A SRA. AMANDA MICHALSKI – Em nome do Professor Ricardo Gilson e do Professor Luís Novoa.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu gostaria que a senhora falasse seu nome de novo e o que a senhora representa, para ficar registrado.

A SRA. AMANDA MICHALSKI – Eu sou Amanda Michalski, sou professora, sou pesquisadora do Grupo de Pesquisa GTGA da Universidade Federal de Rondônia.

Primeiramente eu gostaria de esclarecer que aqui não tem nenhum bandido. Aqui, aqui não tem nenhum bandido. Nós, brasileiros, temos esse problema de mal interpretar as falas dos sujeitos. Então nós precisamos aprender a interpretar as falas. O Padre Zezinho veio aqui falar com vocês para alertá-los, porque, meu povo, vocês não passam de peões para o agronegócio. Vocês, infelizmente, estão aí abrindo espaço para grandes propriedades de terra. Diga aqui quem é o primeiro, quem é o sujeito que está aqui que nessas áreas que estão sendo modificadas é a primeira terra que o sujeito está? Olha só a diferença do tanto de pessoas que já tiveram que sair da sua terra, expropriado pelo agronegócio para dar lugar da sua pequena produção, que o senhor tem direito de produzir, todos aqui têm direito de produzir, mas são vocês que abrem caminho. É isso que a universidade, é isso que a igreja, é isso que nós estamos aqui tentando alertá-los, que a partir do momento que esse Zoneamento for ser alterado vocês vão abrir caminho para o agronegócio. Daqui a pouco, vocês...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Meus amigos, vamos garantir o uso da palavra. É importante o contraditório.

A SRA. AMANDA MICHALSKI – Por favor, eu respeitei todos que estiveram aqui.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – É importante o contraditório. Por favor, vamos respeitar o uso da palavra.

A SRA. AMANDA MICHALSKI – Todos vocês, todos vocês, daqui a alguns anos estarão aqui de novo, lutando, para que outra unidade de conservação seja novamente reduzida. Todos vocês. Os pais de vocês já fizeram isso; futuramente serão os filhos, os netos. Então, o que a gente quer que vocês compreendam é a importância que... Não são 80% que tem de áreas protegidas em Rondônia, não. Nem 45%. São 38%. E todas essas áreas, sim, tiveram... Com licença, senhora; com licença senhora (**dirigindo-se a uma manifestante**). Todas essas áreas tiveram, sim, estudos técnicos porque essa não é a primeira aproximação; já é a segunda aproximação de Zoneamento. Eu só estou falando é que vocês estão servindo de bucha de canhão. Vocês são peões na mão do agronegócio, infelizmente. Obrigada.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigada. Eu só queria falar rapidamente, dizer o seguinte (isso é um ponto de vista meu como pessoa): o que acontece é que a legislação brasileira tem por natureza a defesa ao meio ambiente em lugares que muitas vezes poderiam ser de produção. Esse é o grande problema que nós vivemos. Nós temos regiões férteis que estão preservadas e regiões que não são tão férteis e que estão hoje em zona de produção. Houve um paradoxo no passado muito grande. E nós temos 38%, igual a professora falou, de áreas públicas, mas as reservas legais que todo mundo é obrigado a manter? Isso é uma lei que só o Brasil tem, de preservação de reserva legal. Ninguém aqui é dono de sua área total. Nós somos obrigados a bancar a manutenção de uma reserva legal. Porque se o invasor entrar na fundiária da fazenda da gente, quem responde criminalmente é o produtor rural e não o invasor.

Então nós aqui, para ser bem justos, nós aqui não estamos, no Zoneamento, desafetando nenhuma área. Isso

foi discutido em um outro momento. Esse momento já passou. O que nós estamos tratando aqui é de cartografia, é de zona de produção. Aqui nós não estamos transformando área de preservação em área de produção. Isso foi em outro momento, em outra discussão, que também foi dada a oportunidade ao contraditório. E essas falas, mesmo que contrárias ao anseio da grande maioria, elas são importantes, porque o contraditório faz parte da democracia, e nós precisamos ouvir.

Agora, trinta segundos, rapidinho, rapidinho, precisa nem estar inscrito aqui. É uma exceção que eu estou abrindo.

O SR. PAULO SÉRGIO – Eu agradeço muito. É que o “Soldados da Borracha”, hoje, o pessoal estava almoçando, não teve quem falasse. Mas meu nome é Paulo Sérgio, eu peço licença ao Presidente para poder falar aqui. Eu pedi 30 segundos e eu gostaria de dirigir a minha palavra a ela e a todos os ambientalistas, que isso aqui não está sendo votado para tirar nenhuma Reserva. A gente, como produtor rural, eu venho de uma família que é de produtores rurais, eu sou produtor rural desde criança. Então, da região de “Soldados da Borracha” não está sendo tirada de nenhuma Reserva. Eu, como produtor rural, conheço a prática e eu como alguém praticante da agricultura todos os dias, não posso tampar o sol com a peneira, os meus olhos, com a teoria, entendeu? Eu não tampo os meus olhos com a teoria. Eu estou abrindo os meus olhos com a prática que eu vejo no “Soldados da Borracha”. Então, o que eu estou vendo aqui hoje, o que está sendo votado aqui hoje é a prática do que está acontecendo. Essas pessoas não estão invadindo área de Reserva. Essas pessoas, foi jogado Reserva na área em que elas vivem desde criança, entendeu? Então aqui, ninguém está tirando Reserva de lugar nenhum.

Eu convido a senhora para ir conhecer a região onde eu moro para você ver se lá tem condição de ser jogado Reserva. Porque lá não tem Reserva de mata, e a gente vive lá em cima há muitos anos. Então, eu agradeço muito. Eu precisava fazer essa defesa em nome de todos do “Soldados da Borracha”. Eu tenho escritura na minha área.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigada. Eu agradeço. Eu só queria aqui, senhores, avançado o horário, eu não queria aproveitar a oportunidade, mas um breve desabafo, dizer o seguinte: se hoje existe asfalto nas ruas das cidades, dos municípios; se hoje existe hospital, escola; se tem recurso, orçamento público, é porque existe gente trabalhando e não vem dinheiro de outro lugar em Rondônia, que não do agronegócio. Não existe. Nós não somos São Paulo. Nós não somos o Estado de São Paulo que tem indústrias. Nós não somos o Estado de Minas Gerais, que tem minério no nosso solo, como lá. Nós não somos o Rio de Janeiro, que vive de royalties de petróleo. A gente vive do que a terra dá. E este Estado chegou onde chegou por conta de homem trabalhador que veio aqui, largando, largando... Veja bem a história desse povo rondoniense: largou o Sul do país, largou o Nordeste, largou as regiões mais desenvolvidas para vir para esse cantão aqui, onde não tinha energia elétrica, não tinha estrada, para comer carne era carne de caça. Não existia conforto nenhum. Morria de malária. Não tinha remédio, não tinha médico. E hoje formou o Estado de Rondônia.

Então, ouvir um discurso ambientalista sem levar em consideração o fator histórico de Rondônia é um absurdo, é revoltante. E eu não tenho como não desabafar isso, porque eu não vivi, tenho 32 anos, mas a minha família ajudou a desbravar Rondônia e por isso que eu estou falando como deputado estadual, representante do povo sofrido que é o de Rondônia.

Professor Libério Ferreira, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Rolim de Moura de Guaporé.

Senhor César de Oliveira, Vice-Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Baixão.

O SR. GENECI ISRAEL DA SILVA – Só um minutinho, gente, boa tarde, o senhor César não pôde estar presente, mas está aqui o Presidente da Associação, inclusive, eu acho que não era para ter anunciado o nome dele, porque ele já tinha avisado que não vinha. Mas, houve um equívoco. Eu estava ocorrendo atrás de um jeito para arrumar que não faltasse refeição para as pessoas que vieram de tão longe, e eu notei que eu fiquei sem almoço, e eles foram. E eu perdi a vez de falar quando o Deputado Jean me chamou, mas pela nossa amizade, doutor, eu não poderia faltar com a minha palavra em defender o meu povo. Esse povo é meu desde o ano de 2002 e eu quero dizer para o senhor que, com muito orgulho e olhando para o senhor aqui, eu vejo a figura do senhor Carlão de Oliveira, porque ele foi o iniciante de todo esse processo, quando nós adentramos na região do Vale do Mequéns — que hoje tem um setor chamado Baixão; tem Vila do Bosco, que é mais longe; tem o setor de São Luiz; tem o setor de Zidolândia —, todo mundo, quando chama Baixão, chamamos em geral, toda a região, mas nós temos a nossa comunidade, nós temos a nossa Associação e eu defendo a todos. Em nome do Carlão de Oliveira, do senhor, hoje, Jean Oliveira, em nome dos futuros Oliveiras que vierem, nós estamos prontos para brigar e lutar pelo que é nosso desde o começo do município de Alta Floresta. Nós não vamos desistir nunca, nunca e nunca. Eu gostaria que todos tivessem cientes de que somos batalhadores, guerreiros, somos produtores, independente de alguém, algumas pessoas falem uma palavra contraditória. Eu estou lá desde o ano de 2003 lutando, batalhando, e eu tenho certeza que nós da Associação, nós do Baixão, nós de São Luiz da União, nós do Vale dos Mequéns, em geral, Porto Rolim, nunca vamos recuar. Eu peço a todos vocês deputados conheçam a nossa região, nem que seja turisticamente, mas que vão passear lá, vão trabalhar também, porque vocês não passeiam; quando estão passeando vocês ainda estão procurando trabalho para fazer. Conheçam toda a nossa sociedade, toda a nossa comunidade e estejam presentes conosco nessa luta, que é muito importante a votação desse PLC, hoje.

Eu conheço o Deputado Jean, sei que ele está empenhado nisso desde o primeiro mandato. Nós falamos muitas vezes frente a frente sobre esse espaço que nós estamos tendo aqui hoje. E a CPI da Terra do ano de 2005, do ano 2006 ou 2007 que foi realizada pelo Deputado Carlão de Oliveira se tratava desses mesmos assuntos, só não estavam incluídos o processo do PLC 85 Zoneamento, que é um processo novo, mas os Projetos já eram esses. E se nós tivermos que ficar lá mais 50 anos, 100 anos, se eu não estiver lá, meus herdeiros estarão,

para que essa luta tenha continuidade. O meu muito obrigado a todos vocês. Votem com o coração, votem com a união e sejam guerreiros como nós. Vamos lutar pelo melhor desempenho do nosso Estado e com certeza o futuro da nossa nação depende muito de cada pé de grão, de cada pé de café, de cada boi que nós criamos hoje, com certeza. Muito obrigado a todos vocês.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, meu amigo. Obrigado pelas palavras. Eu fico feliz e lisonjeado.

O Professor Libério Ferreira, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Rolim de Moura do Guaporé, mas é porque é assim que ele gosta que falem, mas lá tem gente de Porto Rolim, ele fala que é Rolim de Moura.

O SR. LIBÉRIO FERREIRA QUINTÃO – É isso aí. Pessoal, bom dia, vou fazer a fala do colega que falou — só dar boa tarde quando almoça — mas é muito gratificante. Deputado relator, o deputado aqui falou sobre honra, na fala dele ali. E o senhor hoje com três meses, quatro dias, o senhor está honrando uma promessa que o senhor fez em Alta Floresta, juntamente com o Deputado Alex Redano, Deputado Cirone e o Deputado Crispin. Esses noventa e poucos dias foi muita ansiedade para a nossa região. Em nome de todo morador de Rolim de Moura do Guaporé, a gente diz, o senhor tocou aqui na questão do PLC 80, eu só quero dizer o seguinte, nobre padre e ilustre professor — eu sou professor de História — mas assim, existe muita questão que é tampada, é passado por ideologia, de ser todo da nossa profissão, que atrapalha muito o convívio social. A linha do Parque Ilha das Flores está tentando apagar, somente o meu avô que faleceu em 2017, com 105 anos, a história construída com trabalho. A Europa, até o ano de 1050 não era nada, e dependeu muito deste País aqui e dessa região, Rondônia.

Então, não é preciso chegar aqui e fazer uma locução sem a gente ter o conhecimento. Então, Deputado Jean e os nobres deputados, a gente, daquela localidade, que somos ali moradores. Eu sou descendente daquela região lá. Mais de 200 anos são os nossos antepassados daquela localidade e contribuiu muito para o nosso estado, como diz o hino Céus de Rondônia, e também com o nosso País. Só falando, Deputado relator, no mapa tem uma parte lá, questão da mudança de Zoneamento na fazenda Foz Baú, e ele pediu que fosse revisto, porque não houve uma mudança lá de acordo com as cores que estão lá. Então, a gente fala...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Abre aí para a gente o mapa para a gente ver.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Que região, Deputado, por favor?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Ilha das Flores.

O SR. LIBÉRIO FERREIRA QUINTÃO - Parque Ilha das Flores, aquela região que o senhor fala Parque Ilha das Flores.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Esse alaranjado aí.

O SR. LIBÉRIO FERREIRA QUINTÃO - Isso. Essa parte azulzinha ali, se pudesse abrir, se tivesse uma legislação lá...

O SR. JEAN OLIVEIRA(Presidente) – Isso é uma ilha. Isso é uma ilha. Essa parte azulzinha.

O SR. LIBÉRIO FERREIRA QUINTÃO - A parte azul, sim. A parte alaranjada, não. Na parte rósea ali...

O SR. JEAN OLIVEIRA(Presidente) – Qual rosa? Aquela parte rosa ali é onde fica aquele, da família Arantes. É a sede da fazenda Nova Vida. Essa aí. Tem uma pista de avião e tudo, nesse roxinho. Está do jeito que o Executivo mandou. Do jeito que o Executivo mandou, nós não alteramos essa parte. Olha lá. Dá um zoom naquele risquinho. Aquilo é uma pista de avião.

O SR. LIBÉRIO FERREIRA QUINTÃO - Depois a gente pode procurar o senhor, para não levar mais tempo, mas aí a gente vê lá pessoalmente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não tem. Deixa eu falar um negócio para o senhor: toda a beira do Guaporé, tirando esse quadradinho, se tornou zona de produção 1.3. Vai mais para baixo, Franber, faz favor, na ilha que eu falei que está 2.2. Isso é uma ilha, olha.

O SR. LIBÉRIO FERREIRA QUINTÃO - Mas tranquilo, então. A gente fica no aguardo.

O SR. JEAN OLIVEIRA(Presidente) – Ficou 100%, 1.3.

O SR. LIBÉRIO FERREIRA QUINTÃO - Isso. Pelo menos isso. Mudando o nosso Zoneamento vai nos ajudar a continuar aquilo que a gente mais busca, que é a contribuição com progresso, certo? E fica aqui, Deputado Adelino — foi um prazer rever o Deputado Saulo aqui também —, a gente agradece a vocês, a todos vocês que disseram “sim” para o Projeto do Deputado Jean. Que foi feita a votação para que essa população ribeirinha não sofresse, não fosse penalizada por criação de Reserva, mas que deixassem nós trabalharmos, porque nós vivemos do nosso trabalho. Eu paguei os meus estudos com o trabalho.

Eu tenho a minha mão — e não tenho vergonha de mostrar — que eu sou um professor e também sou um produtor rural e não sou um bandido, muito menos é o que a gente prega para a nossa sociedade. Agora, seria muito vergonhoso eu continuar numa sala de aula sem falar da nossa história, principalmente do nosso Brasil, que foi desbravado com muito trabalho e não com ideologia. Desculpa aqui citar europeu, certo? Fica aqui e é só olhar, Padre, para o Vaticano o que fez com o nosso País. Vai no Vaticano e vê o que tem de riqueza que saiu do nosso País. Tenham uma boa-tarde e Deus abençoe a todos. E Deus que mandou trabalhar, o povo que trabalha foi Deus quem enviou.

(Às 14 horas e 36 minutos, o Senhor Jean Oliveira passa a presidência para o Senhor Alan Queiroz)

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Professor. Vamos dando continuidade aqui. O nosso Presidente da Comissão vai se ausentar por cinco minutos, vou dar continuidade aqui, Deputado Alan Queiroz.

Convido para fazer uso da palavra, pelo tempo de dois minutos, o Senhor Silvio Ricardo, Presidente da Asprorural Jequitibá, Nova Samuel. Está aí? Por favor, Sívio, se puder atender ao chamado aí dos dois minutos, estendendo a no máximo a três, eu te agradeço. Obrigado. Com a palavra.

O SR. SÍLVIO RICARDO – Boa tarde a todos. Eu sou Sívio Ricardo. Sou Presidente da Asprorural Jequitibá. Eu sou assentado no Parque Jequitibá, estou desde 2002 lá. O Parque Jequitibá surge a partir de uma Ação Civil Pública. Trava o Projeto, tem que ser criado um Termo de Ajuste de Conduta. Depois disso, é feito o assentamento. Os órgãos não cumprem o Termo de Ajuste de Conduta, criam um problema que hoje vai se resolver com a votação do Zoneamento. A nossa comunidade se reuniu, custeamos R\$ 60 mil em doação de animais, a R\$ 150,00. Pagamos esse valor em parceria junto com Federação da Agricultura.

Antes, porém — nem fiz os agradecimentos. Pedir a Deus que abençoe a nossa Audiência; agradecer a presença do nosso Deputado; agradecer ao Governador do Estado Marcos Rocha, que é um parceiro incansável da nossa comunidade; agradecer ao nosso Presidente da Assembleia, que é um amigo, sempre falo com ele pelo Facebook; nosso Secretário Padovani, que é um companheiro.

Então, pedir que vocês apreciem o Projeto, votem o Projeto, alterem as condições de vida de do pessoal do Parque Jequitibá, Vila Nova Samuel, Jaquirana e Soldados da Borracha, porque essa parte está tudo incluído dentro da proposta do levantamento socioeconômico que foi feito pela Associação, junto com a Federação da Agricultura. Então, meu muito obrigado a todos e vamos em frente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Sívio pela participação e também, principalmente, por cumprir o tempo estipulado.

Já convido para fazer uso da palavra o Senhor Irani Ribeiro da Silva, representando, neste momento aqui, o Bico do Parque, Distrito de Jacinópolis.

O SR. IRANI RIBEIRO DA SILVA – Quero aqui agradecer a Deus por estar aqui, por este dia, um dia muito maravilhoso para que nós discutamos os problemas de Rondônia.

Quero aqui agradecer a oportunidade ao Presidente desta Casa, que a gente esteve visitando recentemente; ao Deputado Jean Oliveira, que está presidindo esta Audiência Pública; todos os deputados, que têm contribuído para que isso acontecesse, Deputado Adelino, Deputado Lazinho, em nome deles saúdo todos os outros deputados; Sedam, também um companheiro aqui, da agricultura, que a gente fez um grande trabalho aqui no Estado de Rondônia, onde eu morava.

Quero aqui dizer aos nossos deputados: parabéns por ter tomado essa decisão de assumir uma responsabilidade que

o nosso ex-Governador Confúcio Moura fez para os nossos agricultores do Estado de Rondônia, prejudicando tudo, e vocês estão aqui hoje defendendo, assumindo um erro que ele cometeu, em prol dos agricultores do nosso Estado. Um erro que hoje nós pagamos caro, até porque o nosso povo do Bico do Parque...

Quero aqui também saudar o nosso ex-Deputado Garçon, que está aqui no plenário, que tanto também contribuiu para o nosso Estado.

Quero aqui dizer, Deputado Lazinho, que o Bico do Parque é uma área, uma lei que tem, a Lei nº 1.146, de 2002 — tem 20 anos que essa Lei do Bico do Parque está desafetada, Deputado Adelino. E o povo lá continua sofrendo pressão pela Sedam, um sofrimento terrível, que eu mandei até foto para os deputados, onde o vento deu nos barracos, o povo sofrendo. Foram tirados de uma área que é deles, pela lei que esta Casa aprovou no passado. Uma lei que é para ele estar lá dentro, permanecer trabalhando, de onde foi tirado o produto que ele tinha lá dentro. Não podia tirar o feijão, não podia tirar o arroz. A pressão da Sedam é tanta, que eu até disse para o Secretário esses dias: quando a Sedam vai visitar os produtores do Estado de Rondônia, se furar um pneu, se esse pneu furar, o produtor corre porque não quer atender. Porque tem que ter harmonia. A Sedam tem que ter harmonia com o produtor. Não fazer as barbaridades que fazem no Distrito de Jacinópolis. O povo de Jacinópolis fica sentado nas ruas comentando o que está acontecendo aqui, Deputado Jean, aborrecido. Ficam lá aquelas famílias, tem mais de doze anos, quinze anos na terra, com energia, com tudo: “o que vai ser de nós amanhã? Porque o que temos está ali.” E nós vimos aqui.

Quando deu aquela votação, provavelmente porque o povo queria ir para a área de terra deles e não puderam ir, a Sedam lá, a Polícia Ambiental criando-se de uma porteira que já existia, queriam criar outra. O constrangimento daquele povo, Padovani, que passa lá, é uma estrada movimentada, é uma estrada que o povo passa, o constrangimento de pessoas de bem sendo revistadas, simplesmente ali, humilhadas pela Sedam, Deputado Adelino.

A Sedam tem que ser parceira do produtor, não pode ser da forma como está sendo, Secretário. Tem que ser parceira. Vamos produzir para o Estado de Rondônia crescer. Porque eu tenho certeza, que eu já estou velho. Mas o Confúcio que fez a Lei, muitos de vocês também já estão velhos. O que nós vamos deixar de herança para os nossos netos, para os nossos filhos, Padovani? Se não é o progresso do nosso Estado que eu escolhi para morar?

Então, vamos olhar com carinho para o povo de Jacinópolis, para todo o Estado que está aqui, para todo mundo que está aqui precisando da sua terra para trabalhar. Vamos deixar quem quer trabalhar, trabalhar para o Estado crescer.

Quero aqui parabenizar o povo do Bico do Parque que está aqui hoje, guerreiro, sofredor. Mulheres lá perderam o bebê, Deputado Adelino. Duas perderam o bebê, por atitude de ver os policiais chegando com agressividade em cima daquelas pessoas. Vão para o acampamento, olham lá, quando veem a Polícia, já correm os pequeninhos. Já ficam revoltados.

Então, vamos resolver o problema. Sei que os deputados desta Casa de Leis estão fazendo de tudo. Não quero aqui menosprezar nenhum. Todos estão fazendo o seu papel, que foram eleitos. Porque a Constituição fala que o poder vem do povo, e esse povo veio aqui hoje, de toda a região do Estado,

para mostrar para vocês que vocês têm o voto do povo do Estado de Rondônia. Fazem aquilo que for melhor para o povo.

Quero aqui, mais uma vez, dizer — estou tomando tempo, mas falando aquilo que sinto...

(Às 14 horas e 44 minutos, o Senhor Alan Queiroz passa a presidência ao Senhor Jean Oliveira)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) — Mas eu peço para o senhor concluir, porque tem bastante orador ainda para falar.

O SR. IRANI RIBEIRO DA SILVA — Falando o tempo que... posso até passar do tempo, mas digo aqui: Sedam, seja parceira. Seja o parceiro que o povo de Rondônia precisa. Os deputados fizeram a sua parte. Agora, o nosso povo do Bico, vamos vencer, se Deus quiser. Agradeço muito a vocês. Muito obrigado a todos. O povo de Jacinópolis merece crescer, porque hoje, Deputado Adelino, Deputado Jean, a região de Nova Mamoré tem mais de 1 milhão de hectares de Reserva indígena sendo parque. Mais de 1 milhão! E Jacinópolis tem uma tripinha, e ainda querem deixar o resto. Mas isso não vai acontecer, porque esta Casa está mostrando que tem poder. Isso o poder foi dado pelo povo. Muito obrigado a vocês e fiquem com Deus que é a melhor companhia.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) — Obrigado. Para fazer uso da palavra, Senhor Sílvio Ricardo.

O SR. ALAN QUEIROZ — Esse já falou já. **(fora do microfone).**

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) — Já falou? Então vamos colocar aqui. Luís Carlos Vieira, Lula, líder comunitário da 40. Vou pular porque o Lula não está aqui.

Senhor Rosildo Costa, da Vila Samuel. O único Lula que nós temos aqui é o Deputado Lazinho da Fetagro. Ele está falando que era. Nem ele quer ficar mais.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO — Sem problema nenhum.

O SR. ROSILDO COSTA — Só para corrigir aí, Deputado Jean, é Rosildo Costa.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) — Ah, Rosildo de Guajará.

O SR. ROSILDO COSTA — Oh, meu amigo. Eu queria agradecer ao Deputado Jean em nome de toda a Vila Samuel pelo empenho e o atendimento que sempre tem dado àquela comunidade. Foi lá em reunião com a gente. Então, a gente fica muito agradecido. E quero dizer a todos os deputados estaduais, é muito importante esse passo que vocês vão dar hoje, não só para Rondônia, mas para o Brasil e para o mundo porque vocês vão ampliar, ampliar não, vão fazer uma alteração nesse Zoneamento para que a gente possa, de fato e de direito, as áreas que já estão ocupadas, produzir com porte de máquinas grandes, alteração de empréstimos para que você possa ampliar o seu investimento.

Eu queria aqui aproveitar a oportunidade e pedir ao Secretário da Agricultura para que não nos deixasse, como o meu antecessor falou sobre as pessoas que são abandonadas,

os pequenos agricultores, que dê mais atenção aos pequenos agricultores. Porque quando o pequeno agricultor realmente precisa de máquinas é uma dificuldade, porque só o frete para levar uma máquina para fazer um trabalho nas áreas rurais é muito caro. Fica caro a hora de máquina. Então, se você como Secretário puder dar um apoio depois que esse Projeto for aprovado, para você assistir os pequenos agricultores eu vou ficar muito agradecido em nome da nossa comunidade.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Para concluir, Rosildo.

O SR. ROSILDO COSTA – Meu muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Valeu meu amigo, muito obrigado você.
Senhora Irani Ribeiro da Silva, representante do Bico do Parque, Distrito de Jacinópolis.

O SR. ALAN QUEIROZ – Já foi. **(fora do microfone)**.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Já foi? Pastor Aronilton, do Terra Roxa já falou aqui. Houve uma confusão aqui.

O SR. ALAN QUEIROZ – Esse aqui não falou ainda não. **(fora do microfone)**.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Senhor Pedro Bordalo. Está aí? Pedro Bordalo, Presidente da Central de Associações de Produtores Rurais de Porto Velho.

Senhor Pedro, o senhor tem aqui uma observação que o senhor quer entregar uma documentação, certo? O senhor pode falar na sua fala o que é essa documentação para a gente? Só para adiantar e, depois, nós vamos pegar aqui os documentos, o senhor vai poder protocolar com a gente esses documentos aí.

O SR. PEDRO BORDALO – Deputado, boa tarde. Boa tarde a todos. Boa tarde a todos os produtores rurais que estão aqui. Eu parabeno o Deputado Jean pelo trabalho que está sendo feito. E o documento que eu quero entregar é sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Madeira B e Rio Vermelho C. Pedindo que seja incluído agora na Audiência Pública, para que se regularize a situação das pessoas que estão lá. O Deputado Chiquinho conhece bem a situação. É um documento proposta vindo de dentro da Reserva, das pessoas que estão lá há mais de 30 anos, para ser incluído na pauta da Audiência Pública.

Falando em relação à Audiência Pública, eu estou satisfeito que fui contemplado em todas as áreas que eu estava pedindo, área do Bandeirantes, área do Baixo Madeira, a própria área do Parque Jequitibá, inclusive, que a gente ia pedir, foi contemplado e estou muito satisfeito.

Então, sinceramente eu estou muito satisfeito, eu tenho certeza que vai fluir bem e o Zoneamento vai trazer benefício para o Estado de Rondônia.

Então eu queria entregar o documento, Deputado. Como que eu faço?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu peço para que o pessoal do Cerimonial conduza ele até aqui embaixo.

O SR. PEDRO BORDALO – Muito obrigado, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – O Claudemir vai receber para o senhor ficar mais cômodo.

O SR. PEDRO BORDALO – Ok. Obrigado. Eu quero entregar para o Deputado Chiquinho também, e o Deputado Ribamar.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Tem quantas cópias aí?

O SR. PEDRO BORDALO – Tem uma para entregar para o senhor, o senhor dar um recebimento na minha cópia e duas cópias que eu quero entregar para o Deputado Chiquinho, que ele faz parte já, e já conhece.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – O nosso assessor vai pagar agora o documento para o Deputado Ribamar e para o Deputado Chiquinho e eu dou o recebido aqui e lhe devolvo.

O SR. PEDRO BORDALO – Muito obrigado, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu que lhe agradeço.

Para fazer uso da palavra, Senhora Layza Zelinda, representando a prefeita de Cerejeiras. Eu só peço que seja bem objetiva pelo avançar da hora.

A SRA. LAYZA ZELINDA DE BARROS SUZIN – Olá, boa tarde a todos. Estou aqui representando a Prefeitura Municipal de Cerejeiras.

Bom, primeiramente foi dito aqui a palavra “desmatamento”, de início, pelo primeiro pronunciante. A palavra desmatamento tem dentro dela a palavra “matar”. E eu nunca vi um produtor que quisesse matar sua área. Isso seria matar a sua produção e todos os seus esforços feitos. Na minha opinião, falta entendimento de muitos que criticam aqui essa aprovação. Os que criticam aqui sem entender o que é a agricultura e a pecuária de responsabilidade. Se enganam, quem, neste momento, nos julga sem enxergar a realidade da situação. Ninguém aqui tem a intenção de acabar com Rondônia, como foi colocado aqui por um dos pronunciantes. E os estudos feitos e toda a atenção dada, toda a atenção tomada são provas disso. A natureza está, sim, sendo respeitada. Quem não viu isso, peço que leia novamente a PLC 85. Vamos então reformular a colocação feita. Essa atualização irá, hoje, aumentar o uso das terras com aptidão agrossilvopastoril, e com respaldo jurídico nas questões ambientais. Rondônia, a partir de hoje, matará, sim. Ela matará ainda mais a fome do mundo, inclusive a dos que aqui criticam.

Finalizo parabenizando o empenho de todos, em especial a agrônoma Grasielly Andrade, o agrônomo Emerson Kojima, o Dr. José Luiz de Lemos, representando a Aprosoja; o Sindicato dos Produtores Rurais de Cerejeiras e a todos os municípios de

Cerejeiras que colaboraram aqui com esse Projeto. Muito obrigada.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Layza. Para fazer uso da palavra, o Prefeito de Alta Floresta, Gio Damo.

O SR. GIO DAMO - Boa tarde a todos, obrigado e parabéns, relator, pela forma que está conduzindo hoje na Casa. Até bom falar depois da Doutora que me antecedeu. A fala é justamente essa. Hoje, também, uma boa-tarde especial ao povo de Alta Floresta. Seria interessante comunicar que vieram aí a mais de 700 quilômetros para defender a sua nobre ação e o trabalho que fazem. E hoje, nós, como Chefe do Executivo de Alta Floresta e também com o Prefeito Robson, nós queremos deixar justamente esses apontamentos. O apontamento de que desde menino a gente sempre recebeu a mensagem que o mundo, Brasil, que Rondônia seria o grande manancial, a grande potência do mundo na produção. E eu estou com medo de chegar a ficar idoso e a gente, por esbarrar em nossas leis, impedir a gente de poder produzir e sermos, de fato, uma grande potência.

Então, parabenizo a vocês, deputados, em seu nome, relator, essa forma inteligente de voltar atrás, corrigir algumas situações e fazer com que o nosso Estado, de fato, seja produtivo e os nossos produtores não sejam tachados como bandidos e de forma nenhuma eles querem é produzir. Levar também aos dados, a informação da professora que antecedeu nas falas, e dar informações mais corretas e mostrar o tanto que ela foi incoerente na sua fala.

O mundo, até 2050, terá que elevar a sua produção em quase 61% em produção de comida, de alimento. Dados da ONU, da FAO (*Food and Agriculture Organization*). E o Brasil, Deputado Jean, tem a responsabilidade de produzir comida, mais de 40% da comida do mundo em 2050, será responsabilidade dos produtores do Brasil e de Rondônia. Então isso, e é dessa forma, como vocês estão fazendo, dessa forma, voltando e fazendo essa forma mais justa para os nossos produtores, eu parabenizo vocês, tá?

Um apontamento que eu deixo dentro desse Zoneamento, onde vocês já buscaram também, através do melhor Zoneamento, vocês buscaram o Parque, a questão do Parque da Ilha das Flores. Neste momento, que vocês enquadrem na 1.3, vocês já tirem o Parque, porque lá nos temos trabalhadores.

Então, parabenizo, mais uma vez, toda a Casa de Leis e torço para que daqui a pouquinho seja aprovada e repassada ao Governo do Estado, onde o mesmo, eu tenho certeza, se Deus quiser também, Deputado Redano, aponte o nosso Governador Marcos Rocha aí, a integralidade, na sua íntegra, esse Zoneamento. Lembrando que é o Zoneamento é sim um Zoneamento Ecológico Ambiental, mas, também é Socioeconômico. Obrigado a todos e um abraço. Fiquem todos com Deus.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Prefeito. Para fazer uso da palavra, Vereador Nenão, do Município de Alta Floresta. Cadê o Vereador Nenão?

Vereador de Alta Floresta, Juniomar Melo. Vereador de Alta Floresta, Jeremias. Vereador de Alta Floresta, Jacy Oliveira.

A SRA. MARILZA CRISTINA VIANA DOS SANTOS - Posso representar os outros vereadores anteriores, de Alta Floresta?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – A senhora pode falar em nome da senhora, isso. Porque a senhora não pediu para se inscrever, mas eu vou dar a palavra para a senhora.

A SRA. MARILZA CRISTINA VIANA DOS SANTOS – Muito obrigada. Primeiramente, eu quero te agradecer pela extensão da minha palavra e agradecer a todos os deputados. Todos sabem que estamos nessa luta. Eu digo, estamos nessa luta, que essa luta não é só de vocês, é de todos nós. Então, estou muito grata mesmo por vocês terem chamado a população próxima para ter esta Audiência. Então, é muito gratificante.

Quero dizer a todos, que estou aqui para somar. Quero agradecer a todos os deputados que voltaram, de alguma maneira, atrás para rever aquela situação do Zoneamento. Então, tudo o que eu posso dizer, estamos juntos, estamos aqui para somar e estamos do lado da população. Muito obrigada a todos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigada, vereadora. Fazer o uso da palavra o senhor Jacy Ribeiro. Na sequência, doutor Hélio Belotti.

O SR. JACY EVANDRO RIBEIRO NETO – Primeiramente, cumprimentar em nome do Deputado Jean, todos os deputados na Casa; em nome do Senhor Padovani, cumprimentar todo o pessoal do Governo do Estado. Falar aqui, para mim, que estou há pouco tempo na política, vivendo como vereador, é um grande passo andar junto com esse pessoal de Alta Floresta, do Baixão. Parabenizar a vontade deles de sair dessa situação e agradecer, Deputado, agradecer o Governo do Estado por mandar o Projeto e a união de vocês todos. Que Deus abençoe e vamos voltar para casa, se Deus quiser, vitoriosos. Um abraço a todos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) cê:- Obrigado, Vereador Jacy. Doutor Hélio Belotti, com a palavra.

O SR. HÉLIO BELOTTI – Obrigado, Excelência. Excelentíssimo Senhor Deputado Jean Oliveira, relator da PLC 85, a pessoa na qual eu cumprimento todos os parlamentares desta Casa de leis. Excelentíssimo Secretário Evandro Padovani, Secretário de Agricultura; e Secretário Marcílio do Meio Ambiente, no qual eu saúdo a pessoa do Governador do Estado de Rondônia, Senhor Marcos Rocha. Não poderia também me esquecer todos os serventuários desta Casa, por meio dos quais, sem a presença destes, jamais seria possível a realização deste evento. Então, recebam o nosso reconhecimento pelo trabalho executado em favor do povo rondoniense.

Trago comigo aqui, e por isso não poderia deixar de falar, em que pese o adiantar da hora, em minhas palavras a representação de mais de 4.500 vezes, Deputado Lazineho. Quatro mil e quinhentas vezes que representam 1.458 unidades produtivas da pecuária de leite, de corte e na agricultura dentro da Unidade extinta da Jaci-Paraná. Área, cujos estudos aqui, em tempo de outrora, já trouxemos ao conhecimento desta Casa de Leis, como também da Secretaria do Meio Ambiente, com vocação primária, Secretário, vocação primária para o agronegócio. Ficamos felizes que o Zoneamento venha corrigir agora, e regulamentar a produção. Porque, ao contrário de

que muito foi dito, zonedar implica em responsabilizar, sim. Porque, a partir daí, Secretário Marcílio, o poder de Polícia será mais intenso na região. As atividades serão licenciadas. Então, há tríplex responsabilidade ambiental, máxima de um princípio setorial do poluidor pagador pode ser exigido com mais eficiência. E aquelas pessoas — isso é um mito — elas são capazes de mudar? Sim, e mudar para melhor.

Eu percorro aquela área há mais de três anos, Deputado Adelino. E uma vez fui questionado da seguinte forma: para o que serve o Direito? Eu estudo desde que eu me entendo por gente e de pronto eu não tive resposta. Mas, ao longo desses anos, eu consegui fazer compreendê-los. O Direito serve para educar e para transformar vidas. Aquelas pessoas, Secretário, conhecem hoje o que é sustentabilidade. O que é IASD. Eles estão pondo para o agronegócio em nível de mundo e nós já também avançamos. Temos um pré-projeto já, inclusive, ofertado ao Ministério Público do Estado de Rondônia, de readequação ambiental da área. Onde pretendemos recuperar todas as APPs, restabelecer, sim, é possível, sim. Não coisa para inglês ver. É para que nós sejamos vistos na Europa, e que o nosso produto tenha mais valor, como bem defendido aqui pelo secretário de Agricultura. Então, é tempo de se ter razão. É tempo de se ter razão.

Já estou me encaminhando para o final. Eu tinha muita coisa para dizer, mas eu sei que todos aqui estão bem cansados. Haverá uma Sessão logo em sequência, mas eu não poderia findar sem deixar aqui registrados nos umbrais desta Casa. Eu sou rondoniense. Eu sou rondoniense de coração também. E para que este Estado mude, para que aquelas pessoas ali, que são seres humanos, talvez não tiveram a mesma oportunidade que eu tive, possam ser sujeitos de direitos, os três Poderes: — Executivo, Legislativo e Judiciário — têm que atuar em conjunto, de forma a educar esse povo. Eles são capazes de mudar para melhor. A OAB tem responsabilidade nisso também; o Ministério Público do Estado de Rondônia; e todos que estão aqui neste território vieram para engrandecer este Estado e têm consciência de que o momento cultural é outro. Mas, para isso, precisam de auxílio e não serem chicoteados como foram por grande lapso de tempo e terem — de forma pejorativa — que produzir, produzir, produzir. E às vezes me mostram uma mão caçada e perguntam: "O Direito existe para que eu trabalhe e seja reconhecido como criminoso?"

Que fique isso aqui na cabeça de todos para reflexão. Meu muito obrigado e encaminhamos pedindo para que a área desafetada da Unidade da Resex Jaci-Paraná tenha a sua devida adequação quando da votação do Zoneamento que ocorrerá no período da tarde. Muito obrigado, senhores.

(Às 15 horas e 05 minutos, o Senhor Jean Oliveira passa a presidência para o Senhor Cirone Deiró)

O SR. CIRONE (Presidente) – Obrigado, Dr. Hélio Belotti. Antes de encerrar tenho aqui três deputados inscritos. Deputado, use a palavra por tempo determinado, sendo três minutos, Deputado Adelino Follador.

Dois deputados vão falar e, logo após, nós vamos iniciar nossa Sessão Ordinária aqui na Assembleia Legislativa. Estão todos convidados a participar.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, Deputado Cirone; todos os colegas aqui presentes; Secretário

de Agricultura; Secretário da Sedam; todos os Secretários aqui presentes; todos os visitantes aqui; prefeitos; comunidade em geral, para nós é um prazer.

Eu deixei até para falar no final para ouvir as pessoas. Eu acho que vocês que vieram aqui hoje, vieram para trazer uma mensagem, para trazer o anseio de vocês, a preocupação de vocês. Então, nós deixamos para que a gente falasse no final para que a gente ouvisse melhor o posicionamento de vocês e discutisse esse assunto tão importante.

Quero parabenizar o Governo do Estado em ter mandado esse Projeto do Zoneamento, teve coragem de mandar, que outros governos não tiveram. Mas também aqui tem o Secretário de Agricultura, nós temos o Secretário da Sedam. Como já foi falado por outras pessoas que passaram por aqui, nós precisamos que a Sedam também respeite mais os agricultores. As leis que a gente aprova — o Secretário falou muito bem aqui —, nós estamos aqui também para ouvir esta Casa, para respeitar o que esta Casa vota e altera. E, infelizmente, a gente sabe que a Sedam não respeitou a lei que foi aprovada nesta Casa. E eu fui lá para a região de Jacinópolis, aquela região, e eu vi lá um exagero da Sedam.

Então, Secretário, eu estou aqui fazendo essa observação que o Governo do Estado mandou Projeto, nós aprovamos, ele sancionou, teria que ter mais respeito por uma ação que iniciou pelo Governo.

Então, eu quero dizer que eu vim para Rondônia em 1977, estou aqui há mais de 40 anos e conheço a história de Rondônia. E nós, hoje, muitas pessoas que estão sendo massacradas, estão sendo prejudicadas, não é por causa deles não. É por causa de problema do Estado. Quando eu falo "Estado" é Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, é o Poder público, que não deu o documento para eles. Então, tudo o que eles fazem lá dentro é ilegal. É ilegal não é porque eles querem, não. É ilegal, porque eles não tiveram o documento na hora certa e aí a Sedam tem que ver também essa situação, porque eles são os prejudicados. Eles não conseguem financiar, eles não conseguem crescer, porque eles estão sem o documento que o Incra não deu, que o Estado não deu. Então, nós temos que refletir sobre isso. Tentar regularizar as pessoas que estão lá, que já adquiriram o direito.

Eu cheguei em 1977, andava 32 quilômetros de picada. Plantamos o primeiro cacau, começamos a produzir e hoje eu tenho o meu documento. Mas eu demorei para ter o documento. Eu também produzi sem documento no começo. Aliás, meus avós fizeram isso lá no Rio Grande do Sul, quando vieram da Itália, bisavós vieram da Itália. Então, o Estado sempre vai atrasado. As estradas foram abertas pelos toureiros, depois o Estado veio e complementou. Então, essas pessoas que estão lá, não podem ser consideradas... eu fico triste quando eu vejo... escrituras públicas. As pessoas estão lá há 20, 30 anos e agora são chamadas de invasores. Tinha que ter danos morais. Tinha que respeitar. Essas Reservas, quem criou as Reservas, esse governo passado, e nós, aqui, eu quero corrigir esse erro, não foi passado para esta Casa para criar as Reservas, não. Foi criado por Decreto. Nós criamos uma lei proibindo o governo criar por Decreto. E aí ele fez com data retroativa e criou 11 Reservas. Quando ele se arrependeu de ter criado uma, mandou para cá, nós anexamos uma Emenda, que foi de minha autoria, votada pelos 24 deputados para poder tentar conservar o que ele fez. Porque o Estado tem direito de criar Reserva, mas haja dinheiro para primeiro, ir lá indenizar.

E não tinha recursos, não previu isso e não fez Audiência Pública em lugar nenhum, não fez estudo nenhum. E agora a Justiça fala que é legal, que foi legal. Nós precisamos ter respeito com as pessoas, com a população. Essas pessoas investiram tudo lá dentro, a maioria. Estão lá dentro legalmente. Não estão ilegalmente. Eles têm escritura pública.

Então, nós precisamos ter mais respeito com a população. Precisamos que as pessoas, que muitas vezes recebem aquele salário alto e ficam lá dentro em uma sala com ar-condicionado, e não conhecem a realidade, e aí votam com o relator. Aí o relator bota o relatório, ele vota o relatório e não sabe o que ele votou.

Então, eu gostaria de deixar aqui a minha indignação com essa situação. E aí vai a Sedam, derruba as casas todas... Esses dias, semana passada foram lá, pegaram as motos todinhas do pessoal. Aí eu vi na internet, no grupo social, a pessoa fazendo uma vaquinha, vendendo o milho que iria plantar, vendendo o capinzinho que iria plantar para poder comprar uma moto simples, porque ele estava a pé, como a família lá dentro. Será que isso é legal?

O Projeto que o governo mandou para esta Casa, que nós aprovamos, os 24 deputados, é justo isso? Então, quero deixar aqui a minha indignação e nós do poder público, políticos, precisamos analisar aquilo que a gente faz para que a gente consiga melhorar cada vez mais a vida do pessoal e pelo menos não atrapalhar quem quer trabalhar. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino.

Por três minutos, o uso da palavra está com o Excelentíssimo Senhor Deputado, aqui da capital Porto Velho, Ribamar Araújo. E ouviremos logo em seguida, o Deputado Alan Queiroz e vamos encerrar porque nós temos um termo regimental para começar a Sessão Ordinária até às 15 horas e 20 minutos.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Boa tarde a todos. Cumprimentar através do Deputado Cirone Deiró, presidindo neste momento a Audiência Pública. Cumprimentar todos os demais presentes, as autoridades, meus irmãos e minhas irmãs, produtores, produtoras rurais aqui presentes nesta Audiência Pública. Parabenizar o autor do pedido desta Audiência Pública, o Deputado Jean Oliveira. Uma das Audiências mais importantes que eu já participei nesta Casa e posso garantir a vocês que estão aqui neste momento: aqueles que têm alguma dúvida que possa haver algum voto contrário a esse Projeto do Zoneamento, que logo mais será votado, eu posso garantir a vocês, sem ter ouvido a opinião dos outros deputados, eu estou aqui no quarto mandato, e praticamente em todos os meus mandatos passados, nós deputados, todos, sem exceção, cobrávamos que viesse para esta Casa, do Governo do Estado, esse Projeto da Aproximação do Zoneamento. Então, eu posso garantir que não vai ter nem um voto contrário dos deputados.

Quero lamentar, neste momento, eu quero lamentar a fala da professora e ela totalmente desconectada da realidade social. Sem respeitar, menosprezando a capacidade de raciocínio do nosso povo; menosprezando a inteligência do nosso povo, principalmente dos produtores rurais, quando pronunciou

em sua fala, coisas totalmente inoportunas. E, muito pelo contrário, se as autoridades que comandam, ouvissem mais os populares, nesse caso os nossos produtores rurais, talvez não tivessem tantas Reservas criadas neste Estado de Rondônia e no Brasil. Eu digo isso porque cheguei aqui há 40 e poucos anos e lembro-me perfeitamente que Rondônia era uma floresta praticamente intacta. Não produzia nada, não representava nada para o PIB (Produto Interno Bruto) do Norte, nem para o Brasil e nesses 42 anos, 45 anos depois, muito pouco na vida de um Estado, graças ao povo trabalhador, aguerrido, muito guerreiro, nós transformamos este Estado, da condição de uma floresta, para um dos Estados mais pujantes do Brasil. Muitas vezes nos destacamos, nos colocando, em 42 anos somente, como um dos Estados mais produtores em agricultura e pecuária, caminhando com certa celeridade para a nossa industrialização. Isso, graças à agricultura e a pecuária em primeiro lugar, que foi ocupada ao invés de floresta. É claro, evidentemente, que ninguém prega absolutamente a destruição do meio ambiente. Tudo isso é falácia. Agora a fala, tanto do Padre como a da Professora confundem muito a cabeça, não nossa, aqui, que conhecemos a realidade, mas uma pessoa dessas chega lá fora totalmente desconectada da realidade e fala uma bobagem dessas. Ora, meus senhores, a Amazônia tem mais de 4 milhões de quilômetros quadrados, praticamente a metade do Brasil. Somente 5% de todos esses 4 milhões de metros quadrados está desmatado. Não devastada como eles, estrategicamente, para prejudicar o Brasil trocam uma palavra pela outra, eles trocam desmatamento por devastação, quando na realidade nunca houve devastação da Amazônia. Existe, sim, a floresta dando lugar à agricultura e não tem como produzir na terra sem alterar o seu estado natural.

E eu parabenizar todo esse povo sofrido, que foi desrespeitado pela professora. Esse povo de mãos calejadas, esse povo das peles curtidas pelo sol escaldante do Estado de Rondônia e da Amazônia, e parabenizar todo esse povo, dos mais diversos lugares. Eu sempre protestei, Deputado Lebrão, você falou uma coisa muito importante, que os governos, principalmente o Governo Federal, ele tem seguido muitas pressões dos países estrangeiros que não querem o bem do Brasil, que não querem que o Brasil seja um país verdadeiramente soberano e o seu povo livre para trabalhar. Eles nos impõem essa pressão e os fracos como o Fernando Henrique, Fernando Collor e o Lula cederam a essa pressão e não tiveram vergonha de dizer: "eu não tive coragem de defender o Brasil dessas pressões internacionais.". O Fernando Collor de Mello demarcou uma Reserva dos Ianomâmis com mais de 90 mil quilômetros quadrados, maior que o país de Portugal, para menos de 8 mil índios, nem todos vivendo em solo brasileiro. Vem em seguida o Fernando Henrique Cardoso deu um tiro de misericórdia na Amazônia, quando lançou a Medida Provisória 2.166, permitindo somente que fosse desmatado 20% das propriedades. Isso foi um grande tiro de misericórdia por um brasileiro que nasceu aqui, mas que matou o coração brasileiro, porque se tivesse não faria uma coisa dessas, um tiro de misericórdia no nosso povo. Por fim, o Lula, quando demarcou, de maneira contínua, a Reserva

Raposa Serra do Sol, prejudicando toda a produção do arroz e botando os índios daquela Reserva na miséria, na fome hoje, pedindo esmola hoje naquela capital, Boa Vista, do Estado de Roraima. A mesma coisa, meus irmãos, está bem pertinho de nós, se a fala da professora tivesse alguma coisa de lógica, Guajará-Mirim, hoje, seria uma das cidades mais pujantes do nosso Estado. É a pior cidade, eu digo — entenda bem, não é um termo pejorativo —, em termos de desenvolvimento. Todos os outros 51 municípios crescem, desenvolvem, menos Guajará-Mirim que só decai, porque transformaram tudo em Reservas. E enquanto o governo tanto estadual... E aí, muitas vezes o povo...

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Deputado Ribamar, peço para o senhor concluir, senão a gente vai passar do horário e daí terá que ser Sessão Extraordinária.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Pois, não, Deputado Cirone. Estou terminando aqui, porque eu gosto muito de cumprir exatamente o que me determinam. Muito obrigado. Um abraço.

O SR. ALAN QUEIROZ –Presidente, Questão de Ordem.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Sim, Deputado Alan.

O SR. ALAN QUEIROZ – Em virtude do tempo que esgotou e eu estava inscrito, eu abro mão da minha fala neste momento, para que a gente não prejudique a nossa Sessão.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Alan. Peço a compreensão aos deputados porque senão nós vamos fazer uma Sessão Extraordinária, por causa no horário regimental.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva, agradecemos a presença de todos que acompanharam essa ilustre solenidade.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejamos a todos um excelente dia. Obrigado, gente.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 15 horas e 20 minutos)**

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 020/2021/CPPIALE/RO

Processo Administrativo nº 22456/2021

Em atendimento ao disposto no art. 4º, inciso XXII da Lei Federal nº 10.520, **HOMOLOGO** o resultado da licitação supracitada que tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO**, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses, a pedido da **Superintendência da Logística**, tendo como vencedora a empresa **GLOBAL COMERCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM RECARGAS DE EXTINTORES EIRELI – CNPJ 22.871.544/0001-61**, por estar em conformidade com as normas legais: Lei nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 7.892/13 e Lei nº 8.666/93, a saber:

LOTE ÚNICO - EXCLUSIVO EPP/ME

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VLR UNT.
1	Recarga e teste hidrostático em extintores de água pressurizada de 10 (dez) litros, conforme especificações da NBR 12962.	UNID	70	30,00
2	Recarga e teste hidrostático em extintores de CO2 (gás carbônico) de 06 (seis) quilogramas, conforme especificações da NBR 12962.	UNID	73	50,00
3	Recarga e teste hidrostático em extintores de PQS (Pó químico seco) de 06 (seis) quilogramas, conforme especificações da NBR 12962.	UNID	81	30,00

Porto Velho/RO, 06 de outubro de 2021.

Marcos Oliveira de Matos
Secretário Geral ALE/RO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 525/2021-SRH/D/SG/ALE**

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 30/09/2021 a 02/10/2021, ao servidor solicitado, que irá via transporte terrestre, de Porto Velho/RO aos municípios de Nova União/RO, Mirante da Serra/RO e Governador Jorge Teixeira/RO, acompanhar as emendas parlamentares, bem como colher informações in loco, conforme processo nº 35756/2021-e.

Matricula 200168264
 Nome Adriano P. da Rocha Nascimento
 Cargo Assessor Técnico
 Lotação Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 05 de Outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2921/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

ADRIANA BARBOSA LIMA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, do Gabinete da Presidência, a contar de 30 de setembro de 2021.

Porto Velho, 05 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2917/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

ALAN PACHECO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-05, do Gabinete do Secretário Administrativo, a contar de 30 de setembro de 2021.

Porto Velho, 05 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2938/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A referencia do Cargo em Comissão da Servidora **ALEANE RIBEIRO DE JESUS DE SOUZA**, matricula 200169075, Assistente Parlamentar, para o código ASP-18, do Gabinete do Deputado Jhony Paixão, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2945/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do Servidor **ALEXANDRE FERNANDES KAXINAWA**, matricula 200170383, para Chefe de Gabinete do Deputado Jhony Paixão, código DAG-02, a contar de 04 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2922/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A lotação do Servidor **ANTONIO RAFAEL NOGUEIRA DA SILVA**, matricula 200168414, Assessor Técnico, para o Gabinete do Deputado Jair Montes, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 05 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2923/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A lotação da Servidora **AURIZANGELA NAZARE DE CASTRO**, matrícula 200169529, Assessor Técnico, para o Gabinete do Deputado Jair Montes, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 05 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2920/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

CARLA CRISTINA VIEIRA DONATO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14, do Gabinete do Deputado Jair Montes, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 05 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2932/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da Servidora **CLEDIOVALDA INACIO DA SILVA**, matrícula 200169069, Assistente Parlamentar, para o código ASP-27, do Gabinete do Deputado Jhony Paixão, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2915/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A lotação da Servidora **GLEICIANE NUNES DOS SANTOS**, matrícula 200170305, Assistente Técnico, para o Gabinete da 1ª Secretaria – Deputado Jair Montes, a contar de 1º de outubro de 2021.

Porto Velho, 05 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2933/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da Servidora **CLEONICE DA CONCEIÇÃO BALBINO**, matrícula 200170010, Assistente Parlamentar, para o código ASP-15, do Gabinete do Deputado Jhony Paixão, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2927/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.28 do §4º da LC nº 1056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A composição da Comissão em continuidade ao Processo de Reformulação Administrativa, para realizar estudos e elaborar propostas para valorização e incentivo dos servidores do Quadro Efetivo do Poder Legislativo Estadual, Instituída pelo ATO nº 0108/2020/SRH/SG/ALE, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 039 de 05 de março de 2020, a contar de 04 de outubro de 2021.

Presidente: RAFAEL FIGUEIREDO MARTINS DIAS

Membros: LUCIANO JOSE DA SILVA
GEORGE ANDRE DOS SANTOS
EDUARDO BALBUENO DA CUNHA
JULIO CESAR DE OLIVEIRA PIRES
LIVIA MARIA SARAIVA LIMA

Suplentes RAFAEL PACHECO BERNASKI
MARIO HALFELD CLARK CAMPOS

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2943/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

EDNILSON ALVES DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial de Gabinete, código DAG-04, do Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2924/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R

A lotação da Servidora **ELISABETE SOARES DE ASSIS**, matrícula 200168406, Assessor Técnico, para o Gabinete da 1ª Secretaria - Deputado Jair Montes, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 05 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2941/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

ELISSANDRA FERNANDES CAVALCANTE RODRIGUES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, do Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2925/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R

A lotação do Servidor **FABRICIO DA COSTA BENSIMAN**, matrícula 200169686, Assessor Técnico, para o Gabinete da 1ª Secretaria - Deputado Jair Montes, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 05 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2931/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

GILVANIR FIGUEIRA FARIAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, no Gabinete da Presidência, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2918/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

HIAGO FONSECA VIDAL, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor, código AS-07, da Divisão de Treinamento e Seleção de Pessoal, do Departamento de Cadastro, Informações e Suporte Previdenciário – Superintendência de Recursos Humanos, a contar de 30 de setembro de 2021.

Porto Velho, 05 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2926/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

HIAGO FONSECA VIDAL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-23, no Gabinete do Deputado Jhony Paixão, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2936/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

HOTON FIGUEIRA DA MATA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-20, no Gabinete da Comissão Permanente de Esporte Turismo e Lazer, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2940/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

IVANILDO RUFINO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Lazinho da Fetagro, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2928/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

JEAN MARCOS MENSCH, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor, código AS-07, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Secretaria de Engenharia e Arquitetura, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2937/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R

A lotação do Servidor **JIMY KEPLER DA CONCEIÇÃO WANDERLEY**, matrícula 200169628, Assistente Parlamentar, para o Gabinete da 4ª Secretária - Deputado Jhony Paixão, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2942/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

JOAO GLEISSON FELIX DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-29, do Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2939/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

JOSE SERGIO SILVA DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Lazinho da Fetagro, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

E R R A T A

No Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 176, publicado no dia 01 de outubro de 2021, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº2872/2021-SRH/SG/ALE, que exonerou a servidora **MARCIA MARCAL**.

ONDE SE LÊ:

A contar de 1º de outubro de 2021.

LEIA-SE:

A contar de 30 de setembro de 2021.

Porto Velho-RO, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2919/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

MARCIEL GUIMARAES DE SÁ, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-05, do Gabinete do Secretário Geral Adjunto - Secretaria Geral, a contar de 30 de setembro de 2021.

Porto Velho, 05 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2944/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-14, do Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2916/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A lotação da Servidora **MARIA FERNANDES DA SILVA AGUIAR**, matrícula 200169767, Assistente Técnico, para o Gabinete da 1ª Secretaria – Deputado Jair Montes, a contar de 1º de outubro de 2021.

Porto Velho, 05 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2930/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

ROSANA MARQUES GONÇALVES CARNEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor, código AS-07, na Divisão de Treinamento e Seleção de Pessoal, do Departamento de Cadastro, Informações e Suporte Previdenciário – Superintendência de Recursos Humanos, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2934/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A referencia do Cargo em Comissão da Servidora **SIRLEIA CERQUEIRA DA SILVA**, matrícula 200169071, Assistente Parlamentar, para o código ASP-26, do Gabinete do Deputado Jhony Paixão, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2929/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

THAMIRES FELIX NOBRE, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-02, do Gabinete do Ouvidor Chefe – Ouvidoria Administrativa, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº2935/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A referencia do Cargo em Comissão da Servidora **VALERIA DA SILVA REIS OLIVEIRA**, matrícula 200170252, Assistente Parlamentar, para o código ASP-27, do Gabinete do Deputado Jhony Paixão, a contar de 01 de outubro de 2021.

Porto Velho, 06 de outubro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO